

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Sociologia



Dissertação

**Uma história de mulheres de classes populares no mundo do trabalho e sua
relação com o Benefício de Prestação Continuada, da Política de Assistência
Social, em Pelotas RS (2010-2014)**

Roberta Borges Mello

Pelotas, 2015.

Roberta Borges Mello

Uma história de mulheres de classes populares no mundo do trabalho e sua relação com o Benefício de Prestação Continuada, da Política de Assistência Social, em Pelotas RS (2010-2014)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Professora Dr.^a Lorena Almeida Gill

Pelotas, 2015.

**Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação**

M527h Mello, Roberta Borges

Uma história de mulheres de classes populares no mundo do trabalho e sua relação com o benefício de prestação continuada, da política de assistência social, em Pelotas RS (2010-2014) / Roberta Borges Mello ; Lorena Almeida Gill, orientadora. — Pelotas, 2015.

107 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

**1. História das mulheres. 2. Benefício de prestação continuada. 3. História oral. I. Gill, Lorena Almeida, orient.
II. Título.**

CDD : 305.42

Roberta Borges Mello

Uma história de mulheres de classes populares no mundo do trabalho e sua relação com o Benefício de Prestação Continuada, da Política de Assistência Social, em Pelotas RS (2010-2014)

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 17/06/2015

Banca Examinadora:

.....
Prof. Dr.^a Lorena Almeida Gill (Orientadora)
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dr.^a Andréa Valente Heidrich
Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dr.^a Beatriz Ana Loner
Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

*Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri
Quando deve chorar
E não vive apenas aguenta (...)
Mas é preciso ter manha
É preciso ter raça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida*

(Fernando Brant e Milton Nascimento, 1979)

Inicialmente, agradeço as flores da pesquisa: Violeta, Jasmim, Margarida e Rosa, pela disposição de contar *suas histórias das mulheres*. Obrigada por fazer parte dessa construção.

Agradeço a minha família por todos os momentos de apoio e por acreditar quando nem mesmo eu acreditei.

À minha mãe Ceni que me deu mais do que a vida, mas me ensinou a lutar e admirar os que lutam. Por seu carinho, dedicação e cumplicidade, que só pode ser explicado por muitas vidas de convivência.

Ao meu amado companheiro Helder, meu fiel apoiador em todas as empreitadas. A quem admiro por seus belos sonhos, por sua disposição para construir um mundo melhor e por seu exercício constante de alteridade. Agradeço toda dedicação e amor, sem os quais não seria possível a realização desse e de muitos outros trabalhos. Amo te.

À minha querida orientadora, que foi meu alento durante o curso. Por todo seu carinho, por sua paciência e por sua sensibilidade, capazes de me guiar por um tema de tamanha importância de forma tão delicada. Obrigada!

Aos professores e colegas do mestrado em sociologia, obrigada pelas discussões e desafios.

Aos amigos e companheiros do Partido Socialismo de Liberdade (Psol), que fazem parte de um pedaço significativo da minha vida. Especialmente às mulheres, pelo espaço de discussão e de construção da nossa autonomia. Obrigada por todo carinho e apoio e, principalmente, por me fazer acreditar que os sonhos não

envelhecem.

Aos colegas da Agência da Previdência Social (APS) de Pelotas por todo incentivo, principalmente a Andréa Valente Heidrich e a Nina Rosa Borges de Castro pelo carinho e pelo ombro nos momentos de aflição e também pela compreensão nos momentos de insanidade.

Por fim, agradeço a todas as mulheres que passaram por minha vida e com certeza influíram para realização dessa dissertação, seja para escolha do tema ou para reflexão. A luta diária de vocês é uma inspiração, obrigada!

RESUMO

MELLO, Roberta B. **Uma história de mulheres de classes populares no mundo do trabalho e sua relação com o Benefício de Prestação Continuada, da Política de Assistência Social, em Pelotas RS (2010-2014)**. 2015. 106f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2015.

O estudo da trajetória de mulheres de classes populares no mundo do trabalho que demandaram o Benefício de Prestação Continuada em Pelotas é o tema desta dissertação, levando em conta os aspectos históricos e culturais que determinam as relações da mulher na sociedade. Utilizou-se como recurso metodológico a História Oral temática, a partir da entrevista com quatro mulheres, abordando temas como trabalho, família e Política de Assistência Social, bem como foi feita uma revisão documental na legislação social. A história das mulheres foi referência no estudo com a intenção de dar visibilidade a quem costuma ser anônimo. As categorias classes populares e família foram utilizadas para entender o modo de vida dessas mulheres, o qual extrapola a carência material e que é constituído historicamente e culturalmente. A intenção foi a de compreender os diversos arranjos familiares, os papéis e as hierarquias dentro destes grupos. As ações da Política de Assistência Social, tendo como base preferencial o núcleo familiar, têm reflexos sobre a vida da mulher que possui o papel histórico de cuidadora. A inserção dessas mulheres no mercado de trabalho se deu entre os 13 e 18 anos de idade, em decorrência de situações de vulnerabilidade social de suas famílias, em atividades ligadas ao cuidado, majoritariamente informais e com baixa remuneração. O trabalho é concebido como local de sociabilidade, de transposição da esfera privada para pública, mas também é percebido como motivo de adoecimento para maioria das narradoras. A restrição de direitos sociais anunciada desde década de 1990 atinge principalmente as mulheres, que possuem esse histórico de desproteção. Atualmente, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), tem sido alternativa de muitas mulheres que não possuem acesso à Política de Previdência Social, no entanto não é entendido como um direito social, devido a dificuldade para seu acesso.

Palavras-Chave: História das mulheres; Benefício de Prestação Continuada (BPC); História Oral.

ABSTRACT

MELLO, Roberta B. **A history of popular class women in the working world and their relationship with the Continued Benefit, of the Social Assistance Policy in Pelotas RS (2010-2014)**. 2015. 106f. Dissertation (Master Degree em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2015.

The study of the trajectory of the woman of popular class in the world of business, that demand the benefit of the repayment continue in Pelotas is the theme of this lecture, take into consideration historical and cultural aspects that determine the relationship of the woman in the society. It was used as methodological resource the thematic oral history, with the interview of four woman, approaching themes as work, family and the political of the Social Assistance, as well was made one documentation review in the social legislation. Women's history was reference in the study with the intention of giving visibility to those who is usually anonymous. The popular class category and the families was used to understand the way of living at this woman, that overstep the material lack and it is build cultural and historically. The intention was to understand the different arrangements of the families, the roles and the hierarchy inside of those groups. The actions of the politics of social assistance, having as the preference at the family nucleus, with a reflex under the woman life, that has the historical role of take care of. The insertion of these women in the labor market occurred between 13 and 18 years old, due to situations of social vulnerability of their families, in activities related to care, mainly informal and with low remuneration. The work is conceived as place of sociability, of transposition of private to public sphere, but it is also perceived as reason of illness for most of the narrators. The insertion of the woman in the business world is unequal, in function informal and with low payment. The restriction of social rights announced in 1990 has affected specially the woman, that has this historical of unprotection. At present, the Benefit of the Continue Repayment (BPC), the Social Assistance of the Organic Law (LOAS), have being the alternative of many woman that don't have access to the Politics of the Social Security, however it is not understood as a social right, due to the difficulty for its access.

Key-Words: History of the woman; Benefit Continue; Oral History.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APS	Agência da Previdência Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAP	Caixa de Aposentadoria e Pensão
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidades
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CUT	Central Única dos Trabalhadores
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LBA	Liga Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SINPAS	Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 Introdução.....	9
2 Considerações teórico-metodológicas.....	18
2.1 Referencial teórico.....	18
2.1.1 A construção social dos corpos.....	18
2.1.2 História das Mulheres.....	23
2.1.2.1 A história das mulheres no trabalho.....	27
2.1.3 Trabalho.....	32
2.1.3.1 Trabalho em Pelotas.....	39
2.2 Metodologia.....	42
2.2.1 História Oral.....	43
2.2.2 Memória e Identidade.....	46
3 Política Social e Benefício de Prestação Continuada.....	49
3.1 Política Social.....	49
3.1.1 A política social no Brasil.....	52
3.2 Família.....	56
3.3 Classes Populares.....	59
3.4 Vulnerabilidade Social.....	63
3.5 Benefício de Prestação Continuada.....	66
4 A história das flores.....	71
4.1 Violeta.....	71
4.2 Jasmim.....	76
4.3 Margarida.....	82
4.4 Rosa.....	88
5 Considerações finais.....	94
Fontes Orais.....	98
Referências.....	99

1 Introdução

Esse trabalho tem como centralidade analisar a história de mulheres de classes populares no mercado de trabalho em Pelotas, buscando caracterizar a história geracional dessas mulheres e identificar como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a Política de Assistência Social são concebidos, bem como suas inter-relações com o mundo do trabalho.

O contexto atual do mundo do trabalho brasileiro é de intensa informalidade¹ e precarização² combinada com a forte redução de direitos sociais, tendência anunciada desde a década de 1990. O período de expansão fordista, presenciado anteriormente em outros países, se constituiu, no Brasil, com características de um país periférico no capitalismo internacional e marcado por características nacionais próprias, como um histórico de escravismo e de informalidade. O Brasil não viveu um contexto de pleno emprego, no entanto, há um avanço da informalidade no último período. Segundo Pochmann (2009, p.44): “A inflexão no ritmo de expansão da economia brasileira implica desemprego maior, acompanhado da degradação de parte dos postos de trabalho existentes, sobretudo no setor privado”. O trabalhador informal tende a se ocupar de atividades precárias e com baixa remuneração, combinado com a total desproteção da legislação existente.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho se dá de forma desigual em relação ao homem, seja pela sua atuação em postos de trabalho ou pela remuneração alcançada³. A mulher ocupa um papel histórico na sociedade e na família, como responsável pela reprodução de valores e costumes, e isso irá se refletir na sua inserção ao mercado de trabalho. O trabalho de mulheres em

¹Para Antunes (2011), a informalidade é a ampliação de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, alternados com a situação de desemprego. O trabalho informal são atividades com baixa capitalização, sem registro em carteira, em atividades instáveis ou temporárias.

²A precarização do trabalho em sua forma denominada de *flexibilidade liofilizada*, conforme denomina Antunes, possui os traços de estranhamento e reificação mais interiorizados e é responsável pela desconstrução dos direitos sociais do trabalho e pela generalização de outras formas de precarização. Para o autor, informalidade e precariedade possuem uma clara similitude, uma vez que a informalidade expressa formas de trabalho desprovido de direitos (ANTUNES, 2011).

³Segundo dados do último censo do IBGE, em 2010, o rendimento feminino era 67,7% do rendimento masculino, sendo o rendimento médio de R\$ 1.587 para homens e R\$ 1.074 para mulheres. Destaca-se também a disparidade advindo do recorte raça/cor, pois o rendimento das mulheres pretas ou pardas (R\$ 727) correspondia a 35,0% da remuneração dos homens brancos (R\$ 2.086). Disponível em: Estatísticas de gênero mostram como as mulheres vêm ganhando espaço na realidade... **Sala de Imprensa IBGE**. 31/10/2014. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/3IOA5>>. Acesso em: 22 abr. 2015

atividades de pouco *status* na sociedade, ligado principalmente ao universo do cuidado, em alguns casos é perpetuado por gerações em uma família. Além disso, cabe destacar o papel das políticas sociais atuais na vida das mulheres, mais especificamente a assistência social, que possui um foco voltado aos cuidados da família, interferindo diretamente no seu papel na sociedade. A mulher usuária da Política de Assistência Social passa a ser responsável por uma série de condicionalidades, que dependem diretamente de políticas do Estado. Assim, a mulher é atingida duplamente: pela precariedade e informalidade do trabalho e pela responsabilização histórica pela família⁴.

O capitalismo, ao se apropriar da divisão social do trabalho e da exploração do homem pelo homem, trouxe demandas com origem na relação Capital x Trabalho que foram enfrentadas de modos diferentes conforme a correlação de forças do momento histórico. As políticas sociais e as configurações de padrões de proteção social são desdobramentos às expressões dessa relação. As legislações sociais pré-capitalistas possuíam um caráter punitivo às demandas com origem no trabalho, no sentido de integrar a força de trabalho existente nas corporações de ofício⁵.

No Brasil, as relações sociais capitalistas se desenvolveram de forma bem diferente dos países-berço da Revolução Industrial – por essa razão a política social tem características próprias, marcadas pela fragmentação, conservadorismo e filantropismo. Conforme Behring e Boschetti (2006), o surgimento da política social foi gradual e teve ligação direta com os movimentos de organização da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das correlações de forças no âmbito nacional. O Brasil, até a década de 1930, contou apenas com medidas esparsas e frágeis de proteção social, caracterizado pela fragmentação/cooptação e, principalmente, pela superexploração do trabalho.

Essas características estão atravessadas por toda a história da política social no país. Na virada do século XX, pode-se notar uma modificação nessa conjuntura, com a formação dos primeiros sindicatos vinculados às atividades predominantemente manufatureiras, como resultado do avanço da industrialização brasileira. Essa onda industrializante foi viabilizada por algumas medidas estatais,

⁴ A responsabilização da mulher pela Política de Assistência Social é exemplificada pelo Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, que coloca a mulher como responsável pela gestão do valor transferido e, conseqüentemente, pelo cumprimento das condicionalidades do programa.

⁵ Na Inglaterra, a indução compulsória do pobre ao trabalho, assim como a cobrança de contrapartida do beneficiário da assistência sob a forma de prestação de serviços, foi prevista em lei em 1856 (PEREIRA, 2008).

como a legislação trabalhista, por exemplo. Nesse momento, os direitos sociais conquistados eram colocados com uma benevolência do Estado, característica do período getulista (ANTUNES, 2011).

A industrialização brasileira avança significativamente no período da ditadura militar (após 1964) por meio do chamado “milagre econômico”, no qual o fordismo sofre uma expansão, com características brasileiras. Nesse contexto as políticas sociais são impulsionadas como estratégia de busca de legitimidade, mas seu acesso é restrito, dando formas à previdência, saúde e educação privadas que se mantiveram e se aprimoraram até os dias de hoje. A configuração das políticas sociais se modificará a partir da Constituição Federal de 1988, que refletiu a disputa por hegemonia iniciada no final dos anos 1970, com a luta por redemocratização, seguindo com o processo constituinte, alcançando avanços, principalmente, quanto aos direitos sociais, mas grande dificuldade para a implementação de várias políticas na próxima década (BEHRING e BOSCHETTI, 2006).

As conquistas promulgadas na Constituição de 1988, que configuravam um Estado brasileiro mais democrático e políticas sociais de cunho socialdemocrata, enfrentaram muitos desafios para suas implementações na década de 1990. Esse avanço na política social com a construção de um “Estado de Bem Estar Social”, com mais de 40 anos de atraso, enfrentou um contexto econômico extremamente desfavorável de esgotamento do período de expansão capitalista internacional a partir dos anos de 1960. Conforme Behring e Boschetti (2006), os anos de 1990 tem sido de contrarreforma do Estado e de obstáculo e redirecionamento das conquistas de 1988.

Atualmente, vivencia-se um quadro caracterizado por um processo tendencial de precarização estrutural do trabalho, segundo Antunes (2009). O capitalismo, em sua fase global, exige o desmonte da legislação social e protetora do trabalho para o aprofundamento dos mecanismos de extração do subtrabalho⁶. As consequências desse modelo são sentidas principalmente pelas mulheres, uma vez que são as maiores demandatárias de políticas sociais e o maior número de ocupantes em postos de trabalho precários.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho acontece de maneira

⁶Para Ricardo Antunes (2009) o emprego regulamentado, dominante no século XX, está sendo substituído por outras formas de trabalho e subtrabalho, como, por exemplo, o empreendedorismo, o trabalho voluntário, o cooperativismo, que vão gerar novos mecanismos de intensificação e exploração do trabalho.

desigual, em uma relação atravessada pela opressão/dominação de gênero⁷ socialmente constituída, que algumas vezes se reproduz por gerações de uma mesma família. O trabalho passa a ser entendido de maneira multidimensional, levando em conta o trabalho doméstico e o trabalho não remunerado, já que a mulher ocupa um lugar cultural na sociedade.

A configuração atual das políticas sociais no Brasil está focada na extrema pobreza e baseada, principalmente, em programas de transferência de renda. Essas ações possuem um caráter paliativo, com pouco incentivo à emancipação. Na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2004, é prevista um foco de ações e programas na família, que é entendida como núcleo básico de acolhida e formação do cidadão, constituído por diversos arranjos. No entanto, percebe-se no decorrer da legislação que o traço de família idílica não é eliminado, principalmente quando se fala em condicionalidades de programas.

As condicionalidades para o acesso à política de assistência social possuem um caráter de reprodução de valores e hábitos e transferem responsabilidades à família, mais especificamente à mulher que é historicamente responsável por seus cuidados. É preciso ter hábitos de higiene, ter crianças na escola e cuidar da alimentação – responsabilidades que dependem diretamente de ações do Estado na garantia de saúde e educação pública de qualidade, por exemplo.

A idealização de um modelo de família a ser seguido reforça uma velha associação existente em assistência social e fracasso. Normalmente essa ideia de “fracasso” está ligada a manutenção de uma família tradicional (mononuclear) e a conquista de um trabalho digno, tendo rebatimentos diretos sobre a mulher. A mulher tem historicamente o papel de reprodução de valores na família, longe da esfera pública, e focada nos cuidados de crianças, doentes e idosos. Assim, observa-se que as ações da Política de Assistência Social na realidade tem gênero.

Considerando esses pontos, apresenta-se a seguinte proposta de pesquisa para avançar na análise de elementos que contribuam para um maior conhecimento deste tema. Para isso, este estudo visa responder a seguinte questão: Qual a trajetória de mulheres de classes populares no mundo do trabalho, que demandou o Benefício de Prestação Continuada, em Pelotas, nos últimos quatro anos?

O tema escolhido resultou da experiência profissional da pesquisadora como

⁷ Para Joan Scott (1995), gênero é a primeira forma de significar as relações de poder, é elemento constitutivo das relações sociais e só adquire seu estatuto baseado nas diferenças entre os sexos.

Assistente Social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atuando nas políticas de previdência social e assistência social há seis anos. A partir dessa prática percebe-se que, em muitos casos, a inserção das mulheres de classes populares no mercado de trabalho acontece de maneira informal, desprotegida e em postos de trabalho precários. Em algumas situações essa história se perpetua entre mulheres de determinadas gerações da mesma família, dando origem a um processo de “naturalização” do trabalho informal. Com isso, as mulheres acabam se transformando em grandes requerentes da Política de Assistência Social, mais especificamente do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O trabalho foi realizado na cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, e abrangeu a demanda de requerimentos do Benefício de Prestação de Continuada (BPC) da Agência da Previdência Social (APS) de Pelotas, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Teve como objetivo geral: conhecer a história de mulheres de classes populares que demandaram o Benefício de Prestação Continuada, em Pelotas, nos últimos quatro anos. Além disso, o trabalho contou com os seguintes objetivos específicos: a) analisar a história de mulheres, de classes populares, e sua inserção no mundo do trabalho; b) caracterizar suas histórias geracionais em relação com o trabalho; c) identificar como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a Política de Assistência social são concebidos e suas relações com o trabalho.

A pesquisa teve como ponto de partida as seguintes hipóteses: a) a história de mulheres de classes populares no trabalho é atravessada pela opressão de gênero e classe que se perpetua por gerações de mulheres da mesma família, em postos de trabalho pouco valorizados, em funções precárias e sem cobertura da Política de Previdência Social; b) historicamente o trabalho de mulheres de classes populares acontece de maneira informal, sem acesso aos direitos previdenciários, sendo a Política de Assistência Social, mais especificamente o Benefício de Prestação Continuada, a única proteção social.

Esse trabalho está organizado em quatro capítulos. Após esta introdução, o segundo capítulo se refere às considerações teóricas e metodológicas. O referencial teórico está ancorado, principalmente, nas produções teóricas existentes sobre o tema e pode ser sintetizado a partir das referências sobre as categorias principais: História das Mulheres e Trabalho.

O primeiro tema teve como objetivo analisar o papel da mulher na história,

surgindo nos anos 1960, em consonância com o movimento feminista. Destaca-se que a História das Mulheres está intimamente ligada a um movimento social e demonstra compromisso com a transformação da situação de invisibilidade na história. Além disso, buscou-se caracterizar historicamente a inserção das mulheres ao trabalho. Para essa categoria serão utilizados os seguintes autores: Perrot (2005; 2008), Tilly (1994), Matos e Borelli (2012) e Hirata (2004).

A categoria “Trabalho” está embasada na teoria de Marx (1980), concebendo o trabalho como constituinte do ser social, sendo o homem produto e criação de sua ação. Essa categoria sofreu transformações ao longo da história, representando valores diversos em diferentes sociedades. Para esse resgate histórico usou-se Bendassoli (2007), Bihl (2010) e Vargas (1985). Além disso, buscou-se apreender a história econômica de Pelotas a fim de compreender o trabalho na cidade, para isso se utilizou Loner (1999) (2001), Spolte (2010) e Vargas (1994).

A metodologia da História Oral foi central na construção de narrativas com a finalidade de desvelar uma memória social, pois a História Oral proporciona, através da análise conjunta de manifestações e depoimentos individuais, o descobrimento de uma identidade em comum. Segundo Portelli (1997, p.14): “a história oral como parte do indivíduo, leva ao reconhecimento não só da diferença, como também da igualdade”. O autor ressalta a potencialidade da história oral em aproximar e traduzir histórias distintas, muitas vezes marginalizadas, para a compreensão da sociedade atual.

As entrevistas foram realizadas com quatro mulheres, visando contemplar diferentes faixas etárias, que solicitaram o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), entre os anos de 2009 e 2014, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. A delimitação temporal deve-se à implantação de um novo modelo de avaliação para concessão do benefício, baseado na Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), implantado em 2009, que passou a levar em conta aspectos ambientais e sociais. Anteriormente, a avaliação acontecia somente através da doença e incapacidade apresentada, sem levar em conta a interação do indivíduo com a sociedade e o acesso, ou não, aos recursos das políticas sociais existentes.

Esta pesquisa pretendeu fazer um paralelo entre o texto das políticas sociais ligadas ao trabalho no Brasil e a inserção das mulheres ao mercado de trabalho. A História Oral Temática foi uma forma privilegiada de ressaltar as vivências dessas

mulheres, apontando as conquistas e desafios enfrentados no mercado de trabalho. Conforme Freitas (2002, p.21), neste tipo de História Oral: “a entrevista tem caráter temático e é realizada com um grupo de pessoas, sobre um assunto específico [...] não abrange necessariamente a totalidade da existência do informante”. Assim, as categorias história das mulheres, trabalho e política social perpassaram todo o trabalho.

A memória é um elemento fundamental quando se trabalha com história oral. Para Portelli (1997), a memória é um processo individual, que está inserido em um meio social, proporcionando memórias semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Entretanto, mesmo com essas trocas coletivas, não há indivíduos com lembranças exatamente iguais. A história oral recompõe a realidade através da apreensão de diversas memórias, buscando uma representação da sociedade (PORTELLI, 1997).

O trabalho de pesquisa se desenvolveu através de três momentos. O primeiro consistiu em pesquisa documental e bibliográfica sobre as categorias teóricas e analíticas. Além de abranger, também, a elaboração do roteiro que foi utilizado nas entrevistas, levando em conta os objetivos e a realidade a ser pesquisada. No segundo, foi definida a amostra e realizadas as entrevistas orais com sujeitos sociais selecionados, ou seja, com mulheres requerentes do Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Política de Assistência social. Os dados sistematizados e analisados no primeiro e no segundo momento da pesquisa foram base para o terceiro momento, onde se realizou a interpretação dos dados orais obtidos.

O terceiro capítulo diz respeito à delimitação da política social e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), construindo um referencial teórico baseado nas categorias: política social, família, classes populares e vulnerabilidade social. Além disso, procurou-se delimitar a constituição legal do benefício e fazer um levantamento de dados quantitativos para dar um panorama de sua conjuntura.

As Políticas Sociais surgiram em um período de expansão do capitalismo e suas configurações são influenciadas pelo modo de produção de cada período histórico. No Brasil, a implantação de ações sociais organizadas aconteceu de maneira tardia em relação a outros lugares do mundo e possui características próprias nacionais. Para análise da legislação social se utilizou os seguintes autores: Couto (2008), Behring e Boschetti (2006) e Sposati (2004).

O conceito de família foi abordado com base nos estudos de Sarti (2011), que estudou a família e a moral para os pobres. Para a autora, a família para os pobres é

constituída por uma rede de relações mútuas, de retribuições contínuas. Com essa categoria, buscou-se também compreender os diversos arranjos familiares, os papéis e a hierarquia dentro da família. Além disso, também foi abordado o conceito de família nas políticas sociais com Mito (2008) e Rodrigues (2008).

Na categoria “Classes Populares” se realizou uma reconstrução histórica dos estudos sobre a pobreza, fazendo uma contextualização de aspectos políticos, econômicos e sociais do período. O objetivo dessa categoria foi demonstrar as várias dimensões da pobreza, que não pode ser vista apenas pelo aspecto da carência material. Essa categoria se baseou nos estudos das autoras Fonseca (2004) e Sarti (2011).

O termo vulnerabilidade social está ligado à ideia de uma situação de possível exclusão. Nessa categoria, buscou-se apreender a vulnerabilidade para além da dificuldade individual, procurando compreender os aspectos conjunturais que levam a essa situação. Os arranjos sociais e políticos que influenciam a ação do indivíduo devem ser levados em conta, principalmente a organização das políticas sociais. Para essa categoria, tem-se como referência Castel (1997), Ayres (1999) e Monteiro (2001).

Desde a implantação do novo modelo de avaliação para concessão do benefício, há um aumento na demanda ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) de pessoas que possuem alguma doença à qual impõem barreiras ao desenvolvimento de sua participação em sociedade, principalmente referente ao trabalho. Essa demanda é composta por pessoas que já tiveram inserção no mercado de trabalho, mas que adoeceram em decorrência da exposição a postos de trabalho informais e precários. O caráter informal de seu trabalho não permitiu a cobertura da política previdenciária e sua situação precária leva a ocorrência de diversas barreiras na saúde. Percebe-se que as mulheres são as maiores requerentes desse benefício.

O quarto capítulo, a história das flores, constitui a análise das narrativas das quatro entrevistas realizadas. Nesse capítulo se apresenta a história de mulheres na faixa dos 30 aos 60 anos de idade que foram ou são chefes de família, com um histórico de informalidade e precariedade no mundo do trabalho. Além disso, elas possuem em comum o fato de serem demandatárias da Política de Assistência Social, mais especificamente do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Por fim, na última etapa, nas considerações finais, escrevem-se algumas

observações sobre a pesquisa, com a intenção de trazer alguns elementos ao debate, sintetizando o que foi apresentado ao longo do estudo. Nessa fase, busca-se colocar o tema da pesquisa em evidência e propor uma reflexão em torno da invisibilidade da vida dessas mulheres.

2 Considerações teórico-metodológicas

Este segundo capítulo tem a intenção de expor algumas categorias teóricas metodológicas importantes para compreensão do problema de pesquisa. As categorias teóricas são resultantes de uma pesquisa bibliográfica para a constituição de um referencial teórico que norteou os estudos e análises realizadas, bem como a caracterização do contexto social em que o trabalho se insere. A metodologia da História Oral foi importante não só para realização das entrevistas, mas também para compreensão desses relatos na teia das relações sociais.

2.1 Referencial teórico

2.1.1 A construção social dos corpos

O sociólogo Pierre Bourdieu em seu livro “*A dominação masculina*” (2014) discorre sobre a socioanálise do inconsciente androcêntrico persistente até os dias de hoje na sociedade, através de uma análise etnográfica das estruturas objetivas e cognitivas dos berberes da Cabília. Trata-se de uma sociedade histórica específica, mas que mescla elementos estranhos e familiares às sociedades ocidentais atuais. A escolha da Cabília se justifica pela tradição cultural que essa sociedade manteve, a qual foi partilhada por toda Europa.

Como ponto de partida de sua análise, Bourdieu analisa a construção social dos corpos – o que daria origem a divisão entre os sexos. Essa divisão decorre da “ordem das coisas” e é dada como natural e normal, com um caráter de inevitabilidade. Ela está presente na constituição do mundo social e incorporado ao *habitus*⁸ do agente, sendo um sistema de pensamento e ação. A ordem social tende a ratificar a dominação masculina, dispensando justificção, colocando-a como base para toda sua estruturação. Conforme o pensador: “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e divisão

⁸O conceito de *habitus* de Bourdieu se refere a disposições introjetadas, através da ação da estrutura, e exteriorizadas e resignificadas pela subjetividade do agente (BOURDIEU, 2014).

sexualizantes” (BOURDIEU, 2014, p.18). Essa percepção é incorporada por todos os elementos do espaço social.

A definição social dos órgãos sexuais é produto de uma construção social orientada e não um registro de características naturais. Os pensamentos e ações empreendidas no *habitus* têm origem nas estruturas de dominação que são, ao mesmo tempo, atos de conhecimento e, sobretudo, de reconhecimento da dominação. Apesar de certa essa correspondência, ainda assim, há lugar para uma luta cognitiva e simbólica referente aos sentidos das coisas no mundo. Bourdieu (2014, p.31) afirma:

Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo – o desejo masculino como desejo de posse, ou mesmo, em última instância, como reconhecimento erotizado da dominação.

Assim, o autor demonstra como os laços de sexualidade e poder se manifestam e que os papéis masculino e feminino são indissociáveis das estruturas sociais que condicionam e possibilitam sua significação.

A dominação masculina é incorporada por todos agentes do espaço social e o feminino sofre com um *confinamento* simbólico, assegurado por todo um universo que mede a feminilidade através da arte de “se fazer pequena”, limitando as mulheres em seu território de deslocamentos e movimentos de seu corpo simbolizado, principalmente, por suas roupas, sem precisar de nenhuma regra explícita para prescrever ou proibir. Ainda em épocas de maior liberdade do corpo feminino, percebe-se que esse costume ainda está subordinado ao ponto de vista do homem, manifestando uma disponibilidade simbólica⁹.

Essa dominação, advinda das divisões constitutivas da ordem social e de relações de dominação e exploração, se colocam em duas categorias de *habitus*: sob a forma de corpos complementares e princípios de divisão entre os sexos. O resultado dessas relações sociais são práticas que se resumem à oposição entre o masculino e o feminino, cada um com seu lugar e sua função no espaço social.

A reprodução social da visão androcêntrica é vista com objetividade no senso

⁹ Para Bourdieu, o poder simbólico consiste nos fenômenos propriamente simbólicos, como rituais e costumes, e, estratégias de acumulação do capital de honra e prestígio. Esse conceito tem a dinâmica entre o reconhecimento e a legitimação. O capital simbólico é responsável pelo reconhecimento de outros capitais, como, por exemplo, o econômico (BOURDIEU, 2014).

comum, com um sentido prático. As próprias mulheres agem de acordo com a reprodução da dominação masculina, com esquemas de pensamento produtos dessa dominação. De acordo com Bourdieu,

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais (BOURDIEU, 2014, p.45).

As condições para dominação masculina estão, assim, fundadas em uma série de estruturas sociais, baseadas no *habitus*, que estruturam a percepção e ação dos agentes com um caráter natural e transcendental.

O poder simbólico não se concebe sem o consentimento do dominado, que o constrói enquanto poder. As tendências à submissão utilizadas como pretexto para culpabilizar a vítima também são frutos da ação dessa estrutura, que tem sua eficácia comprovada em suas funções de reprodução. Conforme o autor, essa construção prática não é um ato intelectual, mas sim resultante de um poder duradouro sob os esquemas de percepção e disposições.

A transformação dessa situação de dominação não será fruto de um simples esforço de vontade, baseado em uma consciência libertadora. Para o autor, seria uma ilusão pensar em vencer a violência simbólica através de consciência e vontade, porque seus efeitos estão enraizados na história. Essas estruturas são históricas, frutos de uma ação constante de reprodução, principalmente através de agentes específicos, como as instituições família, Igreja, Escola e Estado, que formam uma rede que atua através da violência física e simbólica.

A existência dessas estruturas sociais é possível graças a uma relação de dominação, que funciona por uma espécie de cumplicidade entre dominantes e dominado. Para o autor, a revolução simbólica proclamada pelo movimento feminista não deve estar baseada na modificação da consciência, pois não basta esclarecer, já que as disposições dos agentes estão baseadas nas estruturas de dominação que as produzem. O autor ainda afirma:

A violência simbólica não se processa senão através de um ato de conhecimento e de desconhecimento prático, ato este que se efetiva aquém

da consciência e da vontade e que confere seu “poder hipnótico” a todas suas manifestações [...] (BOURDIEU, 2014, p.54).

O *habitus* é inseparável das estruturas, que constituem a percepção e ação do agente, que produzem e reproduzem homens e mulheres, particularmente o mercado de bens simbólicos.

O terreno das trocas simbólicas é onde se dá as relações assimétricas entre homens e mulheres, sob o princípio da inferiorização e exclusão da mulher, o qual é ratificado pelo sistema mítico-ritual. Essas relações nada mais são do que relações de produção e reprodução de capital simbólico. Através da lógica da economia das trocas simbólicas, que contém a explicação para o primado masculino, das relações familiares e de parentesco, principalmente do casamento, é construído o estatuto social de objeto de troca da mulher, destinados a contribuir para o capital simbólico do homem.

O homem, como fruto dessas relações estruturais, possui um papel que vai além de dominador, mas também de dominado. Ao tratar da virilidade e violência, o autor pontua que o homem também é prisioneiro e vítima da representação dominante. Nas palavras do autor: “ser homem, no sentido de vir, implica dever-ser, uma virtus, que se opõem sob a forma do ‘é evidente por si mesma’, sem discussão” (BOURDIEU, 2014, p.63). Sob a forma de nobreza e honra, dada aparentemente como natural, há a reprodução de um trabalho social de dominação e inculcação que se inscreve como um *habitus*, uma lei social incorporada.

A carga da virilidade¹⁰ carregada pelo homem é entendida como capacidade de reprodução sexual e, também, como disposição ao combate e a violência. A validade da virilidade passa pelo crivo de outros homens e é validada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de “homens verdadeiros”. Para isso, existem instituições que se encarregam dessa tarefa, tendo com exemplo máximo o exército, que reconhece a coragem como um valor fundamental. Cabe ao homem provar e comprovar sua virilidade sob a exigência da ordem simbólica. Assim, a noção de virilidade é relacional, construída da relação com outros homens, contra a feminilidade, dentro de si mesmo.

Para Bourdieu, o trabalho da reprodução da dominação masculina é garantido por três instituições – Família, Igreja e Escola – que agem principalmente nas

¹⁰ Para saber mais ver o livro História da Virilidade, organizado por Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello, em três volumes. Os volumes foram publicados, no Brasil, pela Editora Vozes.

estruturas do inconsciente. A família é a principal instituição que impõe desde o início a reprodução da dominação masculina, da divisão sexual do trabalho e sua legitimidade. A igreja baseia suas ações sob os princípios do patriarcado, com uma moral familiarista e com dogmas de inferioridade da mulher. Já a escola, mesmo quando fora dos domínios da igreja, continua transmitindo as representações do patriarcado e expressa a divisão sexual em sua própria hierarquia, com suas conotações sexuais entre as diferentes disciplinas, escolas e especialidades, contribuindo na formação dos papéis sociais.

Nesse leque de instituições, destaca-se o papel do Estado que é responsável por ratificar os dogmas do patriarcado em uma relação entre público e privado, gerindo e regulamentando a existência da unidade doméstica. Segundo Bourdieu (2014, p.106),

Os Estados modernos inscreveram no direito de família, especialmente nas regras que definem o estado civil dos cidadãos, todos os princípios fundamentais da visão andocêntrica. E a ambiguidade essencial do Estado consiste, por um lado, determinante, no fato de que ele reproduz em sua estrutura mesma, (...) ficando as mulheres com a parte ligada ao Estado social, não só responsáveis por, como enquanto destinatárias privilegiadas de seus cuidados e de seus serviços.

Ao Estado coube trazer os interesses do patriarcado para âmbito público, ratificando e regulamentando sua configuração. Inclusive, em sua própria organização, o Estado reproduz a divisão sexista, com os papéis masculino ligado ao econômico e racional, e, feminino ligado aos cuidados e a subjetividade.

Por fim, o autor analisa os fatores de mudança da dominação masculina nos dias atuais. A maior mudança se constitui no fato de que a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo indiscutível. Para o autor, isso se deve, em grande parte, pelo trabalho do movimento feminista que conseguiu romper com a lógica do reforço generalizado, pelo menos em algumas áreas do espaço social. Assim, a evidência passou a ter que ser defendida e justificada em alguns casos. Esse questionamento caminha junto com as transformações da situação social feminina, principalmente nas camadas sociais mais favorecidas.

No entanto, essas transformações ocultam a permanência de certas posições relativas sob a ótica da igualdade de condições, como os níveis de escolaridade e entre as carreiras disponíveis, onde persiste a desigualdade entre o feminino e masculino.

A melhor prova das incertezas do estatuto atribuído às mulheres no mercado de trabalho reside, sem dúvida, no fato de que elas são sempre menos remuneradas que os homens, e mesmo quando todas as coisas são em tudo iguais, elas obtêm os cargos menos elevados com os mesmos diplomas e, sobretudo, são mais atingidas, proporcionalmente, pelo desemprego, pela precariedade de empregos e relegadas a cargos de trabalho parcial (BOURDIEU, 2014, p. 110).

Essa instabilidade da mulher no mercado de trabalho, resultante das incertezas listadas por Bourdieu (2014), podem ser uma causa para a ênfase das ações do Estado social nesse setor. Com isso, a mulher também fica exposta às consequências de uma diminuição no papel social do Estado.

Bourdieu (2014) afirma que a história das mulheres faz parecer uma constância e permanência dos fatores: Igreja, Estado, Escola, etc., mas que não chega ao cerne da questão: a problematização das causas dessa prevalência. Para o autor, a história das mulheres deve dar lugar aos agentes e instituições que dão garantias para a constância e permanência da dominação que sofre a mulher. A pesquisa histórica não deve se deter apenas em narrar as transformações históricas do lugar da mulher na sociedade, mas problematizar o papel das instituições nessa configuração a fim de refletir suas condições atuais.

Assim, a história das mulheres está imbricada desses valores e costumes que são difundidos e determinados pelas instituições da sociedade e que atravessam o tempo perpetuando uma sociedade androcêntrica. Atualmente, a mulher ainda sofre com essas determinações, tanto em sua vida afetiva, quanto na sua relação com a família e na sua inserção no mercado de trabalho. Essas estruturas tem um papel histórico, principalmente o Estado, que funda suas políticas sociais nos cuidados da família e na responsabilização da mulher. Bourdieu (2014) chama atenção para a importância das estruturas sociais na constituição das relações sociais que conformam o modo de vida da mulher e suas relações. Com essa categoria pretende-se compreender o contexto das instituições que estruturam a vida das mulheres, como o Estado, o mundo do trabalho e a família.

2.1.2 História das Mulheres

A mulher começa a aparecer na história no século XIX em um campo designado como Antropologia Histórica, que redescobriu a família como célula

fundamental da sociedade. Com as estruturas de parentesco, este campo científico deu visibilidade ao feminino, ainda que, sem muitas rupturas com as noções anteriores. Ao oferecer destaque em seus trabalhos para relações cotidianas, superando as idealizações abstratas, abriu espaço para a incorporação das mulheres à historiografia (GONÇALVES, 2006).

Nos anos de 1970, os estudos sobre as mulheres ganharam força, privilegiando sua inserção no mundo do trabalho, vinculados às pesquisas sobre movimento operário de inspiração marxista – a intenção era desvelar a opressão masculina e capitalista. Os principais resultados dessa pesquisa são que a “condição de operário” não levava a constituir laços de solidariedade. Para, Gonçalves (2006), o historiador inglês E. P. Thompson, no final dos anos 1970, embora não tenha as mulheres como objeto específico de seus estudos, foi importante para renovação dos estudos sobre as mulheres operárias:

[...] com sua ênfase no trabalho urbano ou nas “múltiplas estratégias e resistências criadas e recriadas pelas mulheres no cotidiano”, com a ideia de uma “cultura de resistência”, em que a luta pela sobrevivência e a improvisação tomaram feições de atitudes políticas, formas de conscientização e manifestações espontâneas de resistência, foram fundamentais à renovação dos estudos sobre as mulheres operárias. (GONÇALVES, 2006, p.59).

A autora não estabelece a mulher como o objeto central de sua obra, mas ao desvendar as manifestações cotidianas de resistência dos segmentos populares traz à tona a participação da mulher no espaço público.

A narrativa histórica tradicional dá pouco espaço à história das mulheres, pois privilegia a cena pública, ambiente no qual as mulheres pouco aparecem. Há uma predileção pela política, guerra e outros ambientes públicos onde a história da mulher é quase nula. Destaca-se que essa escassez é presente nas fontes utilizadas pelos historiadores, como documentos oficiais, nos quais a mulher começou a aparecer mais significativamente a partir da segunda metade do século XIX. Conforme Perrot (2005, p.33):

No século 19, por exemplo, os escrivães da história – administradores, policiais, juizes ou padres, contadores da ordem pública – tomam nota de muito pouco do que tem o traço das mulheres, categoria indistinta, destinada ao silêncio. Se o fazem, quando observam a presença feminina em manifestação ou reunião, recorrem aos estereótipos mais conhecidos: mulheres vociferantes, megeras a partir do momento em que abrem a boca, histéricas, assim que comecem a gesticular.

A autora ainda acrescenta que o século XIX separou em categorias o público e o privado, sendo o mundo público, sobretudo, o político e econômico, dominado pelo masculino, o mais importante.

A história das mulheres é ligada à categoria do privado, por esse motivo é encontrada em arquivos pessoais, em diários, álbuns, livros de memórias, normalmente em objetos que contam o íntimo de sua vida e dos que nela convivem. Para Michelle Perrot: “o que resta do passado nas mulheres de hoje (e que não é pouco), é uma memória do privado, voltada para a família e para o íntimo, aos quais elas estão de certa forma relegadas por convenção e posição” (PERROT, 2005, p.39). A autora chega a associar esse registro das mulheres ao papel de “secretária da família”, pois a mulher era responsável pela produção e manutenção de seus arquivos. Além disso, em muitos casos esses arquivos são destruídos pela própria mulher, por temor de incompreensão por parte dos herdeiros: “como se sua aparição fosse uma ofensa à ordem” (PERROT, 2005, p.37).

A emergência da mulher como objeto de pesquisa aconteceu nos anos de 1960, quando se percebe a necessidade de analisar o seu papel na história. No período anterior, observa-se que a mulher estava fora do relato da história em uma situação de invisibilidade. Dentre os fatos que contribuíram para esse avanço, Perrot (2008) lista três: científicos, sociológicos e políticos. Para a autora, os fatores científicos estão ligados à crise dos sistemas de pensamento e a predominância do fator subjetivo dos anos de 1970. Os fatores sociológicos dizem respeito a maior presença das mulheres em áreas de construção de conhecimento, como as universidades. E os fatores políticos estão diretamente relacionados com o movimento de liberação das mulheres desenvolvido, principalmente, a partir de 1970.

A disseminação de trabalhos com a história das mulheres, baseados em inúmeras pesquisas empíricas, colocava em xeque as periodizações correntes, mas também redefiniam o espaço de poder, evidenciando que as mulheres haviam influenciado vários eventos históricos, conforme Gonçalves (2006). Para a autora:

As historiadoras feministas eram acusadas de se basearem em uma visão parcial da História, ao privilegiar as mulheres como sujeitos, ficava claro que também o conhecimento histórico que se produzia sob o rótulo de “História Universal” ou “História da Humanidade” padecia da isenção que muitos profissionais reivindicavam para ela (GONÇALVES, 2006. p.65).

O que estava em jogo era a legitimidade do sujeito universal, até então sustentado pela História. Ou o sujeito universal não existia ou, até então, estava se contando apenas parte da história. Assim, a história das mulheres decreta o fim do sujeito universal masculino.

Nos anos de 1990, a história das mulheres passa por um dilema, pois à medida que conseguia se consolidar, principalmente questionando a história convencional, seguia sendo uma “história paralela”. A história das mulheres acabou por revelar uma participação secundária da mulher na história, de modo que se questionava seu poder de modificação da história tradicional. Além disso, começou-se a problematizar que nem sempre a diferença entre homens e mulheres se sobrepunha as distinções de classe, etnia, raça (GONÇALVES, 2006).

A definição pelo sexo das mulheres enaltece o fator biológico, mas as mulheres são muito mais do que apenas isso. A história das mulheres compreende sua inserção na sociedade, entendendo suas vidas influenciadas por regras sociais e costumes. Para Louise Tilly (1994, p.31): “um aspecto que distingue a história das mulheres de outras é o fato de ter sido uma história e um movimento social: por um longo período, ela foi escrita a partir de convicções feministas”. A autora destaca que poucas histórias possuem uma existência tão próxima a um movimento de transformação como a das mulheres.

A história das mulheres tem uma ligação estreita com a história oral advinda desse caráter testemunhal de sua fonte. Através dos arquivos privados da história, consegue-se reconstruir a história de mulheres singulares, desprovidas da notoriedade da história oficial. Para Perrot (2005, p.40): “É por isso que os desenvolvimentos recentes da história chamada de ‘oral’ são de certa maneira uma revanche das mulheres... Dar palavra aos deserdados, às pessoas sem história (...)”. As mulheres também são muito utilizadas como testemunhas na história oral, por terem uma maior longevidade, mas principalmente pela facilidade para falar de sua vida privada.

A autora chama atenção também sobre a necessidade de superação de uma história descritiva para uma história mais analítica. A história descritiva e interpretativa contribuiu para evidenciar a experiência das mulheres, mas evitou resolver problemas analíticos. Tilly (1994) afirma que, ao utilizar uma metodologia mais analítica, os(as) historiadores(as) devem contribuir para uma explicação de

problemas mais gerais. Esse estudo analítico complementa a descrição e interpretação e faz um paralelo com questões mais gerais e atuais.

2.1.2.1 A história das mulheres no trabalho

O marco inicial das mulheres no trabalho, no Brasil, pode ser apontado como o trabalho das mulheres negras escravizadas¹¹. A figura da mulher negra sempre esteve ligada à casa grande, pois ao garantir seu funcionamento, com papel importante na estruturação social, também constituiu seu lugar de domesticação. Essas mulheres, no entanto, realizavam também o trabalho pesado da lavoura, junto aos homens, praticando as mesmas tarefas. Em alguns casos, as mulheres assumiam o plantio para subsistência em conjunto com os filhos. Era costume, em alguns lugares do Brasil, o senhor oferecer à família de escravos uma roça para plantar e criar pequenos animais. Como destaca Dias (2012, p.364): “Em geral, as escravas com seus filhos trabalhavam a roça doméstica sem os maridos. Elas também processavam alimentos como o arroz, o milho e a mandioca, manuseando instrumentos como o pilão e o ralador”. Essas mulheres ainda cumpriam tarefas cozinhando para todos e fazendo serões noturnos em festas e dias especiais.

O trabalho doméstico era visto como uma possibilidade para uma vida mais confortável, por isso muitas mulheres procuravam desenvolver habilidades como lavar, cozinhar, costurar e engomar a fim de prestar serviços à casa grande. As mulheres que eram responsáveis pelo trabalho doméstico eram poupadas das tarefas mais pesadas e andavam melhores vestidas, inclusive com acesso a acessórios e adornos, impossíveis para as outras escravas. As características desse trabalho diferenciavam umas mulheres das outras, criando certa hierarquia que se somava aos demais conflitos já existentes, como as rivalidades étnicas. Embora esse trabalho fosse mais vulnerável a violência doméstica, como o assédio sexual e a vingança por parte das mulheres brancas.

As escravas domésticas foram a maioria das escravas que migraram para cidades, pois o serviço urbano parecia mais promissor para a conquista da alforria e com a Lei do Ventre Livre essa possibilidade se revelava mais próxima. Destaca-se que, mesmo com o grande interesse pela migração por parte das escravas, esse

¹¹O trabalho da mulher indígena acontecia sob uma forma diferenciada de organização, que não pode ser classificada como exploração do trabalho. Por esse motivo, não será abordado nesse trabalho.

fator dependia da vontade dos senhores de escravos, que determinavam os trabalhos que iriam ser desenvolvidos. Em sua maioria trabalhavam como quitandeiras e vendedoras ambulantes. Mesmo com um longo caminho e com muitas dificuldades, essas mulheres persistentes tornaram a alforria um fenômeno majoritariamente feminino no século XIX (DIAS, 2012).

Ao final da escravidão, esse trabalho doméstico se configurou como um meio de sobrevivência central na vida dessas mulheres. Conforme Ferreira (2011, p.3): “Nos anos finais do século XIX e início do XX mais de 70% da população economicamente ativa ex-escrava, estava inserida no trabalho doméstico”. Assim, de acordo com a autora, a mão de obra economicamente ativa ex-escrava feminina, majoritariamente estava ligada ao trabalho doméstico. A mulher negra passa a realizar as mesmas tarefas domésticas, mas sob novos arranjos, agora como mão de obra liberta, através de contratos de locação de serviços ou, até mesmo, sob a forma de “favor”, para aquelas que não tinham para onde ir, com a manutenção da relação com os ex-senhores.

Com o aumento da população urbana houve o surgimento de novas oportunidades para o trabalho feminino em tarefas como vendedoras ambulantes, principalmente em feiras livres, como cozinheiras, com vendas em bandejas e cestas, e como artesã, em regime domiciliar e com pagamento por peças. No último caso, a qualificação acontece principalmente por meio do processo de sociabilidade e o aprendizado é passado por outras mulheres (MATOS; BORELLI, 2012)

No período pré-industrial não havia uma separação clara entre atividades produtivas e atividades domésticas, uma vez que a produção acontecia em casa ou nas proximidades e todos os membros da família eram envolvidos. Nesse período, as mulheres possuíam certa influência dentro do lar, devido à sua importância no processo econômico, mesmo que excluídas da política e da guerra, domínios masculinos. Essa situação se modificou com o advento da indústria moderna, que separou a casa do local de trabalho e implantou um processo de produção a ritmo de máquina. Com isso, os empregadores passaram a contratar trabalhadores individuais e não famílias (GIDDENS, 2005).

A ideia de público e privado, como esferas distintas, foi estabelecida durante o processo de industrialização. O homem passou a ocupar a esfera pública em decorrência de sua ocupação fora de casa e a mulher foi associada aos valores “domésticos”, sendo responsável pela família. A participação das mulheres como

força de trabalho era majoritariamente de solteiras. Esse cenário foi modificado com a escassez de mão de obra gerada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), momento em que as mulheres passaram a ocupar lugares que antes eram de homens (GIDDENS, 2005).

Na França, conforme coloca Michelle Perrot (2005), a população industrial ativa feminina aumentou na segunda metade do século XIX devido à estagnação do crescimento populacional – a mulher era vista como mão de obra reserva:

Relativamente crescente, sem tradição, oprimida por uma dominação bicéfala, em que o homem e o patrão se apoiam, o proletariado feminino oferece todas as características do exército industrial de reserva: emprego flutuante, sem qualificação, suas remunerações são inferiores a cerca da metade das remunerações dos homens (PERROT, 2005, p.156).

A mão de obra feminina era superexplorada pelo patrão e seus capatazes, com baixos salários e pressão constante sobre sua produção, por vezes até sofrendo violência física e assédio sexual. Já o marido via seu trabalho como secundário e sua remuneração como um complemento e a sociedade ditava a maternidade ativa como um tempo crucial. Assim, a mulher era oprimida tanto pelo patrão, quanto pelo marido e pela sociedade.

No Brasil, a inserção da mulher nas fábricas ocorreu na última década do século XIX, durante o processo de modernização. O fim da escravidão e do regime monárquico, a crescente urbanização, a grande imigração e a industrialização foram os elementos desse contexto. Matos e Borelli (2012) afirmam que a presença feminina era de 70% nos setores de algodão e tecelagem, sendo a maioria de imigrantes e jovens, e seus ordenados eram 65% do valor recebido por homens adultos. O trabalho era caracterizado por baixos salários e tarefas repetitivas que exigiam menor qualificação. Mas, ainda assim, eram consideradas frágeis e indefesas pela imprensa e sociedade. Em 1917 e 1919 surgiram as primeiras medidas reguladoras do trabalho feminino, proibindo a jornada noturna e o trabalho no último mês de gestação e no primeiro mês do puerpério (MATOS; BORELLI, 2012).

No período após Primeira Guerra, em 1918, começou a se difundir a ideia de que a mulher deveria se dedicar ao lar e a maternidade. Diversos grupos sociais e instituições se colocaram como opositores ao trabalho feminino, com preocupações morais ligadas a crenças religiosas, preceitos jurídicos e ideias higienistas. Entre

1920 e 1940 houve uma grande diminuição da presença feminina nas indústrias, devido a uma combinação de fatores como as mudanças no processo de industrialização, as ações dos grupos contra o trabalho e as primeiras legislações protetoras.

Como alternativa a esse cenário, o trabalho feminino ganhou mais espaço em empregos menos visíveis e estáveis, com maior participação no serviço doméstico e no trabalho em domicílio. Além disso, os setores como o comércio e a burocracia dos escritórios também se tornaram grandes mercados demandantes desse trabalho. As mulheres passaram a ser uma parcela significativa dos trabalhadores dos bancos, comércio e seguros (MATOS; BORELLI, 2012).

A década de 1960 foi marcada pelo crescimento da empregabilidade feminina de forma intensa e diversificada, principalmente, pela redução do poder de compra e do arrocho dos salários que pôs em xeque a sobrevivência e poder de consumo da classe trabalhadora. Além disso, ressaltam-se as mudanças dos padrões comportamentais sob a influência do movimento feminista e as novas tecnologias de controle de natalidade.

A consolidação da industrialização brasileira, em contexto do “milagre econômico”, nos anos 1970, retomou a participação do trabalho feminino na indústria. Os principais setores eram as indústrias têxteis e de alimentos. As mulheres também passaram a ser maioria entre os trabalhadores, nas décadas de 1980 e 1990, em setores em crescimento como a prestação de serviços e comércio, com destaque ao setor bancário. Esse crescimento proporcionou, entre outras coisas, uma grande participação nas mobilizações do chamado novo sindicalismo, mas ainda sofriam discriminação e suas demandas eram menosprezadas (MATOS; BORELLI, 2012).

No século XIX houve uma valorização do trabalho “produtivo” que apontou como únicas trabalhadoras as assalariadas, com lembra Perrot (2005). No entanto, a autora destaca que as mulheres sempre trabalharam. Essa passagem pelo trabalho assalariado colocou à sombra uma série de trabalhadoras como vendedoras, camponesas e, principalmente, as donas de casa, muito importantes para o desenvolvimento do capitalismo. Perrot (2005, p. 241) problematiza que,

A separação crescente entre local de “trabalho” e domicílio privado, consecutiva à regressão do trabalho doméstico e à concentração industrial, fez do trabalho doméstico uma especialidade, economicamente

desvalorizada porque não quantificável – um trabalho sujo que os burgueses confiam a suas empregadas – e, do lar, o lugar do consumo e da despesa.

Essa separação nega o imenso trabalho não pago realizado pelas mulheres “do lar” que possuem o poder de decisão da gerência da casa, mas que são totalmente desvalorizadas. Além disso, há também as exigências do papel materno com os cuidados com os filhos. Em muitos casos, a mulher também trabalha com costura, artesanato, culinária ou pequenas vendas para auxiliar na renda da família. Assim, a mulher é dilacerada pelas múltiplas funções.

Para as mulheres negras, o trabalho doméstico passa a ter maior centralidade, pois com a abolição da escravatura o preconceito racial dificultou a busca por trabalho remunerado por parte desta população. O desejo das patroas brasileiras era por serviçais de pele clara, procurando empregadas de “boa aparência”, com uma ideia ligada a estética europeia, o que era barrado pelo pequeno número de estrangeiras e descendentes delas dispostas a se submeter às condições precárias de trabalhos com baixas remunerações, longas jornadas de trabalho e ausência total de direitos. Nepomuceno (2012) afirma que:

O censo de 1890 (dois anos após a abolição) revela que 48% da população negra economicamente ativa trabalhava nos serviços domésticos, 17% na indústria, 9% em atividades agrícolas, extrativas e de criação de gados, enquanto 16% exerciam outras profissões não declaradas. (NEPOMUCENO, 2012, p.385).

Cabe ressaltar que a mulher era mais aceita no mercado de trabalho, pois já estava incorporada ao trabalho doméstico, no entanto, para o homem negro havia mais exclusão, fato que redobrava as responsabilidades da mulher com a família. Além disso, o homem negro estava disponível para tarefas de trabalho braçal, concorrendo em alguns lugares com a mão de obra imigrante, em um mercado de trabalho com forte preconceito racial.

Nos outros postos de trabalho, como indústria e comércio, a discriminação racial vinha disfarçada pela desculpa da “boa aparência”. Atualmente, ainda se podem encontrar heranças dessa história, pois ainda está no imaginário de muitos empregadores a necessidade de “boa apresentação” para o emprego feminino. Além disso, permanece na sociedade a ideia da empregada doméstica negra. Esse ideário é baseado na realidade, conforme dados de Nepomuceno (2012, p.389): “Em 2000, as

mulheres negras com 15 anos ou mais representavam 75% do trabalho doméstico infantil”. Essa realidade está relacionada ao fato de que o trabalho doméstico é menos valorizado, mais precarizado, com baixos salários e longas jornadas de trabalho.

Ao longo do século XX houve um aumento da participação da mulher no mundo do trabalho, com ocupação em diversos setores, no entanto, Matos e Borelli (2012, p.145-146) chamam a atenção: “paradoxalmente, a maior parte das mulheres continua concentrada em ocupações de menor remuneração, em empregos precários e vulneráveis, sendo que elas são mais atingidas pelo desemprego que os homens”. Apesar da implantação massiva de mão de obra feminina, isso não se configurou em igualdade de condições no mercado de trabalho. As mulheres ainda sofrem com muitas desigualdades, como a segregação ocupacional e a disparidade salarial. As ocupações das mulheres ainda são em cargos marcados pelo gênero, com atividades relacionadas ao cuidado de pessoas, que oferecem pequeno grau de autoridade e poucas oportunidades de ascensão profissional.

Apesar de haver um crescimento maior do trabalho feminino em comparação ao masculino, no último período, esse crescimento coexiste com um aumento dos índices de desemprego e subemprego. Para Hirata (2004), trata-se de umas das consequências da globalização, que se constitui de forma complexa e contraditória, pois os processos de desregulamentação e de liberalização redundaram em forte crescimento da precariedade¹² e do emprego. Conforme a autora, contraditoriamente a taxa de desemprego e a precariedade do trabalho é maior entre a força de trabalho feminina.

2.1.3 Trabalho

¹²A ideia de trabalho precarizado utilizado aqui é baseada no conceito de Ricardo Antunes. Para o autor: “Foi nesse contexto que o capital, em escala global, veio redesenhando novas e velhas modalidades de trabalho – o trabalho precário – com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas de dominação burguesa. Proliferam, a partir de então, as distintas formas de “empresa enxuta”, “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário” etc... dentre os quais os mais diversos modos alternativos de trabalho precarizado” (ANTUNES, 2009, p.233). O mesmo autor assim avalia: “Há, entretanto, outra tendência muito significativa e que se caracteriza pelo aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de trabalho precarizado. São os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global. Com a desestruturação crescente do Estado de bem-estar social nos países do Norte e o aumento da desregulamentação laboral nos países do sul, acrescidos da ampliação do desemprego estrutural, os capitais implementam alternativas de trabalho crescentemente “informais”, de que são exemplos as distintas formas de terceirização” (ANTUNES, 2009, p.235).

Com base na teoria de Karl Marx, o trabalho faz parte da constituição do ser social, no entanto o ser social extrapola sua barreira e cria novas objetivações conforme seu desenvolvimento. O ser social ao se desenvolver passa a sofrer objetivações de várias esferas como a ciência, filosofia, arte e outras. Assim, com o desenvolvimento do ser social, o trabalho passa a ser apenas uma esfera de objetivação. Essas objetivações humanas, por sua vez, são constituintes da *práxis* que coloca o homem como produto e criação de sua ação. Cabe lembrar que o resultado da *práxis* não se configura apenas materialmente, mas também idealmente, na relação do homem com ele mesmo. Além disso, o produto da *práxis* pode se parecer estranho ao próprio criador, o homem. Nesse caso, Marx utiliza como categoria a alienação (MARX, 1980).

A alienação é uma característica da sociedade com propriedade privada dos meios de produção, onde o trabalhador é expropriado do produto resultante de sua atividade. Com a divisão social do trabalho e a exploração do homem pelo homem, a alienação perpassa o conjunto das relações sociais, inclusive as objetivações humanas – origem do trabalho e do ser social, regredindo na humanização do homem (MARX, 1980).

Segundo Marx, a evolução do homem e a existência da sociedade aconteceram com base na transformação da natureza de acordo com as necessidades humanas, o que é chamado de trabalho. À medida que o homem transforma a natureza e faz dessa tarefa uma prática, modifica também o seu sujeito, desvelando um novo tipo de ser, o ser social. Com isso, o trabalho não se constitui apenas uma atividade, mas também um processo histórico pelo qual faz existir o significado desse homem (MARX, 1980).

O trabalho útil é criador de valor de uso, satisfaz a necessidade natural de mediação entre homem e natureza, e é condição natural da existência humana. Além disso, ao produzir valor de troca, é fruto de uma forma social de organização da sociedade. O trabalho abstrato é produtor de valor de troca, que é a forma assumida no capitalismo. A diferença entre o trabalho e as atividades naturais, está na relação mediada entre sujeito e objeto, pois entre esses dois sempre há um instrumento, ou um conjunto de instrumentos, que mediarão a relação entre ambos (MARX, 1980).

O trabalho privado torna-se abstrato na medida em que é trocado por outro trabalho útil. Ou seja, a troca de entre diferentes trabalhos, leva a sua abstração,

desaparecendo sua concretude e seu valor de uso. O importante é o trabalho indiferenciado, em sua forma geral, pois assim pode ser equiparado a qualquer outro. O fetichismo da mercadoria, para o autor, significa essa ocultação de seu caráter social, pois o valor de uso se manifestará somente no momento da troca, venda. Com isso, no capitalismo, prevalece a ideia de que somente seu produto é social, efetivando seu caráter social apenas no momento da troca (MARX, 1980).

O valor das mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, sendo trabalho humano de forma homogênea, indiferenciada, que possibilita a troca de produtos. A mercadoria é um objeto que tem por atributo central satisfazer necessidades, ou seja, um valor de uso. Além disso, a mercadoria também tem como característica o poder de ser trocada, vendida, se constituindo seu valor de troca. Sobretudo, a mercadoria condensa o valor de uso e de troca. A produção de mercadorias é possível sob duas condições: a divisão social do trabalho – para a produção de diferentes mercadorias, é preciso a divisão do trabalho entre os homens; e a propriedade privada dos meios de produção – os produtos da produção devem ser propriedade privada, para que haja a compra e venda. Para Marx, apenas o modo de produção capitalista pode ser caracterizado pela produção de mercadorias (NETTO e BRAZ, 2010).

O trabalho possuiu diferentes configurações ao longo da história: inicialmente centrado na satisfação de um instinto de sobrevivência; posteriormente caracterizado como escravo e/ou servil; e, finalmente, como acesso a diversos direitos. No período fordista keynesiano, o trabalho ganhará uma centralidade, carregando todo um *status* de proteção social. Nesse período, se presencia o surgimento de políticas sociais voltadas às demandas do trabalho, configurando um pacto entre capital e trabalho. Atualmente, o contexto do mundo do trabalho não é mais de pleno emprego e há um desmonte neoliberal das políticas sociais alcançadas no período de Estado keynesiano, onde a política social irá se configurar de maneira focalizada e seletiva aos marginalizados do mundo do trabalho. (BENDASSOLI, 2007; ANTUNES, 2009)

No período pré-histórico, o trabalho é guiado pela necessidade de sobrevivência através da coleta de resíduos no solo e, posteriormente, caça e pesca. A luta contra outras tribos e animais iniciou um processo primitivo de utilização de ferramentas que foram evoluindo com o tempo. Esses combates entre tribos proporcionavam conquistas aos vencedores, referentes principalmente a

território e alimentação. Com o advento das ferramentas, a conquista de prisioneiros aumentou, se transformando em mão de obra escrava que, com acúmulo, passou a ser trocada.

Na Grécia e Roma antiga, o trabalho era essencialmente escravo, responsável pela fabricação e prestação de serviços. Na Grécia, o papel do homem livre consistia em sua participação na vida pública e política. Em Roma, existiam as corporações que possuíam trabalho de homens livres, especializados em algumas áreas, mas com pouco *status* na sociedade da época (BENDASSOLI, 2007).

Com o tempo, o regime de escravidão vai se transformando em regime de servidão com a introdução do feudalismo na Europa. Nesse processo, o trabalhador ressurge como homem livre, mas com direitos limitados ao senhor feudal. O regime de servidão consistia na troca de parte da produção pela proteção e o uso da terra do senhor. Esse regime era caracterizado politicamente e economicamente pela dependência pessoal do servo ao senhor e teve seu ápice no século X e declínio no século XVI (GIDDENS, 2005).

As corporações de ofício surgiram, ainda, dentro do período da Idade Média, devido à concentração de população nas cidades, que migravam fugindo da crise no campo e dos desmandos dos senhores. Inicialmente, essas corporações eram especializadas em tarefas focadas, com produção artesanal e poucos recursos. Após, foram estabelecendo organização e leis profissionais próprias. Nesse momento, a preocupação central dos artesões era a constituição estético-artística da própria vida, característica do período da Renascença, nos fins da Idade Média e início da Idade Moderna. Esse modelo entrou em extinção com o advento da Revolução Industrial.

A Revolução Industrial teve seu marco na Inglaterra do século XVIII e transformou uma economia centrada na atividade agrária manual para uma atividade industrial mecanizada. Nesse sistema de produção, a sociedade foi dividida entre os que possuíam os meios de produção e o capital, e, os que vendiam sua mão de obra. O crescimento populacional e o conseqüente aumento no consumo, aliado a uma revolução tecnológica advinda do carvão, trouxeram a necessidade do aumento na produção de mercadorias (GIDDENS, 2005).

A emergência da sociedade industrial redefine o valor do trabalho, pois, inicialmente, o trabalho não era um atrativo para o homem livre e foram necessárias algumas intervenções do Estado, como as legislações de condenação ao ócio e

integração da mão de obra. Segundo Bendassoli (2007), o trabalho é redefinido em cinco dimensões: como fonte de valor econômico, como princípio moral (influência da ética protestante), como ideologia de coesão e domesticação dos trabalhadores, como elemento central da condição humana e como contrato social. Conforme o autor, essas dimensões trouxeram a centralidade do trabalho na sociedade moderna como um dos principais valores políticos, culturais e psicológicos.

No período pós Primeira Guerra é inaugurada uma nova etapa na sociedade industrial, com o advento da produção em massa, que tem como pioneiro Henry Ford, na indústria de automóveis. Esse período foi chamado de fordismo e é marcado pelo crescimento econômico do capitalismo ocidental por três décadas, quase ininterruptamente. O conceito “fordismo” é dado pela “escola de regulação”, equipe de economistas franceses, na década de 1970, para designar o modelo de desenvolvimento seguido pelo capitalismo ocidental no período pós-primeira guerra. Alan Bihl (2010) faz uma crítica a esse conceito por ser muito economicista, não levando em conta as transformações sociais, institucionais e ideológicas do capitalismo pós-guerra.

A produção em massa é propiciada pelas técnicas tayloristas que separavam o processo produtivo em várias etapas, operacionalizadas pela linha de produção e administradas gerencialmente. A força de trabalho era explorada até o limite de sua sobrevivência, propiciando uma acumulação extensiva. Segundo Bihl (2010), o fordismo teve as seguintes inovações: produção em massa, linha de montagem, integração vertical e automação da fábrica.

O modelo de administração racional taylorista proporcionou o aumento da produção e dos lucros, dando a possibilidade de diminuição da jornada de trabalho e aumento salarial. Além disso, foram implementadas algumas ações, como a negociação coletiva, uniformização da condição jurídica das categorias e o pleno emprego. Essas ações em conjunto, com a responsabilização de algumas tarefas pelo Estado, chamado de keynesiano, fazem parte do “*compromisso fordista*” (BIHL, 2010).

O Estado keynesiano, do período pós Primeira Guerra passa a assumir uma variedade de funções, com uma combinação entre políticas fiscais e monetárias e investimentos públicos em setores essenciais para o crescimento do consumo. As políticas sociais tem seu surgimento nesse momento em que o Estado estabelece uma série de complementos ao salário social, como seguridade social, educação e

habitação (BIHR, 2010).

O fordismo se constituiu de maneira desigual pelo mundo, de acordo com características nacionais que determinavam o modo de administração e econômico das políticas de bem-estar, conforme a configuração das relações de classe e posição no plano econômico mundial. O declínio dessa orientação política aconteceu na década de 1970, com crises nas economias norte-americana e britânica, ponto que deu início a formulações econômicas contrárias a tamanha intervenção do estado.

As ideias fordistas começaram a ser difundidas no Brasil nos anos de 1920, principalmente entre os industriais paulistas. A propagação do taylorismo no Brasil teve seu início nas décadas de 1930 e 1940, com uma tentativa de tentar moldar a sociedade para o desenvolvimento do capitalismo, conforme as necessidades da produção industrial. Para Pochmann (2004, p.9):

Como se sabe, o modo de proteção social no Brasil ganhou expressão fundamentalmente a partir da Revolução de 30. Embora não tenha significado de fato uma revolução burguesa no sentido clássico, conforme observado no centro do capitalismo mundial, a Revolução de 30 se mostrou capaz de alterar o jogo político interno que até então prevalecia – por mais de quatro séculos – dependente significativamente das classes proprietárias rurais.

Nesse momento, há o crescimento da burguesia industrial e do número de trabalhadores e o Estado cria garantias básicas de condições para socialização da mão de obra e passa a regulá-las.

A penetração do taylorismo no Brasil tem como marco os anos de 1950, principalmente no governo de Juscelino Kubitschek, período do salto “modernizador” da economia, materializando o projeto pensado nas décadas anteriores. Segundo Nilton Vargas: “esses anos permitiram a socialização do assalariamento industrial, o domínio das técnicas fabris e a integração de engenheiros e administradores nas indústrias.” (VARGAS, 1985, p.175) A ação empresarial estava voltada para reprodução da força de trabalho, sob o signo taylorista.

A socialização do assalariamento teve como barreiras algumas características nacionais referentes ao nosso capitalismo tardio e periférico¹³ e à orientação da

¹³Para Ricardo Antunes (2009), o Brasil pode ser caracterizado com um capitalismo tardio e periférico, devido à implantação do capitalismo posteriormente a outros países e sua história marcada por algumas características de país colonizado e por ser periférico na disposição da ordem do capitalismo mundial.

burguesia nacional, que tinha muita relutância em negociar com as organizações trabalhistas. Assim, há uma dificuldade de constituição do “pacto fordista” existente nos países do capitalismo central. O período do segundo governo de Getúlio Vargas é a ruptura dessa possibilidade, onde o Estado passou de uma orientação populista para repressiva que foi coroada, alguns anos mais, com o golpe militar de 1964.

O período do segundo governo de Getúlio Vargas é marcado pela formulação de um projeto nacionalista e por conquistas trabalhistas referentes à legislação e organização enquanto trabalhador coletivo. Outra característica desse período é a forte internacionalização da economia, que será seguida no período ditatorial brasileiro. A economia é reestruturada para atender as novas demandas do capital internacional. Para Nilton Vargas (1985, p.180), “há uma tríplice aliança entre o Estado (atuando na infraestrutura e insumos básicos), o capital estrangeiro e o capital nacional”. Essas medidas eram garantidas por uma política de subsídios fiscais e financeiros e por uma forte repressão, através da eliminação da luta sindical e perseguição de líderes dos trabalhadores.

O pós Segunda Guerra Mundial foi caracterizado pela crise do modelo fordista e pela proliferação do modelo toyotista. Esse modelo, originalmente japonês, surgido nas fábricas de automóveis da Toyota, é caracterizado pela flexibilização da produção *just in time* e qualidade total. A produção se tornou flexível, baseada na demanda do mercado, ou seja, no *just in time*, produção no tempo que o mercado aponta sua necessidade. E a qualidade total refere-se ao controle de qualidade efetuado em todas as etapas do processo produtivo (BIHR, 2010).

Esse novo modelo de produção teve como consequência a fragilidade dos vínculos trabalhistas, devido à alta rotatividade dos trabalhos na linha de produção. A produção flexível exigia uma qualificação constante, um processo de aperfeiçoamento rotineiro. Além disso, houve um aumento das taxas de desemprego, primeiramente devido ao enxugamento da linha de produção que agora não é em longa escala, como no fordismo, e pelo alto padrão tecnológico implantado por esse modelo. Assim, com o aumento da rotatividade dos trabalhadores no processo produtivo há uma restrição de direitos sociais amplamente conquistados no período fordista (BIHR, 2010).

Na década de 1980 o Brasil começa, mesmo que de forma esparsa, seu processo de reestruturação produtiva com a implantação, por algumas empresas, de novas formas de organização do trabalho, em parte ocasionadas pelo avanço de

novas tecnologias. O contexto era de crise econômica, com uma forte inflação e fragilidade financeira estatal, que deu base à entrada da hegemonia neoliberal, que já avançava em outros lugares do mundo. Assim, observa-se que a implantação de práticas tayloristas teve uma mescla com elementos fordistas, seguindo a lógica histórica de continuidade e descontinuidade brasileira (ANTUNES, 2009).

O século XX é marcado pela vigência da *era da degradação do trabalho*¹⁴ com a ampliação acentuada do trabalho informal. Nesse contexto, os trabalhadores são submetidos a sucessivos contratos temporários sem estabilidade e proteção social garantida. A inserção no trabalho informal é extremamente precária e tem como característica principal uma renda muito baixa, sem nenhum direito trabalhista reconhecido (ANTUNES, 2009).

Há uma emergência de políticas sociais seletivas e focalizadas para os “inúteis para o mundo¹⁵”, combinada com a mercantilização de alguns serviços públicos através da lógica privatista, voltados a quem pode pagar. Conforme Pochmann (2004, p.15):

Desde 1981, a situação social tem sido agravada, mesmo com avanços consideráveis abertos pela Constituição Federal de 1988, particularmente pelo predomínio da estagnação produtiva e pelo ciclo da financeirização da riqueza. A desestruturação do mercado de trabalho, acompanhada de políticas de corte neoliberal, combina uma nova condição de exclusão que se sobrepõe à velha exclusão herdada pelo passado colonial e escravista.

Assim, o Brasil avançou em algumas medidas de políticas sociais, mas não rompe com a característica de exclusão. A Constituição Federal de 1988 foi um avanço no plano social, mas enfrentou muitas dificuldades para sua implementação em um contexto de expansão neoliberal da década de 1990.

2.1.3.1 Trabalho em Pelotas

A região sul da campanha do Estado do Rio Grande do Sul é caracterizada pelo desenvolvimento de uma sociedade baseada no latifúndio, na pecuária e na

¹⁴Termo utilizado por Ricardo Antunes (2009).

¹⁵Para Castel (2010, p.121), o inútil para o mundo é aquele: “que vive como parasita do trabalho de outrem, excluído em toda parte e condenado a vagar numa sociedade em que a qualidade de pessoa depende do pertencimento a um estatuto, a representação pejorativa que sempre lhe é associada e o caráter impiedoso do tratamento que lhe é dispensado tornam-se perfeitamente claros.”. Assim, o inútil para o mundo é aquele que não pertence à sociedade salarial, que não está inserido na rede de relações que essa sociedade proporciona, tendo como consequência a dependência econômica de um terceiro e uma representação social estigmatizada.

escravidão. Pelotas era a cidade com a maior concentração de escravos no Rio Grande do Sul no período escravocrata, momento em que a economia baseada no charque estava em seu auge. Este contingente populacional chegou a representar 30,7% da população total. Após a República Velha este total passou para 14,6% e até os anos de 40 a população manteve esse patamar, que segue ainda hoje (LONER, 1999; SPOLLE, 2010).

No sul, após a abolição, uma grande parcela dos negros que permaneceram na região se incorpora ao operariado e a categorias ligadas ao porto. Para Loner (1999), havia um número significativo de trabalhadores negros na estiva do porto em Pelotas, categoria que contava com certo prestígio na sociedade, em conjunto com o operariado. O processo de modernização dos portos, nos anos 1990, acarretou mudanças econômicas e sociais observadas até hoje. A modernização do porto de Rio Grande gerou uma queda no movimento no porto de Pelotas, diminuindo a geração de empregos, levando os trabalhadores portuários a prestarem serviço em outros setores, principalmente na indústria (LONER, 1999; SPOLLE, 2010).

A indústria gaúcha surge na cidade de Rio Grande com as fábricas de tecidos. A cidade de Pelotas apresentava uma estrutura mista de industrialização, combinando algumas indústrias de produtos derivados da pecuária e pequenos estabelecimentos artesanais. Nesse primeiro momento, a exportação era muito importante pela característica do charque, seu grande produto, e a dificuldade para competir com o contrabando fronteiriço (LONER, 2001).

No início do século XX houve um declínio econômico de região sul, em consequência das diversas crises do charque, devido à concorrência platina e a apropriação do excedente econômico pela economia central. Além disso, se destaca o surgimento dos frigoríficos no país. No período da Primeira Guerra Mundial há uma superação temporária dessa crise com uma grande exportação ao exterior, entretanto, esse fato não impede o declínio final da economia, na década de 1930. Assim, abriu-se um novo período para a produção industrial que passou a se basear na indústria de alimentação. A produção de alimentos para as agroindústrias de conservas em conjunto com a criação de ovelhas, em proveito da carne e da lã, impulsionaram Pelotas ao mercado nacional (LONER, 2001).

Essa região também vai ter sua história marcada pela produção de alimentos, inicialmente com o charque, passando pelo arroz, beneficiamento de soja e industrialização de frutas. A indústria de conservas surgiu no final do século XIX e

era composta por pequenos empreendimentos artesanais. Nos anos de 1970 foi construído o Distrito Industrial de Pelotas, com a constituição de grandes indústrias, e a região se tornou a maior produtora de compotas de pêssego do Brasil. Essa atividade foi a principal atividade econômica de Pelotas e região até a década de 1980 (FERREIRA, 2011).

Os trabalhadores desse ramo são historicamente constituídos pela força de trabalho feminina em produção sazonal, principalmente ligados à safra de pêssego. Para Ferreira (2011, p.54): “Produzindo apenas na safra, lançam mão de contratos de poucos meses, demitem e recontratam sem aviso prévio, férias e seguro-desemprego”. A sazonalidade é o elemento central da maior exploração da força de trabalho, que recebe baixa remuneração, trabalha em ritmo acelerado e com altas jornadas de trabalho. Essas trabalhadoras são facilmente demitidas e recontratadas.

O processo de produção das indústrias de conservas em Pelotas, por se constituir em processamento de gênero alimentício, exigia uma grande utilização de água, com conseqüente formação de calor e umidade intensos. Somados ao cenário de grande barulho advindo das máquinas e das atividades predominantemente em posição ortostática, caracterizam as condições de trabalho dessas mulheres. Conforme Vargas (1994, p.252): “A sensação de sofrimento é evidente, principalmente se somarmos o trabalho em pé com o ambiente úmido e quente, durante o verão, utilizando botas de borracha”. Essas condições influenciavam diretamente na saúde dessas mulheres, que acabavam adoecendo da combinação de ambiente quente e úmido com a baixa imunidade advinda das longas jornadas de trabalho e de suas condições de vida.

As relações hierárquicas dentro da fábrica possuíam um caráter autoritário e, conforme Vargas (1994), ultrapassavam a esfera profissional e as relações eram marcadas pelo comportamento grosseiro e agressivo das chefias na produção. A pressão era exercida com a intenção de intensificar a produção e a ameaça de demissão era constante. O adoecimento era temido pelas trabalhadoras, pois significava incapacidade para o trabalho e sinônimo de perda de emprego. Além disso, essas mulheres ainda eram vítimas de assédio sexual por parte de seus superiores. O medo e a vergonha da denúncia faziam com que grande parte desses casos não fossem notificados (VARGAS, 1994).

Ao longo da década de 1990, a maioria das empresas encerra suas atividades devido à concorrência globalizada com empreendimentos mais

avançados em produtividade, principalmente com a conquista do mercado por empresas asiáticas. Conforme Ferreira (2011), a partir dos fins de 1980 houve o fechamento de quase 30 fábricas e, conseqüentemente, uma grande redução da força de trabalho empregada. De acordo com a autora: “Das 100 empresas que se registrava em 1950, havia somente 40 em 1980 e 18 nos fins do mesmo decênio. No final da primeira década de 2000, existiam apenas 12 fábricas de conservas na região de Pelotas” (FERREIRA, 2011, p.50). A autora ainda chama atenção para o fato do aumento da produtividade dessas empresas, que hoje produzem a mesma quantidade de compotas da década de 1980. Essas indústrias acompanharam o fluxo do setor para o enfrentamento da crise de produção dessa década, com o emprego de novas tecnologias para o aumento da capacidade produtiva e redução de custos com a força de trabalho.

2.2 Metodologia

Esta pesquisa se configura como qualitativa, a qual tem por características a investigação de temas mais complexos e dados heterogêneos, permitindo ao pesquisador acesso a diferentes pontos de vistas da amostra pesquisada. Esse tipo de pesquisa se caracteriza, principalmente, pela flexibilidade de adaptação durante o desenvolvimento, que possibilita uma maior valorização da exploração dos dados observados na realidade (PIRES, 2010).

Segue-se o método dialético, que “é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.” (KONDER, 2000, p.8). Utilizam-se algumas categorias do método, como Totalidade, Historicidade, Contradição e a Transformação. Conforme Konder (2000), a ação empreendida pelo ser humano é parte de uma totalidade em um contexto global, constituinte da história. A realidade dessa ação, embora se apresentando sob um aspecto, possui características múltiplas que constituem a mesma unidade que está permanentemente em transformação.

A investigação do objeto foi realizada utilizando a estratégia da triangulação de dados. Para Cea D'Ancona (1998), o termo triangulação é usado para designar a aplicação de diversas técnicas metodológicas com o objetivo de uma maior precisão da realidade social. Essa estratégia consistiu na utilização de várias fontes de

informação, dados oficiais e opiniões a fim de evidenciar experiências vividas.

Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o assunto, para constituição do referencial teórico, embasamento das categorias analíticas e levantamento da produção acadêmica atual. Após foi realizada uma pesquisa documental em arquivos públicos, na legislação e documentação oficial para construção de um breve histórico sobre o trabalho, a história das mulheres e a política social no Brasil. Como ressalta Cellard (2010, p.295): “o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social”. A interpretação levou em conta as relações entre o documento e as circunstâncias sociais e econômicas do período pesquisado.

Foram realizadas entrevistas com quatro mulheres nas faixas dos 30 aos 60 anos de idade, de forma a contemplar as diferentes faixas etárias. Além disso, o critério de etnia também foi levado em conta. Para manutenção do anonimato na análise das entrevistas foram utilizados nomes de flores. Para a análise foram escolhidas previamente categorias, com base no referencial teórico, mas também as perguntas surgiram da realidade pesquisada. Inicialmente, foram utilizadas como categorias analíticas: História das Mulheres, Trabalho e Política Social.

2.2.1 História Oral

A metodologia de história oral é utilizada para conhecer a realidade em vários aspectos através das lembranças, fatos e experiências vivenciadas ou transmitidas. Não é apenas uma metodologia para coletar informações, mas um meio de apreender o vivido que escapa aos documentos escritos e aos dados estatísticos, sendo, assim, uma maneira para a produção de novos conhecimentos. Segundo Portelli (1981), a história oral é uma ciência e arte do indivíduo, visando aprofundar o estudo de padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos através da experiência e memória individual, levando em conta o impacto que esses tiveram sob a vida do indivíduo.

O interesse da história pela oralidade aconteceu no sentido de permitir novos conhecimentos, com base na criação de novas fontes. No entanto, cabe destacar que a história oral é mais do que uma técnica, é um método. A história oral é um espaço de contato e influência interdisciplinares, que permite interpretações qualitativas de processos sociais através da oralidade. Assim, busca centrar seu

trabalho na visão e versão das experiências dos atores sociais.

A história oral diz respeito à memória, pois se debruça sobre as versões do passado. E esse ato é individual, pois por mais que a memória seja moldada pelo meio social, o ato de lembrar é essencialmente individual. Conforme Portelli (1981, p.16-17):

A história oral tende a representar a realidade não tanto como tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de unidos – a menos que as diferenças entre elas sejam tão irreconciliáveis que talvez cheguem a rasgar todo o tecido. Em última análise, essa também é uma representação muito mais realista da realidade, conforme experimentamos.

O trabalho mostra não a importância abstrata do indivíduo propagada pelo capitalismo, mas sim a igual importância do saber de todos, buscando não só a diferença, mas também a igualdade.

Segundo François (2006), a inovação da história oral está, primeiramente, em seus objetos, dando atenção aos silenciados, aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais, etc.), e à história do cotidiano, local e enraizada. Em segundo lugar, a inovação consiste em abordar a história dos de baixo, atenta às experiências e sentimentos individuais acerca das estruturas e determinações da sociedade. Hoje a abrangência da história oral é maior, pois há, por exemplo, vários estudos sobre a história da elite.

Por ser subjetiva, a história oral é constantemente questionada quanto ao conceito de verdade. A história oral trabalha com a interação do social e do pessoal e com a narrativa que é permeada de imaginação e subjetividade por um lado e, por outro, com fatos que podem ser comprovados, ou seja, trabalha com subjetividade, memória, discurso e diálogo. Portelli (1981) afirma que a objetividade da história oral consiste em assumir a tarefa da interpretação. E a responsabilidade pela interpretação consiste em ter consciência de que não há acesso completo e exclusivo à verdade, como em nenhuma outra fonte, mas sim versões sobre o passado.

O caráter subjetivo da história oral, que no passado era considerado uma limitação, atualmente é reconhecido como uma de suas principais virtudes. A escolha das histórias possibilita a percepção do modo de entender como o passado é construído, processado e incorporado na vida do indivíduo. Além disso, revela as

complexidades da vida cotidiana e as contradições nas relações de poder e de interação com as estruturas sociais (CRUIKSHANK, 2006).

Para Janotti (2011), enquanto a história está imersa no discurso relativista, encontrando tantos empecilhos em falar de factualidade, o uso de testemunhos como expressão de verdade e autoridade dá uma maior liberdade à história oral. Testemunhar não é apenas reproduzir o que viveu e ouviu, mas sim construir uma versão sobre o factual. Segundo a autora: “Extrapolando o limite da vida privada, o depoimento adquire seu significado coletivo, desde que tenha como referencial o mesmo contexto compartilhado pelos grupos sociais a que pertence” (JANOTTI, 2011, p.169). Assim, a história oral tem como característica principal a construção de identidades variáveis, de acordo com os objetivos do trabalho.

Joutard (2006) divide a história oral em quatro gerações, desde o surgimento e os tempos atuais, que começa nos anos 1990. O surgimento da história oral ocorreu nos anos 1950, nos Estados Unidos da América, com o objetivo modesto de coletar material para os futuros historiadores e ser instrumento para biógrafos, sendo uma prática da ciência política, que se dedicava a história dos notáveis.

A segunda geração é inaugurada no final dos anos 1960 pelos estudos de sociólogos italianos, próximos a partidos de esquerda, que utilizavam a pesquisa oral para reconstruir a história popular. Uma nova concepção é apresentada, de construção de uma “outra história” alternativa a história da academia e de fontes escritas, dando voz aos “povos sem história” e valorizando as minorias. Essa geração se pretende militante e é influenciada pelos movimentos de 1968.

A próxima geração é marcada, em sua origem, pelo encontro internacional de história que possuía uma mesa redonda sobre história oral e pelo colóquio internacional de história oral, em 1975 e 1976 respectivamente. Essa geração avança de experiências individuais para a constituição de grupos de pesquisas e estudos, sendo Itália e França pioneiras, e promoveu vários encontros que alavancaram a consolidação de uma comunidade de história oral.

A geração atual, quarta geração, se caracteriza pela influência dos Estados Unidos da América e de movimentos críticos pós-modernistas. A subjetividade é valorizada e, em alguns casos, é a finalidade desses estudos. Essa geração é marcada pela naturalidade com o mundo dos sons e oralidades, com a possibilidade de difusão rápida e de grande multiplicação da informação (JOUTARD, 2006).

Lang (2011), ao estudar as origens da história oral no Brasil, chega a duas

vertentes: a história de vida, influenciada por sociólogos franceses e italianos, e a história oral moderna americana. A primeira orientou os trabalhos sob o uso de histórias de vida através do método biográfico. A segunda foi difundida a partir de 1975, através de curso ministrado por especialistas americanos e mexicanos na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e orientou trabalhos voltados para a criação de arquivos.

2.2.2 Memória e Identidade

Os conceitos de memória e identidade estão estreitamente ligados, possuindo diversos significados, e estão imbricados do conceito de representação. Para Candau (2012) há diferentes manifestações de memória: protomemória – memória de baixo nível, saberes e experiências mais recentes, são mais resistentes e mais compartilhadas pelos membros da sociedade; memória propriamente dita – advém da recordação ou reconhecimento; e, metamemória – que seria uma espécie de memória reivindicada.

A metamemória se diferencia dos outros tipos por ser uma representação relativa da memória. Para o autor, a expressão “memória coletiva” pode ser pensada como um tipo de metamemória: “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo.” (CANDAU, 2012, p.24). Já a protomemória tem relação com o conceito de *habitus* de Bourdieu, como sendo uma experiência incorporada que ocorre sem tomada de consciência. Em alguns casos, a protomemória é utilizada como base de conceitos como “identidade cultural” ou “identidade coletiva”, entretanto, na visão do autor, é reducionista pensar identidade somente através de hábitos incorporados.

O ato de empregar termos, expressões e figuras para designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos é conceituado, pelo autor, como retóricas holistas. A Sociologia e a Antropologia Social e Cultural têm as retóricas holistas em sua herança, pois construíram seus vocabulários com base nas representações de massas, pensadas como entidades coletivas. Candau problematiza o conceito de memória coletiva, que só existe no plano discursivo: “Um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado” (CANDAU, 2012, p.35). A área de circulação

de lembranças pode ser delimitada por atos de memória decididos coletivamente, no entanto, não determina o caminho da história individual.

O conceito de memória coletiva de Halbwachs (1968) envolve as memórias individuais, mas não se confunde com ela. As memórias individuais são isoladas e fechadas, mas estão relacionadas às lembranças dos outros, pois normalmente se reporta a pontos de referência que existem fora do indivíduo e que são colocados pela sociedade. Para o autor, pode se distinguir duas memórias: a memória pessoal e a memória social – uma interior e outra exterior. A memória pessoal tem base na memória social, pois toda história de vida faz parte de uma história em geral. A primeira representa um quadro mais denso e contínuo e a segunda é bem mais ampla e geral.

Portelli (1981) considera a memória um processo individual que ocorre na dinâmica da sociedade com instrumentos compartilhados entre os indivíduos, no entanto, evita o termo “memória coletiva” por acreditar que as lembranças de duas pessoas não são exatamente iguais. As recordações podem ser semelhantes, mas não iguais. Além disso, é cauteloso em situar as memórias compartilhadas fora do indivíduo, pois se distancia daqueles que a criaram e vivenciaram.

A memória coletiva é baseada em memórias individuais que são influenciadas pelos marcos de pensamento e experiência da sociedade global, formando configurações memoriais mais ou menos estáveis, duráveis e homogêneas. Candau (2012) defende que o conceito de “memória social” é mais adequado para designar essas trocas coletivas que irão interpenetrar nas memórias individuais. Em sociedades com menor número de indivíduos é mais fácil o contágio de ideias, sendo mais fácil para o pesquisador verificar a realidade desse compartilhamento em comparação às sociedades maiores.

A identidade nacional é um exemplo dessa tendência à homogeneização da memória coletiva e sua afirmação é historicamente específica. Segundo Woodward (2009), a identidade é relacional, pois sua existência depende de algo fora dela, outra identidade nacional, marcada pela diferença. A autora chama a atenção, também, para o fato de que algumas diferenças são marcadas, no entanto, outras podem ser obscurecidas, omitindo diferenças de classe e de gênero.

A memória tem papel fundamental na constituição da identidade do indivíduo, pois é através dela que capta e entende o mundo, estrutura e coloca em ordem sua vida, conferindo-lhe sentido. A lembrança de sua origem é a condição para a

consciência e conhecimento de si no mundo. Nesse sentido, Candau (2012, p.63) afirma: “a memória organiza os traços do passado em função dos engajamentos do presente e logo por demandas do futuro.”. Assim, a memória se realiza em três dimensões: os balanços e avaliações de atos, na memória do passado; a memória da ação, no presente; e, a memória de espera, onde se ancoram os planos e esperanças para o futuro.

A metodologia de história oral buscará descobrir a realidade através dos relatos, em suas múltiplas configurações, buscando desvelar as contradições presente nas memórias, no dito e não dito. A história oral e o método dialético, articuladamente, foram utilizados para conhecer as contradições inerentes das relações sociais.

3 Política Social e Benefício de Prestação Continuada

Nesse capítulo pretende-se entender a política social e o benefício de prestação continuada no Brasil. Inicialmente, busca-se apreender a constituição da política social, através do conceito de questão social, e sua implantação ao longo da história. As categorias família, classes populares e vulnerabilidade social também são importantes para compreensão do tema. Para finalizar o capítulo, delimitou-se legalmente o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e apresentaram-se alguns dados para ilustração da realidade nacional e local.

3.1 Política Social

As primeiras políticas sociais são datadas do final do século XIX na Inglaterra, com caráter repressivo, com o objetivo de recrutamento de mão de obra. Esse quadro se transforma na passagem do Estado Liberal para o Estado Social. No período pós Segunda Guerra Mundial, o Estado passa a assumir um caráter mais social incorporando algumas demandas dos trabalhadores e investindo em políticas com maior abrangência em termos populacionais. Assim, no final do século XIX, as ações sociais passam a ter uma forma planejada, sistematizada e com um caráter de obrigatoriedade.

A Inglaterra originou o termo *Welfare State*, na década de 1940, para designar a implantação de políticas sociais sob a orientação keynesiano-fordista. Para Esping-Andersen (1991) há três “tipos” de *welfare state*: a) modelo liberal: com políticas focalizadas e restritas à população de baixa renda e reforma social limitada pelas normas liberais de ética do trabalho, predominante nos Estados Unidos, Canadá e Austrália; b) modelo bismarckiano: caracterizado como conservador e corporativista, onde os benefícios são comprometidos com a família tradicional e a intervenção do Estado acontece somente quando a capacidade da família se esgota, exemplos de Áustria, França, Alemanha e Itália; e, c) modelo socialdemocrata: com a instituição de políticas sociais universais, através de direitos sociais estendidos as classes médias, implantado em países escandinavos.

O autor destaca que não existem países com modelos puros, mas há uma predominância em suas características, já que muitos deles possuem uma mescla de elementos dos três modelos. O autor demonstra que não houve um mesmo padrão de expansão das políticas sociais, mas que dependeu das características nacionais, econômicas e sociais de cada país. Então, o conceito *Welfare State* é utilizado genericamente para designar a implantação de políticas sociais na Europa Ocidental. Essa conceituação passa também pela utilização de outros termos, como Estado de Providência e Estado de Bem Estar Social.

A questão social e a política social são reflexos da constituição das relações em um contexto histórico, em um plano político e econômico. A política social também tem uma ligação direta com o tipo de configuração do Estado, que pode ser mais aberto às demandas da população ou menos penetrável. O conceito de questão social é tema de estudo de diversos autores¹⁶ que divergem sobre suas origens e composição e, principalmente, sob a existência ou não de uma “nova” questão social.

Inicialmente, a questão social estava ligada a uma concepção de desvio e/ou ameaça à ordem social e seu reconhecimento estava relacionado diretamente a organização dos trabalhadores e sua emergência no cenário político. Com o avanço da industrialização no século XIX, os trabalhadores começaram a se mobilizar e lutar em torno de algumas demandas, inclusive cobrando uma ação do Estado para o reconhecimento dos direitos trabalhistas (PASTORINI, 2010).

O conceito de questão social empreendido por José Paulo Netto (1996), expressa a característica de pauperismo dos trabalhadores, mas também o enfrentamento dos mesmos para o reconhecimento de suas demandas. A questão social se constrói em várias refrações e os sujeitos históricos organizam as formas de seu enfrentamento. Para o autor, sua gênese consiste na maneira em que os homens se arranjam para produzir.

Alguns conceitos darão uma ênfase no papel do Estado, como o colocado por lamamoto (2001), que afirma que a questão social “diz respeito ao conjunto de

¹⁶Entre os autores que se dedicaram a esse tema pode-se citar: Robert Castel, autor francês, que faz um paralelo entre o conceito e a sociedade salarial nos anos de implantação do fordismo; Rossanvallon, também francês, que traz à tona o conceito de “nova questão social”; Netto, autor brasileiro, que coloca a organização dos trabalhadores no centro do conceito; e lamamoto, também brasileira, que adicionará como elemento o papel do estado na relação de tensão e incorporação de demandas dos trabalhadores. Castel, Netto e lamamoto serão utilizados nesse trabalho. Cabe destacar que existem ainda outros autores que tratam sobre o tema.

expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado.” (IAMAMOTO, 2001, p.10) No entanto, assim como Netto, a autora inclui a forma como essa questão é enfrentada pelos trabalhadores como fator importante para sua constituição.

A questão social sempre existiu, na concepção de Castel (2010), e é necessário entender a sociedade salarial para perceber as principais transformações sofridas atualmente. O autor compreende por sociedade salarial, o período em que a inserção social está relacionada com o lugar ocupado no salariado. O trabalho garante não somente sua renda e proteção social, mas sua identidade. Assim, Castel (2010) concentrará sua atenção a essa sociedade, principalmente ao pauperismo surgido pela nova organização do trabalho e até mesmo pela falta do mesmo.

A questão social para Castel (2010) pode ser definida como “uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjugar o risco de sua fratura” (CASTEL, 2010, p.67). Com isso, a questão social põe em debate a capacidade de uma sociedade existir em uma relação de interdependência, centrando sua atenção na coesão social. Essa preocupação do autor pode dar base a um paralelo com a teoria durkheimiana do laço social e da integração¹⁷.

Atualmente, a questão social consiste na existência dos “inúteis para o mundo”¹⁸, que refletem uma “vulnerabilidade de massa”¹⁹, marcados pela instabilidade e incerteza. Dessa forma, o autor destaca algumas características que evidenciam uma crise da sociedade salarial e desvelam a existência de uma “nova questão social”, como o desemprego de longa duração, a flexibilização e precarização do trabalho, a crescente pobreza e a desproteção social (CASTEL, 2010).

As mudanças no processo produtivo e transformações da sociedade refletirão na política social, configurando novas expressões à questão social. Além disso, a

¹⁷Castel, ao analisar o vínculo social através da sociedade salarial, monta um quadro de integração, e a quebra desse vínculo, da desfiliação dessa sociedade, causando uma vulnerabilidade de massa, uma situação de anomia. Esses conceitos, integração e anomia, são centrais na teoria durkheimiana, podendo-se, assim, traçar certa influência do teórico nos escritos de Castel (IAMAMOTO, 2008).

¹⁸Ver nota 15.

¹⁹Para Castel (2010), vulnerabilidade de massa se refere à precariedade da condição popular em decorrência da organização do trabalho, da miséria laboriosa, como se refere o autor, que ocasiona à instabilidade do emprego, a busca de ocupações provisórias, a intermitência dos tempos de trabalho e de não emprego (CASTEL, 2010).

redução do Estado e a flexibilização de direitos darão novos contornos a essa questão.

3.1.1 A política social no Brasil

Os primeiros registros de legislações sociais no Brasil datam do final do século XIX com a criação das Caixas de Socorro a Burocracia Pública (1888) e o Direito a Pensão (1889), que tinham como público-alvo os funcionários públicos (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

No início do século XX, mais precisamente em 1911, a Jornada de Trabalho foi reduzida para nove ou 10 horas, como resultado de forte influência do anarquismo e socialismo, além da formação de vários sindicatos, a partir de 1903, e do reconhecimento do direito à organização sindical, em 1907. No entanto, essa redução não foi assegurada e somente com o final do processo que se deu origem a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no ano de 1943 e esse tema voltou a ser abordado pelo Estado.

Em 1923, no governo de Washington Luís, é implantada a Lei Elói Chaves que previa a obrigatoriedade de Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAP's) para categorias inseridas no processo de produção e circulação de mercadorias, que são os Portuários, Marítimos, Telegráficos e Radiotelegráficos. Em 1929, criam-se os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP's) que incorporam os funcionários públicos e que sofrem grande expansão a partir de 1930. Com o objetivo de fiscalizar, ordenar e controlar as ações junto à força de trabalho, através dos CAP's e IAP's, é criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930 (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Percebe-se que, até 1930, as legislações sociais consistiam em “controlar” a força de trabalho, principalmente os grupos que estavam ligados à produção e aos serviços públicos. Até esse período a pobreza era tratada como “caso de polícia” no Brasil e os problemas sociais eram vistos como esporádicos e excepcionais. A assistência social era concebida como gesto de benevolência e caridade para com o próximo, sendo responsabilidade da Rede de Organismos de Solidariedade e Sociedade Civil, e suas ações constituíam-se em encaminhamentos ao asilamento ou internação.

Getúlio Vargas, com o Estado Novo, passa a dar novas configurações às

políticas sociais, com fortes traços de autoritarismo e centralização. Conforme Couto (2008, p.95):

A regulamentação das relações entre capital e trabalho foi a tônica do período, o que parece apontar uma estratégia legalista na tentativa de interferir autoritariamente, via legislação, para evitar conflito social. Toda legislação trabalhista criada na época embasava-se na ideia do pensamento liberal brasileiro, onde a intervenção estatal buscava harmonia entre empregadores e empregados.

Portanto, percebe-se que a legislação trabalhista é concebida como concessão e composta por características paternalistas. No mesmo ano é implantada a Constituição de 1937 que ratificava a necessidade de reconhecimento das demandas da classe trabalhadora pelo Estado.

Além disso, o governo Vargas, em busca de legitimidade, cria em 1942 a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA). Esse órgão de colaboração do Estado assegura, em seu estatuto, sua presidência às primeiras-damas e relaciona benefício com caridade e beneficiário com pedinte. A LBA representou o braço assistencialista do governo, com fortes traços clientelistas e vinculada a benemerência (COUTO, 2008).

Esse contexto sofre nova configuração com a 2ª Guerra Mundial, quando o governo investe em diversas ações relativas ao trabalho com a criação do Serviço Social de Aprendizagem Industrial (SENAI), que era uma medida de formação para a força de trabalho que atendia a indústria. Em 1943, é implantada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), através da qual o Estado passa a reconhecer as categorias dos trabalhadores e busca atrelar os sindicatos ao Ministério do Trabalho. No pós-guerra, em 1946, no governo de Dutra, é criado o Serviço Social da Indústria (SESI), que se constituía em ações do empresariado frente à força de trabalho.

A primeira legislação social após o Golpe Militar de 1964, que substitui a concepção nacional-desenvolvimentista pela concepção de internacionalização com forte entrada de capital estrangeiro, foi o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966 que vai perdurar até a Constituição de 1988. Com o INPS há uma ampliação da previdência a trabalhadores rurais e a retirada definitiva da classe trabalhadora da sua gestão²⁰. Em 1974 é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social, que incorpora a LBA. Alguns anos mais tarde, em 1977, esse

²⁰Desde as Caixas de Aposentadoria e Pensão, a gestão das aposentadorias era compartilhada entre trabalhadores e Estado.

ministério se transforma em Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social – SINPAS – (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Com a Constituição Federal de 1988 houve um avanço no que se refere à conquista dos direitos sociais, humanos e políticos que faz com que receba a denominação de “Constituição Cidadã”. O processo de luta e participação de profissionais e usuários das políticas públicas foi decisivo para configuração desses direitos. Sobre os direitos sociais destaca-se a Seguridade Social como articuladora das políticas de Previdência Social, Saúde e Assistência Social e os direitos a elas vinculados (SPOSATI, 2004).

A inclusão da assistência social na constituição foi um avanço e uma quebra do paradigma do assistencialismo. Segundo Aldaíza Sposati (2004, p.42):

A apresentação de motivos para inclusão da assistência social na Constituição repudia o conceito de população beneficiária como marginal ou carente, o que seria vitimizá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal.

Sendo assim, a constituição aponta para um novo olhar sobre a assistência social que passa a ser vista como política pública e como materializadora de direitos sociais.

No que se refere ao funcionamento das políticas sociais, há uma ênfase na universalização, na responsabilidade pública e na gestão democrática, além de prever um novo estatuto dos municípios que passam a ser concebidos como entes federativos autônomos. Sobre a gestão democrática são criados os Conselhos Paritários de Políticas e Direitos que tem funções normativas, consultivas, deliberativas, fiscalizadoras, propositivas e mobilizadoras, conforme a definição de cada conselho.

O processo constituinte teve a influência de vários setores da sociedade que se dividiam entre setores democráticos (que se constituíam dos movimentos operário e popular) e conservadores. A influência desses se refletiu na reafirmação das liberdades democráticas, na afirmação dos direitos sociais e nos direitos trabalhistas. No entanto, a pressão da ala conservadora também foi atendida na manutenção das prerrogativas do Executivo, como as medidas provisórias e da ordem econômica. Mas, o reflexo dessa pressão foi mais expressivo na derrota das emendas sobre a reforma agrária com a vitória dos grandes proprietários rurais.

(BEHRING; BOSCHETTI, 2006)

Assim, chega-se aos anos de 1990 com enormes dificuldades para implementar os princípios e os direitos constitucionais. A Contra-Reforma do Estado orientada para o mercado, com base no ajuste fiscal, envolvendo principalmente a redução de investimentos na área social e o avanço das privatizações, dificulta ainda mais a concretização de direitos. Nessa década, a Assistência Social é a política que mais sofreu para se materializar devido à morosidade na sua regulamentação como direito. Como afirma Sposati (2004, p.43):

A justificativa da lei é clara, caracteriza segmentos em risco e vulnerabilidades: famílias com renda per capita de até meio salário mínimo; crianças, mulheres e idosos sem condições de autonomia e o “povo de rua”. O parecer do relator, se de fato estivesse aplicado, não teríamos presente até hoje, vários impasses na gestão da assistência social como política de direitos.

Portanto, constata-se que em vez de regulamentar os preceitos constitucionais na área na assistência social, o governo vai na “contramão” do processo constitucional e firma o Termo de Parceria com Organizações Não Governamentais e Instituições Filantrópicas, remetendo-a ao mundo da solidariedade e do trabalho voluntário.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) é aprovada somente em 1993, após várias lutas de setores democráticos, principalmente, da categoria profissional do Serviço Social. Sendo que o primeiro projeto aprovado pelo legislativo, em 1990, foi vetado pelo presidente Collor com a justificativa que não era uma proposta de assistência social responsável. Conforme Sposati (2004, p.50):

Na Câmara Federal emergem projetos de lei pró-regulamentação da LOAS. As forças sociais se coalizam desde 1993, em torno do projeto de lei nº 3.154/92, de Eduardo Jorge e José Dirceu que resulta dos momentos fecundantes.

Finalmente, em sete de dezembro de 1993 foi publicada a LOAS, lei nº 8.742 que define a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado.

Após 11 anos, em 2004, é aprovada, pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), através da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que prevê a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), traduzindo as deliberações da IV Conferência

Nacional de Assistência Social e materializando as diretrizes da LOAS. Essa política expressa a concretização da Assistência Social como um pilar da Seguridade Social, pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da LOAS.

3.2 Família

Percebe-se que o conceito de família se constitui central na política de assistência social desde meados dos anos de 1970, vinculado ao declínio da sociedade salarial e à crise do *Welfare State*, sendo essa descoberta como instância de proteção social. Nesse quadro, outro elemento importante é a pressão do movimento feminista que criticava as relações de gênero reproduzidas por essa política.

Para Mioto (2008), o reinado da família como fonte de proteção social, sendo uma instância privada, baseada em uma divisão sexuada de papéis e responsável pela moral, coloca a família como principal elemento de proteção social. Segundo a autora:

Essa nova configuração trouxe desdobramentos importantes no contexto das relações sociais, e dentre eles destacam-se o processo de transferência para o interior das famílias de problemas e conflitos gerados no âmbito das relações de produção e a cruzada para inculcação do ideal de uma nova família com funções e papéis claramente definidos (MIOTO, 2008, p.132).

A família passa a ser instância preferencial de proteção social, vinculada à sustentação econômica e a provisão de necessidades.

Essa nova configuração terá como consequência um papel de reprodução entre seus membros, principalmente, de reprodução de uma vida higiênica, disciplinada e laboriosa. Conforme Mioto (2008, p.132):

Assim, a produção de corpos saudáveis e limpos e de espaços organizados inauguram nas famílias uma relação intrínseca entre “cuidador” e “cuidado”. Com ela, uma nova lei moral que, embora impactando de forma diferenciada a família burguesa e proletária, elevam as mulheres à condição de cuidadores por excelência.

O papel da mulher nessa configuração é de responsável por uma vida saudável de crianças e idosos e de garantir a sobrevivência da família através do controle do marido como provedor.

Esping-Andersen (1991) trabalha com os conceitos de desfamiliarização e familismo para estudar os sistemas de proteção social dos diversos Estados de Bem Estar Social. O conceito de desfamiliarização consiste no grau de responsabilização familiar em relação à proteção social, pressupondo a diminuição de encargos familiares, com ações dirigidas a indivíduos ou grupos de parentesco. Já o conceito de familismo refere-se às políticas que concebem a família como principal responsável pelo bem-estar de seus membros.

Conforme revisão de literatura realizada por Mioto (2008), os países escandinavos, com Estados da socialdemocracia, são os países com maior grau de desfamiliarização. Enquanto que os países da Europa do Sul e América do Sul, incluindo o Brasil, são caracterizados pelo familismo, centrando sua proteção social na aliança entre Estado e família – no Brasil, isso pode ser verificado nas configurações das legislações das políticas sociais, mais especificamente no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que tem como diretriz central a família.

Destaca-se que essa supervalorização da família decorre de um projeto neoliberal implantado mundialmente, que se configura de forma diferente nos diversos países e que visa uma desresponsabilização do Estado. Para Mioto (2008, p.141): “nesse momento também se inicia a chamada era dos programas de transferência de renda em muitos países latino-americanos, inclusive no Brasil, cuja versão mais atualizada é o Bolsa Família.”. Esses programas possuem como objetivo oficial reduzir as desigualdades econômicas, mas reforçam o caráter familista das políticas sociais.

Ao problematizar o caráter dos programas de transferência de renda, Rodrigues (2008), com base em pesquisa realizada em Aracaju e Belo Horizonte, argumenta que a inserção nesses programas não se constitui uma mudança no status social ou maior autonomia, pois a transferência de renda não é reconhecida como direito e a condição de beneficiária tende a ser mais um estigma para o conjunto mulher, pobre e negra. Destaca também:

O atrelamento do acesso à renda ao cumprimento de condicionalidades, além de, frequentemente, sobrecarregar de responsabilidades, tende a ser fonte de culpabilização dessas mulheres, quando se considerar que não estão cumprindo a contento as tarefas associadas a seu papel de mãe (RODRIGUES, 2008, p.222).

O cumprimento das condicionalidades é tratado, muitas vezes, com um

caráter inquisitório por parte do Estado e da sociedade que julgam a mulher como responsável integral, esquecendo que quase a totalidade dessas condicionalidades depende de ações do Estado que privilegia o investimento financeiro em transferência de renda, em detrimento de ações efetivas.

A família para os pobres é constituída da ideia daqueles que se pode confiar, longe da determinação genealógica ou da restrição a um grupo de convivência, é delimitada por uma rede de obrigações. Assim, a noção de família define-se em torno da moralidade que estrutura suas relações, baseada em relações de dar, receber e retribuir e orienta suas relações dentro e fora de casa (SARTI, 2011).

Dessa forma, o conceito passa a ter um significado diferente para os pobres, que é a mediadora dos processos de saúde, educação e inserção no trabalho. Para Sarti (2011, p.52): “A importância da família para os pobres está relacionada às características de nossas instituições públicas, incapazes de substituir as funções privadas da família”. As relações familiares estão fundadas em uma moralidade de obrigações mútuas que vão concretizar o modo de vida e sobrevivência que são reforçadas pela configuração das políticas sociais. Além disso, a autora aponta a família como referência de identidade de ser social, que estrutura sua explicação do mundo.

Nesse sentido, a configuração dos papéis dentro da família é base para a constituição dessa identidade. As regras da hierarquia familiar, impostas na convivência cotidiana, delimitam as fronteiras entre feminino e masculino, sendo o homem a autoridade da família que, em muitos casos, não é encontrada no mundo da rua, como trabalhador e pobre. Sarti (2011, p.63) destaca: “A casa é, ainda, um espaço de liberdade, no sentido de que nela, em contraposição ao mundo da rua, são donos de si: aqui eu mando”. Assim, o homem é a figura de mediação da família com o mundo externo, ele é o chefe da família, garante o respeito, corporificando a ideia de autoridade. Já a mulher é quem cuida de todos, quem mantém a unidade do grupo familiar. Nesse universo simbólico, a maternidade coroa o papel de mulher.

Há uma diferenciação entre casa e família. Sendo os arranjos familiares mais amplos, proporcionalmente serão as dificuldades enfrentadas para a constituição dos papéis familiares, em decorrência de uniões instáveis. Em um contexto de dificuldade financeira, imperando a informalidade e a instabilidade, encontram-se barreiras para a efetivação do papel de provedor pelo homem.

Nesse caso, a mulher realiza o papel de provento da família e isto não se

constitui em problema, já que muitas vezes ela está acostumada a trabalhar. A vulnerabilidade dessa situação está na relação com o mundo externo, que é mediada pelo homem. A sociedade reforça esses papéis e o problema se constitui na dimensão simbólica do respeito, conferida à presença masculina. Esses papéis também são um fardo para o homem, devido às condições externas de instabilidade do mercado de trabalho – essas condições são uma barreira para o desempenho do papel de provedor (SARTI, 2011).

O trabalho tem um papel central dentro da família, sendo a base da identidade masculina e condição de sua autonomia moral. A dimensão moral do trabalho está além do valor de sua remuneração financeira, conferindo a dignidade ao pobre e o respeito perante a família. O trabalho viabiliza a vida familiar. Sarti (2011, p.95) afirma: “Trabalhar para si aparece, tanto para o homem como para mulher, como uma atividade sem razão de ser”. O sentido do trabalho está relacionado diretamente à família.

O trabalho doméstico ganha um *status* valorizado para mulher, apresentando um sentido quando se parte do valor da ideia de trabalhar para os outros. É através desse trabalho, do esforço e dedicação com que é feito que se reproduzem os valores morais de limpeza e de alimentação. A comida é carregada de valor simbólico, o ato de dar o quê comer é muito importante na consagração desses papéis.

3.3 Classes Populares

Os estudos sobre as chamadas camadas “inferiores” da população, até o século XX, eram realizados pelos folcloristas através de estudos a campos restritos, como grupos étnicos ou tipos regionais. A preocupação desses pesquisadores era essencialmente a conservação de vestígios do passado. Na América Latina, os estudos etnográficos dos grupos populares no meio urbano levaram mais tempo para serem iniciados do que no resto do mundo, devido ao cenário político de grande repressão (FONSECA, 2004).

No Brasil, a década de 1980 deu início aos primeiros estudos com grupos populares, inicialmente com a preocupação de denunciar as desigualdades políticas e econômicas em reação à linha funcionalista que dominava os estudos etnográficos no resto do mundo. Nos final da década, começaram a surgir muitos estudos sobre

as dinâmicas culturais próprias do meio popular, como a música e as formas de participação política.

Atualmente, o popular não está entre os principais interesses acadêmicos. O desaparecimento do “popular” pode estar ligado ao momento político e as ideologias que o acompanham. Segundo Fonseca (2004, p.218):

De uma “massa anônima”, “amorfa” ou simplesmente “aqueles que servem de antinorma” dos anos 60, eles tornaram-se protagonistas de “classes” (trabalhadoras ou populares) nos anos 80, para voltar ao *status* de “pobres” nos anos 90.

Esse fato por ser explicado pela intensa efervescência política dos anos de 1980 com o protagonismo dos movimentos sociais e populares, onde o popular era visto como uma forma de resistência dos intelectuais e organizações de esquerda. Na década de 1990, marcada pela ofensiva neoliberal com o enxugamento e desregulamentação do Estado, o que era visto como “popular” passou ser qualificado como “pobreza”.

Os estudos sobre a pobreza obtiveram diferentes concepções ao longo da História. Inicialmente, nos anos de 1960, a tendência era perceber a pobreza como avesso do que devia ser. Havia uma ênfase na parte econômica e política, a partir da exploração do capital pelo trabalho ou da ausência de reconhecimento de direitos.

Nos anos de 1970, a análise era focalizada no lugar ocupado no processo de produção sem considerar características culturais nacionais. Os pobres eram concebidos como trabalhadores, definidos pela sua inserção na produção. Além disso, eram pensados como sujeitos políticos, através de uma reflexão crítica da sociedade. No final da década, a pobreza passou a ser estudada sob a ótica das estratégias de sobrevivência, com inspiração crítica na abordagem marxista que pensava a família como instância ideológica. Nesses estudos, a família é pensada como esfera social com dinâmica própria, através de suas estratégias de sobrevivência (FONSECA, 2004).

A década de 1980 é caracterizada como um momento de forte recessão e de intensa agitação política. Nesse contexto, surge uma linha de pesquisa que centra suas análises na relação entre pobreza e família, buscando identificar arranjos familiares. A família é caracterizada como lugar onde se socializam os efeitos da

pobreza. Na virada do século XX, existe, ainda, um discurso baseado na contraposição do “trabalhador” e “vadio” com influência higienista. O vadio era todo aquele que estava fora do mercado de trabalho formal. Esse discurso irá se modificar na medida em que o trabalho formal não será oferecido a grande parte da parcela da população.

A pobreza deve ser analisada levando em conta suas diversas implicações. Conforme Sarti (2011), a tendência a associar a pobreza a somente um único eixo de qualificação reduz seu significado social e simbólico. Para a autora: “A pobreza tem, portanto, uma dimensão social e simbólica que define os “pobres” (...) é possível defini-la por eixos distintos.” (SARTI, 2011, p.42) Assim, a pobreza não deve ser vista apenas sob o ponto de vista da carência material.

A categoria pobreza é observada por diferentes correntes teóricas e econômicas e sua origem e configuração possuem bases diversas. Siqueira (2013) faz um estudo criterioso sobre o assunto, realizando uma análise da produção teórica conforme as distintas tradições: liberalismo, neoliberalismo, pós-modernidade e marxismo.

No liberalismo clássico, a pobreza é vista como a incapacidade de o indivíduo acumular riqueza ou produzir o necessário para sua própria subsistência ou, ainda, como aquele não sabe gastar seu dinheiro. Nessa visão, o progresso econômico, característico de um capitalismo de livre concorrência, promoveria sua eliminação. A política social é pensada tendo a família um papel primordial, já que não considera o cidadão responsável do Estado, mas dos que o colocaram no mundo. Keynes, ao reformular algumas categorias desse pensamento, pensa a pobreza como consequência à incapacidade de consumo, levando a queda da demanda efetiva e causando, entre outras coisas, o desemprego. A intervenção do Estado deve ter o objetivo de elevar a demanda efetiva, dando meios de pagamento e garantia de investimento produtivo (SIQUEIRA, 2013).

O neoliberalismo surgiu nas décadas de 1980 e 1990 como uma saída para a crise capitalista iniciada em 1973. A pobreza tem sua concepção embasada no liberalismo clássico, resultando da livre concorrência onde triunfa quem tem mais qualificação e uma desigualdade necessária para propulsão do desenvolvimento. Essa desigualdade é fruto de competências individuais desiguais no livre jogo do mercado. A política social é concebida como assistencialista, emergencial, transitória e focalizada no mais pobre, pensada enquanto *bolsa* (com um valor mínimo para

não desestimular) e não como proteção social, para não afetar o livre mercado (SIQUEIRA, 2013).

A racionalidade pós-moderna surgiu em trabalhos de diversos autores a partir da metade dos anos 1970. É definida por Siqueira (2013) como heterogênea, com uma vertente conservadora representada por Lyotard e uma vertente de “esquerda” tendo como exemplo Boaventura Santos. Há explicações diferentes para o esgotamento da modernidade e caracterizações diversas sobre a pós-modernidade. Nessa corrente de pensamento, a pobreza é pensada através da percepção e da autoimagem de cada indivíduo, ou seja, a condição de pobre não é atribuída externamente, mas a partir da autopercepção do indivíduo. O Estado não possui papel central para as políticas sociais e há um chamamento à sociedade civil organizada, por vezes, apresentada como terceiro setor, e há um estímulo a ação socialmente responsável das empresas para um empoderamento dos pobres. (SIQUEIRA, 2013)

Considerado como uma vertente de “esquerda” da pós-modernidade, Boaventura de Souza Santos, trata a pobreza em torno dos conceitos de risco social e novas expressões das desigualdades (SIQUEIRA, 2013). Para Boaventura Santos, a noção de risco social é utilizada para designar a tendência à pobreza e outras formas de desigualdades produzidas, principalmente, pelo Estado e pela ciência, articulando a instrumentalidade do Estado para o capital e a apropriação privada da ciência e tecnologia. O autor oferece um projeto para reinvenção da emancipação social para o enfrentamento da pobreza através da produção de um conhecimento alternativo: “experimentar caminhos novos de produção de conhecimento e averiguar as possibilidades de emancipação social” (SANTOS, 2002, p.24) Para o autor, essa emancipação passa por seis eixos: democracia participativa; sistemas alternativos de produção; multiculturalismo emancipatório; justiça e cidadania culturais; biodiversidade e conhecimentos rivais; e, novo internacionalismo operário (SANTOS, 2002).

A leitura da tradição marxista da pobreza é baseada no modo de produção capitalista, sendo resultado inevitável do próprio desenvolvimento da acumulação do capital (SIQUEIRA, 2013). No capitalismo, o aumento da riqueza socialmente produzida fabrica e amplia a pobreza, ou seja, a acumulação de capital corresponde à acumulação da pobreza. Em sua obra intitulada O Capital, Karl Marx analisa o processo de pauperização do proletariado: “o pauperismo constitui o asilo dos

inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (MARX, 1980, p.747). Nessa obra, o autor ainda define dois conceitos de pauperização: pauperização absoluta e pauperização relativa. O primeiro conceito refere-se ao processo de constante expulsão do trabalhador do mercado de trabalho, não oferecendo possibilidade de sustentação mediante a venda de sua força de trabalho. Sobre a pauperização relativa, assim se posiciona o autor:

[...] recebem, sob a forma de pagamento, uma porção importante de seu próprio produto excedente que se expande e se transforma em quantidade cada vez maior de capital adicional. Desse modo, podem ampliar seus gastos, provendo-se melhor de roupas, móveis etc., e formar um pequeno fundo de reserva em dinheiro. Roupas, alimentação e tratamento melhores e maior pecúlio não eliminam a dependência e a exploração do escravo, nem a do assalariado. (MARX, 1980, p.717).

Assim, esse conceito está relacionado com o aumento progressivo da distância entre o valor produzido pelo trabalhador e a parcela pela qual ele se apropria. O valor que permanece com o trabalhador é cada vez menor em relação com a riqueza produzida.

Através de uma perspectiva marxista, Siqueira (2013) pensa a pobreza com base na lógica do aumento da riqueza socialmente produzida, significando o aumento da acumulação do capital e complementada pelo aumento da pauperização. A autora cita as análises de Marx sobre as assistências aos pobres, no início do século XIX, que as caracterizava como uma estratégia de alívio e eternização da miséria com o objetivo de compor um exército de reserva capaz de executar qualquer atividade. Além disso, faz uma pesquisa de autores contemporâneos que seguem essa linha de pensamento e apontam as políticas sociais como ações que objetivam diminuir a pobreza, as quais não alteram o processo de acumulação capitalista, mas que são necessários para amenizar suas refrações. De outra maneira, pontua que a legislação social se constitui um direito conquistado pelos trabalhadores na disputa entre capital e trabalho (SIQUEIRA, 2013).

3.4 Vulnerabilidade Social

O conceito de vulnerabilidade social está intrinsecamente ligado ao conceito de exclusão social, que era uma construção teórica anterior. O termo exclusão social

teve origem na Europa e abarcava uma gama de situações que extrapolavam os problemas advindos do mercado de trabalho e que tinha como base a desfiliação (exclusão) do mercado de trabalho, bem como conseqüente ruptura de pertencimento e de vínculos societários, ou seja, qualificando situações de não integração social (CASTEL, 2010).

Com a crise dos anos de 1970 esse conceito foi ampliado, já que a desestruturação do mercado de trabalho acabou se estendendo também aos setores formais. Não se trata mais de situações de exclusão extrema, mas de situações intermediárias que são mais bem definidas pelo conceito de vulnerabilidade social aplicado ao mundo do trabalho. Castel caracteriza a vulnerabilidade social como a: “conjunção da precarização do trabalho e da fragilização dos apoios relacionais” (CASTEL, 1997, p.30). Esse termo dá uma dinâmica, para o estudo das desigualdades, de situações que revezam a exclusão e inclusão, ou seja, não há uma situação de exclusão permanente, mas de uma inclusão vulnerável às mudanças do mundo do trabalho.

Para Castel (2010), vulnerabilidade social refere-se a uma parte frágil do povo que pode cair na miserabilidade ao menor acidente e caracteriza em situação de instabilidade de emprego, busca de ocupações provisórias, a intermitência dos tempos de trabalho e de não emprego. Anteriormente, a vulnerabilidade parecia estar estabilizada pela situação de crescimento econômico e o quase pleno emprego e, atualmente, se trata de uma desestabilização de uma grande parte dos trabalhadores, através da precarização do trabalho e instabilidade do mercado.

O autor ainda ressalta a importância dos vínculos relacionais na constituição do conceito, que pode ampliar as possibilidades de vulnerabilidade:

A precariedade do trabalho ou o desemprego e a fragilidade das redes relacionais, estão frequentemente associadas e ampliam os riscos de queda da vulnerabilidade, para o que eu chamei de desfiliação, isto é, a conjunção perda de trabalho-isolamento relacional. Da mesma forma, a fragilidade da estrutura familiar é acompanhada, frequentemente, das situações de degradação das redes de sociabilidade popular que aqui eu cito apenas (CASTEL, 1997, p.32).

A precarização do trabalho resulta também em uma degradação dos apoios sociais relacionais que se constituem base de uma proteção. O trabalho é imbricado de uma série de configurações simbólicas, entre elas uma rede relacional que serve de apoio, baseada na convivência e solidariedade.

Para Ayres (1999), o termo vulnerabilidade social é constituído em torno de conjunturas básicas como recursos materiais ou simbólicos, organização das políticas públicas de bem-estar social e a organização dos indivíduos e grupos para responder aos desafios das modificações estruturais. Portanto, o autor propõe uma ampliação do conceito, considerando os fatores específicos da comunidade resultantes dos arranjos sociais e políticos que vão incidir sobre os sujeitos.

Atualmente o termo vulnerabilidade social é muito utilizado para compreender as dinâmicas das políticas sociais com seus desafios e tensões para sua efetivação, bem como para avaliar seu alcance. Esse conceito, usado nas ciências sociais, possui vários enfoques: econômico, ambiental, de saúde, de direitos sociais e outros. Com o objetivo de traçar o marco conceitual do termo, Monteiro (2011) destaca a necessidade de diferenciação do termo risco social, citando o conceito de Hüning (2003) que compreende que a situação de risco é focada no indivíduo, revestida de uma subjetividade que acaba por naturalizá-la.

A temática em torno do assunto emerge a partir dos anos de 1990 como alternativa à explicação analítica da pobreza, que se resumia às questões econômicas, e busca voltar-se para o conhecimento dos setores mais desprovidos da sociedade. Assim, buscou-se delinear os grupos de risco na sociedade através da utilização de indicadores de acesso ou de carências de necessidades básicas com uma visão deslocada do contexto social e focalizada no indivíduo. Essa tendência é utilizada, ainda hoje, por organizações internacionais, como Organizações das Nações Unidas (ONU) e Banco Mundial. O termo também foi introduzido na área da saúde para os estudos de infecção por HIV, tentando superar a noção de risco social ao ampliar a compreensão sobre saúde, considerando os aspectos do contexto social (MONTEIRO, 2011).

Com base na revisão bibliográfica realizada por Monteiro (2011), a autora destaca que os condicionantes da vulnerabilidade social são múltiplos e há diversos fatores emergentes desse contexto:

A vulnerabilidade social se constitui como construção social, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes dogmas de acordo com os condicionantes históricos. Essas transformações acabam por desencadear fundamentais mudanças na esfera da vida privada, acentuando fragilidades e contradições (MONTEIRO, 2011, p.34).

O conceito abarca fatores externos, referindo-se ao contexto em que o

indivíduo está inserido, e fatores internos que se constituem na capacidade do indivíduo em lidar com desafios impostos pela conjuntura.

O conceito compreende também a disponibilidade de recursos materiais ou simbólicos que, somados as habilidades do indivíduo, são necessários para o aproveitamento das oportunidades disponíveis. Com isso, a relação do conceito com as políticas sociais está ancorada no fortalecimento dos sujeitos para que possam acessar bens e serviços, sendo essas políticas instrumentos de garantia de direitos, dignidade, emancipação e autonomia.

Hüning e Guareschi (2004) ressaltam que os saberes científicos produzem certos modelos e prescrições que normatizam o certo e o errado com padrões desejáveis e desviantes, que devem ser preocupações de políticas públicas e locais de intervenção. Os autores questionam as refrações dessas ações em suas funções de normatização e conseqüente estigmatização dos grupos atendidos.

3.5 Benefício de Prestação Continuada

A Assistência Social, junto com a Saúde e a Previdência Social, compõe o tripé da Seguridade Social, desde a Constituição Federal de 1988. É política social não contributiva, dever do Estado e direito dos cidadãos brasileiros que dela necessitarem. Foi regulamentada através da Lei 8.742 de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Essa inclusão da Política da Assistência Social na Seguridade Social aponta para uma superação da compreensão historicamente construída de ajuda, caridade ou benevolência, passando a adotar uma concepção de direito social que deve ser garantido aos cidadãos e provido pelo Estado através de programas e serviços sociais, se configurando em uma conquista, mesmo com todas as barreiras para sua consolidação (HEIDRICH; MELLO, 2013).

As políticas de Assistência Social e Previdência Social possuem sua diferença substancial colocadas no texto constitucional: enquanto a assistência social possui dimensão definida, em face da população carente e pobre assegurando o direito às necessidades básicas e mínimos sociais; a previdência social é restrita a segurados, como concepção contributiva, destinada aos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em seu artigo 2º, inciso 1º, prevê a garantia de um salário-mínimo à pessoa com deficiência ou idoso que

comprovem não possuir meios de prover a própria vida. Tal benefício também foi previsto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 203 (BRASIL, 1988). Na seção dois da mesma lei, consta o Benefício de Prestação Continuada (BPC) com seus conceitos de idoso, deficiente, família e condição de renda *per capita*.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi aprovado na Constituição, mas só implantado no ano de 1996. A operacionalização do benefício é responsabilidade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas sua gestão é do ministério responsável pela assistência social através de um convênio com o ministério da previdência social. O processo de implementação institucional do direito à assistência social para idosos e pessoas com deficiência em situação de pobreza tem apresentado movimentos de expansão e restrição desse direito, como resultados de operações que redefinem critérios (IVO; SILVA, 2011). No ano de 2009, a avaliação para concessão do benefício sofreu uma ampliação no conceito de deficiência, que implicou uma modificação no processo de avaliação para concessão do benefício. Após esse período, houve outros ajustes na parte de operacionalização do benefício, mas que não acarretaram mudanças substanciais.

Como idoso, a lei entende a pessoa com 65 anos de idade ou mais. Deficiente é a pessoa que possui impedimentos em longo prazo de natureza física, mental, intelectual e sensorial que podem interferir em sua participação em sociedade em igualdade de condições. O conceito de família é composto pela pessoa idosa ou deficiente, cônjuge ou companheiro, pais (na ausência deles, padrasto/madrasta), irmãos e filhos (ou enteados) solteiros que vivem sob o mesmo teto. A lei considera incapaz de prover a própria vida, a família cuja renda mensal *per capita* seja inferior a um quarto de salário-mínimo.

O atendimento ao requerente do BPC é realizado nas Agências da Previdência Social (APS) e ocorre mediante agendamento prévio.²¹ O primeiro atendimento corresponde à habilitação do requerimento, onde são atualizados os dados cadastrais, recebida a documentação, comprovada a formação do grupo familiar e a *renda per capita*. As próximas etapas são a avaliação social e a perícia médica realizada pelo assistente social e o perito médico, respectivamente, através de instrumentos próprios, baseados na CIF (Classificação Internacional de Incapacidades). O assistente social avaliará as barreiras e dificuldades que o

²¹O agendamento acontece através do telefone da previdência social, número 135, pelo site www.previdencia.gov.br ou nas próprias Agências da Previdência Social (APS).

usuário enfrenta no que se refere ao acesso a direitos, serviços e sua participação na vida social e política. Ao médico cabe avaliar as barreiras físicas, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com as barreiras sociais, podem interferir na participação em sociedade em igualdades de condições (HEIDRICH; MELLO, 2013).

A Agência da Previdência Social (APS) de Pelotas é a única na cidade de Pelotas, com população de 328.275 habitantes²², a qual atende toda a região sul do Estado e tem uma média de 9.238 atendimentos mensais – desses 1.271 são agendados previamente. Além da população de Pelotas, ainda é responsável por atender outros sete municípios: Arroio do Padre, Capão do Leão, Cerrito, Morro Redondo, Pedro Osório, Piratini e Turuçu, totalizando 399.729 pessoas²³.

Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)²⁴, em Pelotas 10.613 famílias vivem com renda *per capita* abaixo de setenta reais mensais, 28.617 famílias se enquadram no perfil de baixa renda do Cadastro Único dos programas sociais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e 17.686 famílias se enquadram nos critérios do Programa Bolsa Família, constituindo-se em uma cobertura de 55% do programa em Pelotas.

A família que possui perfil para inclusão no Cadastro Único é aquela que possui renda igual ou inferior a meio salário mínimo *per capita* ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. Já o critério do Programa Bolsa Família é de renda familiar *per capita* inferior a 140 reais.²⁵ Observa-se que a realidade da cidade é de um grande número de famílias vivendo em situação de baixa renda.

A Agência da Previdência Social (APS) de Pelotas²⁶, em dezembro de 2014, contou com um total de 8.415 Benefícios de Prestação Continuada (BPC) em manutenção – desses, 2.383 são para idosos e 6.032 são para deficientes, com um valor mensal de R\$6.581.082,25. Ao mês são requeridos 154 benefícios para deficiente, tendo como referência o mês de agosto de 2014, sendo 41 concedidos,

²²Dado do IBGE. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431440&search=rio-grande-do-sul|pelotas>>. Acesso em: 18 mai. 2015.

²³Dados referentes ao mês de Agosto de 2014 (BRASIL; MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2014).

²⁴Disponível no site do Plano Brasil Sem Miséria no seu Município: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=69>

²⁵Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social: Inclusão no Cadastro Único. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/cadastrounico/beneficiario/cadunico-inclusao>>.

²⁶Segundo o Anuário estatístico da previdência social 2013 (BRASIL; MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2013).

49 negados e 146 ficaram em análise. A taxa de benefícios em análise agrega processos que não foram concluídos no mês de referência.

Percebe-se que há um número baixo de requerimentos concedidos e o não enquadramento aos critérios do benefício pode ser explicado ou pela renda familiar superior ao limite estipulado ou pela não constatação da incapacidade. O que se pode constatar é que há um número considerável de pessoas que optam por recorrer à assistência social, por não ter acesso à política de previdência social em decorrência de essa política estar cada vez mais restritiva.

No Brasil, também no mês de agosto de 2014, foram requeridos 64.419 Benefícios de Prestação Continuada (BPC), sendo 30.965 concedidos, 33.996 negados e 49.622 ficaram em análise. O tempo médio de concessão do benefício é de 40 dias, com 30 dias para o benefício para idoso e 64 dias para deficiente. Esse indicador é utilizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e contabiliza todas as fases para concessão do benefício, desde o agendamento até a finalização do processo. Para compreensão desses números, deve-se levar em conta o baixo número de servidores do instituto e a demanda crescente de requerimentos. Além disso, o benefício para deficiente conta com as avaliações social e médica que exigem, necessariamente, mais dois agendamentos, elevando seu tempo médio de concessão em relação ao idoso.

Ao total, no Brasil, em 2013 foram concedidos 2.148.091 benefícios para deficientes²⁷ – desses, 1.136.320 foram para homens e 1.011.749 para mulheres. Em 2012 foram concedidos 1.071.501 benefícios para homens e 953.143 para mulheres. Em 2011, foram 1.011.710 concedidos para homens e 899.401 para mulheres. Com esses dados, pode-se perceber um aumento na demanda de requerimentos do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e uma pequena diferença entre os gêneros. No recorte de idade, até 19 anos os benefícios masculinos são 311.742 e os femininos 218.580, entre 20 e 40 anos são 367.840 masculinos e 301.738 femininos, entre os 45 e 69 anos são 334.570 benefícios masculinos e 378.736 benefícios femininos, e entre a faixa etária dos 70 e 74 anos são 16.874 benefícios masculinos e 23.658 femininos. Assim, se percebe que até os 44 anos os homens estão em maior número, após, as mulheres são majoritárias, mesmo com uma queda acentuada de benefícios na faixa dos 70 anos de idade.

²⁷Segundo o Anuário estatístico da previdência social 2013 (BRASIL; MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2013).

Essa diferença pode ser explicada por duas hipóteses: as mulheres procuram mais o benefício quando adoecem, por isso solicitam a partir dos 45 anos, quando há maior probabilidade de adoecimento em decorrência da meia-idade e do desgaste com o trabalho, ou as mulheres possuem uma maior expectativa de vida, vivem mais do que os homens. Embora essa última hipótese possa ser relativizada, pois mesmo as mulheres vivendo mais do que os homens, a expectativa de vida brasileira é de 74,9 anos, sendo 78,6 anos para mulheres e 71,3 anos para homens²⁸.

²⁸Disponível em Tábua de Vida (IBGE, 2013).

4 A história das flores

As entrevistas foram realizadas pela autora e se constituíram em uma espécie de reencontro, já que todas as flores foram acompanhadas pelo Setor de Serviço Social da Agência de Previdência Social (APS) de Pelotas por alguns meses. Nas narrativas percebe-se que cada flor traz consigo sua peculiaridade, com sua essência, seu florescer e sua exuberância. Mas, apesar das suas individualidades, há muito em comum na história dessas flores, com uma vida de muitas carências financeiras, com pouco apoio da família, com trabalhos muitos desgastantes e intensa luta por sobrevivência²⁹.

4.1 Violeta

O primeiro contato com Violeta aconteceu no mês de outubro de 2014, na Agência da Previdência Social (APS) de Pelotas, através de um atendimento especializado do Setor de Serviço Social. Violeta estava muito nervosa e apreensiva, com comportamento excitante sobre seu requerimento de Benefício de Prestação Continuada (BPC). Em seu relato, afirmou que os filhos tinham forçado seu comparecimento, pois tinha muito medo de ir ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) devido a um atendimento com comportamento indiferente por parte de um funcionário: *“um senhor alto, muito estranho, ele me fez 3, 4, 5 perguntas e nem levantou para me olhar”*. O histórico de Violeta dentro da instituição era que estivera em Auxílio-doença por cinco meses em 2012, mas as suas duas últimas solicitações haviam sido negadas por falta de incapacidade para o trabalho. O contato para entrevista foi realizado nesse mesmo dia, momento em que foi explicado sobre a pesquisa e seu funcionamento. Desde o início da conversa, Violeta se mostrou disposta a participar e lisonjeada com a possibilidade de poder contar sua história. Atualmente Violeta recebe o BPC, por uma dorsalgia³⁰ que possui há alguns anos e a notícia da concessão foi recebida dias antes da entrevista.

²⁹Para melhor compreensão do trabalho, as entrevistas foram editadas, conforme Lang (2011, p.133): “propõe uma reordenação do texto, para abreviar as idas e vindas características dos documentos de memória.” Além disso, para citação das entrevistas utilizou-se itálico.

³⁰Segundo o Dicionário Michaelis, Dorsalgia é dor no dorso, notalgia.

A entrevista com Violeta foi realizada em sua residência, em uma tarde ensolarada de sábado, pela própria autora. Na chegada, Violeta já estava aguardando à rua, temia que não fosse encontrado o seu endereço. A preocupação com a localização e a arrumação de sua residência era evidente desde o contato telefônico marcando a entrevista, onde esclareceu que sua casa era em um bairro distante do centro da cidade, estava há muitos anos sem reforma alguma e possuía dois cachorrinhos que, embora fossem sua principal companhia, faziam muita bagunça. Essa preocupação também pode ser explicada pela autoridade que a entrevistadora poderia exercer sobre a entrevistada, como uma representante institucional que poderia estar lhe avaliando.

Portelli (1997), ao falar da entrevista em história oral, conta que certa vez marcou uma entrevista com uma senhora que permitiu sua presença somente depois que teve certeza que não iria reparar na limpeza. O autor destaca: “isso significa que, quando fazemos uma entrevista, invadimos a privacidade de outras pessoas e tomamos seu tempo” (PORTELLI, 1997, p.21). O autor chama atenção que, para o entrevistado, a arrumação e a limpeza de sua casa faz parte de sua apresentação ao entrevistador e que é importante que ambos se sintam a vontade. Assim, é bom não se esquecer da educação, respeito e bom senso. É imprescindível ser agradável.

Violeta possui 62 anos, é a flor com mais primaveras e é também a flor que demonstra maior desgaste das intempéries. É negra, filha de agricultores, em regime de arrendamento de terras, que vieram residir em Pelotas quando os filhos ainda eram pequenos. Interrompeu os estudos na quinta série do ensino fundamental³¹ ao engravidar aos dezesseis anos de idade e precisar casar às pressas. O casamento durou alguns anos e resultou em sete filhos, sendo que dois morreram logo após o parto e os outros cinco atualmente são maiores de idade e independentes. A história de Violeta é marcada por relatos de uma infância com muitas carências materiais e emocionais: o pai era introspectivo e a mãe doente e de uma vida adulta em busca do sustento dos filhos e muitas privações: *“meu pai era muito fechado, muito fechado, e eu e minha mãe não tinha muita afinidade”*.

A inserção no mercado de trabalho aconteceu aos 13 anos de idade, como

³¹Conforme dados do IBGE, através do censo de 2010, 42,5% das mulheres pretas ou pardas não tem instrução ou possuem nível fundamental incompleto em comparação a 28,2% de mulheres brancas. No nível superior essa porcentagem se inverte: 26% das mulheres brancas possuem nível superior, para 11,2% das mulheres negras ou pardas (IBGE, Sala de Imprensa, 31/10/2014).

doméstica, sua principal motivação era carência material: *“com treze anos eu comecei a trabalhar, para comprar um sapato para sair com uma coleguinha”*. Essa afirmação demonstra uma ideia pueril do trabalho, compatível com a idade que possuía na época, mas também demonstra a situação financeira da família. Em outro momento Violeta menciona que recebiam doações: *“só meu pai trabalhava. A gente ganhava muita coisa da igreja e da associação”*.

Sobre a mãe Violeta falou pouco, revelou que sente uma mágoa pela falta de apoio na época em que engravidou: *“mágoa de eu ter me casado grávida e ela ter ficado tão revoltada comigo, e isso distancia um pouco”*. Sarti (2011, p.74), ao analisar essa situação que é comum em várias famílias, lembra que ter filhos: *“implica idealmente se desvincular da família de origem e constituir um novo núcleo familiar”*. Os filhos representam responsabilidade e conferem status de maioridade, assim como o casamento.

Em relação ao trabalho, Violeta afirma que os pais não passaram nenhum ensinamento, não deram nenhum conselho, mas que precisou trabalhar muito cedo. A mãe de Violeta trabalhou como doméstica até o casamento e após adoeceu: *“minha mãe ficou em casa, ela era muito doente, só meu pai trabalhava”*. Os papéis dentro da família são transferidos, quando da impossibilidade de serem exercidos, para outros integrantes do núcleo doméstico. Na falta da mãe, que não pode exercer o papel de dona de casa, essa função é repassada para outras mulheres da família (SARTI, 2011).

Essa situação demonstra também a falta de perspectiva com o futuro, que atravessou a vida de Violeta. Quando indagada sobre seu sonho com o trabalho, Violeta responde: *“acho que não tive, com quinze anos eu engravidei, e ganhei meu filho com dezesseis anos. Os sonhos foram todos por água a baixo, pois meu pai e minha mãe não tinham condições alguma, e quase me colocaram porta fora”*. Esse momento pode ser considerado o ponto inicial de uma vida baseada na luta contra as adversidades, primeiro uma gravidez inesperada e após os cuidados e sustento de cinco filhos.

Essa falta de perspectiva também pode ser notada quando Violeta fala sobre seus sonhos e suas expectativas em relação ao futuro dos filhos: *“ficou tão difícil a minha vida, de conseguir dinheiro e voltar para dentro de casa, descansar para no outro dia voltar a trabalhar, que no máximo eu achei para eles, no caso do mais velho, o quartel”*. Essa situação era motivo de preocupação constante de Violeta: *“eu*

pensava em como fazer, de que maneira? Não tinha... Era uma coisa que me machucava muito". Nos relatos de Violeta fica claro que seus filhos ainda eram pequenos na época de seu divórcio e o pai das crianças nunca forneceu apoio emocional e financeiro.

Violeta, assim como as outras flores, foi chefe-de-família³², característica crescente nos domicílios brasileiros. Conforme dados do censo de 2010 do IBGE³³, 37,3% das famílias que residiam em domicílios particulares tinham a mulher como principal responsável. Nas famílias urbanas, esse indicador se eleva para 39,3% e levando em conta o recorte cor ou raça, preta ou parda³⁴, esse valor passa para 38,7%. O cruzamento com indicadores relativos ao mercado de trabalho auxilia na compreensão da realidade desigual a qual a mulher está inserida: houve um aumento de 50,1% para 54,6% na taxa de atividade³⁵ feminina e uma diminuição de 79,7% para 75,7% na taxa de atividade masculina. Entretanto, na proporção de trabalho com carteira assinada, o feminino passou de 32,7% para 39,8% enquanto que o trabalho masculino foi de 36,5% para 46,5%. Ou seja, no índice de atividade percebe-se um aumento no número de mulheres e uma diminuição no número de homens, enquanto que na taxa de trabalho com carteira assinada a porcentagem de mulheres ainda é inferior. Conforme o IBGE, a diferença entre os sexos passou de 3,8 pontos no censo de 2000, para 6,7 em 2010.

Com a fala de Violeta pode-se perceber um misto de sentimentos entre impotência diante da situação, e de fracasso diante da falta de oportunidades para os filhos. Essa constatação fica mais clara quando Violeta fala da formação de um dos filhos: *“ele conta que não deu, eu não tinha condições de trazer calçados e roupa para ele tirar o IF-Sul, na escola”*. Nesse trecho Violeta conta que o filho teve uma boa oportunidade de emprego na cidade do Rio de Janeiro, mas não foi efetivado pela falta de formação, mesmo sendo um ótimo eletricitista.

O primeiro trabalho de Violeta foi informalmente como doméstica, onde trabalhou muitos anos, sendo responsável principalmente pelos cuidados do filho do casal. A remuneração era pouca, justificada pelo fato de Violeta não cozinhar e

³²O critério para definição da pessoa responsável pela família, para o IBGE, é que ela seja reconhecida como tal pelos demais membros da unidade doméstica.

³³IBGE (Sala de Imprensa, 31/10/2014).

³⁴Conceito utilizado pelo IBGE.

³⁵De acordo com IBGE, população em idade ativa (de 16 anos ou mais) que se encontra trabalhando ou procurando trabalho.

permanecer curto período. Violeta trabalhou formalmente³⁶ apenas duas vezes, a primeira em uma fábrica de conservas e a segunda como cozinheira em um restaurante.

O trabalho na fábrica é caracterizado como muito cansativo e desgastante. Em sua fala, Violeta afirma que nesse período já começou a sentir dores na coluna. Violeta relata: *“uma vez eu peguei um torcicolo, uma coisa que eu não sei o quê era, de chorar e não poder faltar o serviço”*. O trabalho na fábrica era pressionado todo tempo pela produtividade e a ameaça de demissão era constante. Com isso, o adoecimento era temido pelas operárias, pois significa baixa na produção e perda de emprego (VARGAS, 1994), conforme citado anteriormente.

Os outros trabalhos de Violeta foram sempre como cozinheira, doméstica e, por último, em serviços de limpeza. Conforme afirma Violeta sobre seu último trabalho como doméstica: *“não dava mais, era um esforço além do meu limite, mas o meu guri ainda era novo, estudava, nunca quis que ele não estudasse e fosse trabalhar”*. Esse fato indica uma característica histórica do trabalho da mulher, principalmente da mulher negra, ligado ao espaço doméstico. Além disso, esses postos de trabalho também são essencialmente informais³⁷ e carregados de precariedade e desproteção.

A mulher negra e parda é minoria no trabalho formal com carteira assinada, sendo 40,2% entre as mulheres, conforme dados do IBGE³⁸. Já no trabalho doméstico, a mulher negra e parda aparece como maioria em todos os cenários, está com 57% com carteira assinada e sem carteira assinada com 62,3%. Assim, Violeta faz parte dessa estatística, combinando informalidade e trabalho doméstico, marcas não só suas, mas atravessadas do binômio raça e classe social.

A dedicação ao trabalho é ressaltada na fala de Violeta, que conta que sempre permaneceu longos períodos em seus trabalhos, nunca teve problemas de relacionamento e faltava pouco, sempre pensando que seus filhos dependiam de sua atividade laboral. Destaca que sempre ganhou pouco, mas que era bom, pois era suficiente para sustentar seus filhos. Assim, percebe-se que seus filhos são a motivação central para o seu trabalho. Violeta afirma: *“é só um amor incondicional, muito amor por um filho, senão chega na hora da saída*

³⁶Trabalhador com vínculo empregatício formal é aquele que trabalha com a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS assinada, com direitos trabalhistas e previdenciários reconhecidos.

³⁷Trabalhador informal é aquele que trabalha sem vínculo empregatício e não contribui individualmente à Previdência Social, sem direitos trabalhistas e previdenciários reconhecidos.

³⁸IBGE (Sala de Imprensa, 31/10/2014).

tu não tem vontade de vir para casa, pois é só queixa, é difícilimo ser sozinha pai e mãe". Para Sarti, na perspectiva de que o filho é responsabilidade dos pais, na falta do pai cabe à mãe assumir essa responsabilidade. A autora afirma: "ter o filho e conseguir criá-lo transforma-se, então, na prova de um valor associado à coragem de quem enfrenta as consequências de seus atos (...) um código de honra feminino" (SARTI, 2011, p.75). A aceitação de uma mãe que cria sozinha seus filhos, passa por sua capacidade de sustentá-los.

Violeta conta que ainda trabalha esporadicamente, com serviços de limpeza em uma escola de educação infantil e que, mesmo com o pouco serviço, tem enfrentado barreiras devido as suas limitações. Relata que há dois anos, aproximadamente, notou que suas dores na região da coluna aumentaram e que sente muito mal-estar. Por isso, afirma que receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um sonho se tornando realidade.

No relato de Violeta, pode-se perceber, como marca central, a falta de perspectivas de futuro, típico de quem passou a vida inteira tentando sobreviver no meio de tanta adversidade. Violeta trabalhou majoritariamente em empregos informais, ligados ao âmbito doméstico, uma característica da divisão sexual do trabalho, mas principalmente da discriminação racial. A mãe trabalhou pouco período de sua vida, como empregada doméstica e, após o casamento, na agricultura com o esposo, articulando uma dupla invisibilidade: do lar e do campo. Pode-se dizer que a história geracional dessas mulheres está ligada aos trabalhos domésticos. A política de assistência social, materializada pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) é concebida por Violeta como um anseio realizado, devido as grandes dificuldades que enfrentou para acessá-lo, que inclusive a levaram-na a certo receio do Instituto do Seguro Social (INSS).

4.2 Jasmim

O contato com Jasmim aconteceu no mês março de 2014 em um atendimento do Setor de Serviço Social, na Agência da Previdência Social (APS) de Pelotas. Jasmim compareceu acompanhada de um filho adolescente, solicitando o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Apresentava uma aparência abatida, um discurso articulado e era notável o sentimento de inconformidade diante da incapacidade. Nesse mesmo ano, Jasmim solicitou duas vezes o benefício que não foi concedido

por falta de constatação da incapacidade. No segundo contato, Jasmim já se apresentava emagrecida e com aparência mais abatida, relatando grandes dificuldades financeiras. Nesse mesmo dia, foi conversado sobre a pesquisa e a entrevista. Jasmim se dispôs a participar desde o primeiro momento, dizendo que apreciava conversar com as pessoas.

A entrevista aconteceu na casa de Jasmim, onde estavam seu filho e sua mãe. Nesse dia, Jasmim relatou que sua última solicitação do benefício tinha sido negada e que estava desanimada com sua situação. Cabe ressaltar que o período de realização da entrevista, mês de dezembro, é uma época que leva a retrospecção e reflexão da vida. Jasmim se demonstrou tranquila durante a entrevista com respostas cuidadosas e elaboradas, inclusive mencionando que possui o dom da palavra. Ou seja, durante a entrevista se percebeu que a conversa com a autora foi acolhida de bom grado por Jasmim. Em suas falas é forte a influência de suas atividades na igreja, inclusive na intenção de um trabalho mais sistemático: *“o meu prazer é meu trabalho na igreja, que agora não estou podendo, que é viajar, porque eu prego a palavra de Deus”*.

Jasmim é a flor que encontra terreno mais árido para seu florescer, pois não tem nenhuma fonte de renda, sobrevivendo exclusivamente da pensão alimentícia recebida pelos filhos. É a única flor da pesquisa que não recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Sua família estava incluída no Programa Bolsa Família, mas foi bloqueado devido à infrequência dos filhos à escola. Jasmim tem 46 anos, é filha de jardineiro e safrista. A infância foi marcada pela necessidade de trabalhar para ajudar a família, pois o pai e a irmã eram doentes e Jasmim e sua mãe se dividiam entre seus cuidados e o trabalho: *“Eu e a mãe tivemos que cuidar deles, tinha que dar banho, tudo, ficou muito difícil, com o dinheirinho que eles recebiam, de manter a casa e a alimentação”*. Jasmim completou o ensino fundamental e aos 15 anos de idade começou a trabalhar. Atualmente, é divorciada, tem três filhos, sendo que dois são menores de idade e ainda residem com Jasmim. Relata que, após a maternidade, começou a trabalhar em vínculos informais, pois a pensão alimentícia e o valor do Programa Bolsa Família que recebia não eram suficientes para o sustento da família: *“o Bolsa Família ajuda, mas viver com o Bolsa Família é impossível”*. Seus últimos trabalhos foram com serviços gerais, principalmente com serviços de limpeza. Afirma que está doente há quatro anos por

dorsalgia³⁹.

Os dois primeiros trabalhos de Jasmim foram com vínculos formais como recepcionista e atendente de enfermagem. Afirma que completou o ensino fundamental e tinha interesse em continuar estudando, mas era difícil conciliar os estudos e o trabalho: *“tinha que trabalhar e relaxei um pouco com o estudo, às vezes eu não conseguia me dar mais sono, porque eu estudava à noite”*. Após, como atendente em enfermagem foi dispensada devido a sua escolaridade, pois o cargo foi regulamentado como auxiliar em enfermagem e necessitava ensino médio completo. Jasmim lamenta a falta de oportunidade para estudar: *“no hospital eu poderia ter voltado, mas para fazer o auxiliar em enfermagem eu precisaria ter o segundo grau, e eu não tinha”*.

A formação para Jasmim é muito importante, é o principal ensinamento que deseja passar aos filhos, para ela a formação é a base para o trabalho: *“digo para eles estudar, para não trabalhar se esforçando como a mãe, ganhando pouco, por que eu penso que toda pessoa precisa assinar carteira. Eu tenho o sonho de ver meus filhos médico, doutor, advogado, mas eu não estou conseguindo ver eles estudar”*. Jasmim relata que anda conversando diariamente com os filhos sobre suas formações, pois os dois pequenos não querem ir à escola. Nesses relatos fica claro que a escola aparece como um sonho frustrado para Jasmim: *“eu sempre tive um sonho, tenho até hoje, eu queria ser advogada”*. No entanto, relata que não contou com apoio da família, que precisava de sua ajuda, de seu trabalho.

A mãe é apontada por Jasmim como sua principal incentivadora, sendo a pessoa que lhe repassou ensinamentos sobre trabalho: *“tudo que eu sei, como cozinhar, ter uma casa limpa ou fazer limpeza, tudo ela me ensinou”*. Possui uma fala que demonstra a centralidade do trabalho doméstico na vida dessas mulheres. Em outras narrativas, Jasmim ainda faz referência da mãe como sinônimo de dedicação ao trabalho, podendo-se também perceber o aspecto abnegado de seu trabalho.

Após a maternidade, Jasmim passou a trabalhar sob o regime informal, como diarista com serviços de limpeza em clubes sociais da cidade. Jasmim afirma: *“por que antes de ter meus filhos eu trabalhava de carteira, depois me separei aconteceu muitas coisas que eu não consegui mais me empregar de carteira assinada, talvez tenha faltado um pouco de persistência, mas na hora da dificuldade eu fui em busca*

³⁹Ver nota 30.

de uma saída". Nessa fala se percebe que o trabalho informal foi a única saída para uma situação de adversidade frente ao sustento de seus filhos. Além disso, a fala é perpassada pelo sentimento de derrota, por não conseguir um emprego formal.

O trabalho tem um papel central demonstrado por Jasmim sob dois ângulos: da satisfação e da socialização. Para ela, o trabalho traz satisfação de poder sustentar a família através de suas forças: *"a maior recompensa para uma mãe é não deixar faltar as coisas"*. Além disso, o trabalho era o ambiente de socialização: *"era uma alegria só, porque tu está trabalhando e está conversando com as pessoas, se distraindo. A gente trabalhava bastante, mas se divertia também. Em casa a gente não cria esse contato, de conversar, de se alegrar e conhecer novas pessoas"*. Jasmim, em outro momento, vai explicitar que devido ao trabalho não tinha muito tempo para socializar com a família e vizinhos: *"eu não tinha muito tempo para ir na vizinha tomar um chimarrão, nem fazer passeio, porque eu envolvia tudo que eu ganhava em casa"*. Assim, pode-se perceber a centralidade do trabalho na vida de Jasmim: o trabalho era sustento financeiro, sentimento de utilidade, mas também era socialização, diversão, mas especificamente: tomada da esfera pública. Sarti (2011) afirma que o trabalho traz satisfação de ter seu próprio dinheiro para mulher, mesmo que não seja utilizado para si, além de ser uma atividade que lhe retira do confinamento doméstico. A autora aponta que o trabalho tem a função de lhe conferir certa individualidade.

Jasmim, ao lembrar-se do trabalho em um primeiro momento, traz à tona os aspectos positivos, os fatores de satisfação. Ao tratar do conceito de lembrança, Halbwachs (1968) lembra que esse é um processo seletivo:

[...] uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifesta-se há bem alterada (HALBWACKS, 1968, p.71).

No processo de rememoração do passado, lembramos apenas de aspectos significativos do passado e buscamos na memória, de acordo com referências atuais. Assim, reconstruímos o passado de acordo com o presente. Pode-se dizer que Jasmim lembra o passado de acordo com seu presente, com a vontade que expressa ter de voltar a trabalhar.

As atividades realizadas por Jasmim, em seus trabalhos informais, exigiam grandes esforços físicos, como ela mesma aponta: *"nos últimos tempos, eu estava*

trabalhando com limpeza, eu cortava grama, fazia de tudo para ganhar dinheiro". Atualmente, Jasmim consegue fazer um paralelo entre essas atividades e seu adoecimento: *"eu creio que todos os esforços que eu fiz, porque eu pegava uma casa para limpar, não passava só o paninho, era com trincha, lavando forro, arredando guarda-roupa, até pedra de alicerce eu levantei no colo, quando eu era mais nova. Então, eu creio que os ossos se desgastaram de fazer força*". Essa fala reforça o binômio precarização e informalização, e, uma vida toda baseada em trabalhos precários, sem nenhuma segurança e proteção social. E ainda chega a conclusão: *"a mulher nasceu para o serviço leve mesmo, e o serviço pesado é para o homem*". Mesmo com sua experiência de superação e realização de diversos serviços, ressalta uma ideia amplamente difundida na sociedade, da divisão sexual do trabalho, possivelmente baseada em seu adoecimento.

Atualmente, Jasmim está há quatro anos sem conseguir trabalhar. No entanto, afirma que sua limitação começou a mostrar os primeiros sintomas anteriormente: *"quando eu ainda trabalhava com limpeza, eu já sentia bastante a coluna, chegava em casa e os guris tinham que me fazer massagens*". Jasmim aponta que encontra dificuldades inclusive para realização das atividades de seu dia a dia e os filhos começaram a dividir as atividades domésticas.

Jasmim solicitou o Benefício de Prestação Continuada (BPC) duas vezes no ano de 2014. No ano anterior, requereu duas vezes o benefício da Previdência Social, Auxílio-doença, negado por falta de carência⁴⁰ e por não constatação da incapacidade. A frustração com esse histórico é evidente nas falas de Jasmim: *"eu trabalhei sem nenhum merecimento*". Esse sentimento é cada vez mais comum frente à precarização e informalidade do mundo do trabalho. Hirata (2009), ao analisar a precariedade do trabalho elege três indicadores: ausência de proteção social e direitos sociais; horas reduzidas de trabalho; e, níveis baixos de qualificação. Para a autora, esses indicadores apontam uma divisão sexual da precariedade: *"já que as mulheres são mais numerosas do que os homens tanto no trabalho informal quanto no trabalho em tempo parcial: número inferior de horas trabalhadas, níveis mais baixos na escala de qualificação."* (HIRATA, 2009, p.26) A precarização é sentida, principalmente, pela falta de direitos, como no caso de Jasmim, que após o seu adoecimento não tem acesso à política de previdência

⁴⁰Falta de carência é quando o solicitante deixou de contribuir com a Previdência Social por mais de um ano ou não possui pelo menos doze meses de contribuição anteriores, deixando de ter direitos aos benefícios e serviços dessa política.

social.

O benefício, para Jasmim, é uma oportunidade de sobrevivência em uma vida marcada por limitações financeiras e, agora, por incapacidade. Conforme sua fala: *“seria um dinheiro que iria me ajudar, para viver um pouquinho melhor, comprar meus remédios, porque é difícil viver com ajuda”*. A Política de Assistência Social representa a constituição de uma vida digna, de independência. No entanto, essa política ainda não é entendida como um direito, por vezes, vista como fruto de uma sorte: *“eu fiquei bastante abalada. A gente coloca toda a expectativa, em uma chance que tem, uma oportunidade. Para mim, foi uma oportunidade que eu perdi, não consegui”*. Hirata (2004), ao analisar a situação atual das políticas públicas, contextualiza que a situação de Jasmim é a mesma para muitas mulheres:

É importante assinalar que as reformas neoliberais recentes, como a da aposentadoria em 2003 tanto na França quanto no Brasil, reforçam a situação desfavorável das mulheres, cuja carreira já é marcada pela descontinuidade (maternidade, criação dos filhos) e por tempos de trabalho mais curtos (tempo parcial, meio período), além de salários menores (HIRATA, 2004. p.15).

Nesse contexto, as políticas sociais ficam cada vez mais seletivas, deixando de incorporar principalmente o público feminino que é atingido pela desproteção.

A história de Jasmim é marcada pela dificuldade financeira que perdura até os dias de hoje, a começar por sua inserção no mercado de trabalho, forçada pela necessidade de auxiliar no sustento da família. A mãe de Jasmim se dividia entre o trabalho, como safrista, e os cuidados com a família, pois tinha o esposo e a filha doentes. Assim, a infância de Jasmim é caracterizada pela carência material e pela necessidade de apoio à mãe. Jasmim trabalhou durante a maior parte de sua vida em trabalhos informais que exigiam muito esforço físico. A sua pouca formação educacional impediu de permanecer no mercado formal, levando Jasmim a atividades em situação de grande precariedade. Os principais ensinamentos sobre o trabalho de Jasmim vieram de sua mãe e estão ligados aos cuidados com a casa e com a família. Jasmim é a única entrevistada que não está inserida no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e, no momento, não tem acesso nem ao Programa Bolsa Família, sobrevivendo somente da pensão alimentícia dos filhos. O sentimento de Jasmim com essa situação é de inconformidade por ter trabalhado a vida toda e, atualmente, não ter direito algum.

4.3 Margarida

A relação com Margarida se iniciou no mês de agosto de 2014 quando compareceu ao Serviço Social da Agência da Previdência Social (APS) de Pelotas para atendimento especializado a respeito de uma solicitação de Benefício de Prestação Continuada (BPC), negada no ano de 2011. Em sua conversa, Margarida deixava transparecer certa melancolia com os rumos que sua vida estava trilhando, em alguns momentos, até certa incompreensão: *“agora tem que ter dezoito a vinte e cinco anos, depois não trabalha mais, mesmo eu tendo experiência”*. Em sua aparência, Margarida representava um pouco dessa angústia e era possível perceber em seu rosto as marcas de tamanho sofrimento que relatava, com a depressão que tratava há alguns anos. Além dessa solicitação negada, Margarida também solicitou duas vezes o benefício de Auxílio-doença, sendo que um deles foi concedido por cinco meses em 2014. Atualmente, Margarida recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC) desde ano de 2014 por luxação das articulações do joelho. Margarida faz uso de muletas para se deslocar. No segundo contato com Margarida, no mesmo ano, foi feito o convite para participação e conversado sobre o funcionamento da pesquisa.

A entrevista aconteceu na Agência da Previdência Social (APS) de Pelotas, por escolha de Margarida, que precisava comparecer para o agendamento de outro serviço. O acolhimento à proposta da pesquisa foi positivo, pois Margarida mostrou interesse, principalmente, em refletir sobre a similaridade de sua situação com a de outras mulheres. Na fala de Margarida é possível perceber a importância de dois assuntos: o trabalho e o filho. Além disso, Margarida organiza suas respostas quase sempre fazendo um movimento de comparação entre as memórias do passado e o presente, com um ar de inconformidade por sua situação.

A representação identitária do indivíduo é organizada pela memória em conjunto com um ponto de origem, para Joel Candau (2012). Para o autor, além do ponto de origem, é preciso um tempo vazio de acontecimentos, cuja densidade de lembranças permita diferenciar épocas. A lembrança individual resulta de um processo de seleção dos acontecimentos que:

[...] são como átomos que compõem a identidade narrativa do sujeito e

asseguram a estrutura dessa identidade. De forma genérica, são os significantes da identidade pessoal mobilizados em função de três critérios: sua eficácia memorial presumida, a natureza das interações intersubjetivas e o horizonte de espera no momento da rememoração (CANDAUI, 2012, p.99).

Nesse sentido, lembrar é escolher os acontecimentos mais significativos que são mais característicos de sua identidade. No caso de Margarida, pode-se dizer que a narradora dá certo valor ao passado em detrimento do presente, o que é bem comum em narrativas, uma espécie de nostalgia do passado.

Margarida tem 44 anos, filha de carpinteiro e operária, e é a flor com mais escolaridade na pesquisa, fato que é motivo de orgulho da mesma. Sobre a relação com os pais, Margarida sempre ressalta o apoio que teve para sua formação. Margarida é divorciada há 12 anos e possui um filho de, aproximadamente, 20 anos, fruto de um relacionamento passageiro. A relação com o filho sempre foi difícil para Margarida, seja por sua ausência durante a infância ou pelo pouco contato na fase adulta. Esse assunto é caro para Margarida e surge em várias de suas respostas.

O primeiro trabalho de Margarida foi aos 18 anos de idade como vendedora no comércio, após, continuou na mesma área, mas como balconista, caixa e no setor de escritório. Em sua fala, Margarida repete que estudou e fez curso de “administração”⁴¹ e gostava muito dessa área. A gravidez foi o motivo para Margarida interromper o curso: *“eu estudei, completei o segundo grau, e fiz dois anos de administração, só que engravidei e a aula era no terceiro piso e eu não consegui subi mais”*. Esta fala pode ser relativizada, já que é um dever da instituição de ensino disponibilizar uma sala com acesso, caso seja necessário. Margarida relata que, com o nascimento do filho, se dedicou ao seu cuidado e que precisou retornar ao trabalho após o divórcio.

O retorno ao trabalho aconteceu na condição de operária em fábrica de compotas, na mesma situação que sua mãe trabalhava e suas tias ainda trabalhavam. Margarida relata que o trabalho era muito extenuante nesse período: *“era puxado, eu entrava às sete da manhã, parava a uma e meia da tarde e voltada as duas e meia. Horário a gente não tinha, ia até quando tinha vidro, lata, ia até oito, nove, dez, onze até meia-noite”*. Com relação ao salário, Margaria afirma que ganhava pouco, mas precisava desse valor para auxiliar no sustento da família:

⁴¹Margarida fala que fez curso de administração no Colégio Cassiano do Nascimento, mas pode-se perceber que está se referindo ao técnico em contabilidade.

“meu pai e minha mãe eram doentes e não dava para o remédio, comida, conta, água e luz, gás, não dava. Tinha que trabalhar. Engravidei e o pai do meu guri foi embora, nunca deu pensão, eu entrei na justiça, mas nunca saiu”. A motivação para o trabalho é o sustento para a família. Para Sarti (2011), essa é a face feminina da moral do trabalho vinculada ao seu papel familiar de não deixar faltar nada.

Relata que mesmo com tamanho esforço, ainda se divertia com a relação com as colegas: *“nós éramos colegas. A gente fazia festa, aniversários, comemorava todo mundo, convivia mais lá dentro do que em casa”.* Esse comentário ilustra um pouco como era a vida de Margarida nessa época, em que trabalhava inclusive sábado, domingo e feriado e tinha pouco contato com o filho: *“de noite eu chegava ele estava dormindo, eu saía e ele estava dormindo. Só no final de semana a gente se via”.* Nesse período, Margarida conta que o filho ficou sob os cuidados dos pais para que ela pudesse trabalhar.

A ausência de Margarida durante a infância do filho é tema de discussões até hoje entre os dois. É possível perceber certa tristeza de Margarida: *“eu só vejo pelas fotos, ela batia as fotos, na cadeirinha, papinha era com ela, com o pai. Não é ciúmes, mas eu sinto falta porque não acompanhei tudo isso (...) Às vezes ele diz: tu não me viu nascer”.* Margarida explica que passou a ser responsável pelos cuidados do filho após o falecimento dos pais, quando o menino tinha 11 anos de idade. Afirma que sempre foi presente, pois residiam no mesmo terreno, mas que os pais é que acompanhavam mais o crescimento do filho. Inclusive, conta que o filho chamava seus pais de pai e mãe devido à relação que mantinham. Sarti (2011) relata que nos casos em que a avó fica sob a guarda do neto, se transfere grandes poderes a avó, porque se inscreve na relação hierárquica da família.

Ao lembrar da infância do filho, Margarida evoca lembranças que foram compartilhadas por sua mãe. Portelli (2006) chama esse fenômeno de memória compartilhada. Para o autor, a memória é social e pode ser compartilhada, embora só se materialize no discurso individual. Na sociedade atual, os indivíduos constituem diversos grupos e através deles extraem sua memória, como, por exemplo, a família.

Atualmente a relação com o filho é distante, com muitos episódios de discussão. Margarida afirma que a fase mais crítica de seu relacionamento foi quando o filho ainda morava em sua residência e era o responsável pelo sustento da família. Entre vários episódios, Margarida conta: *“porque eu não tinha nada, às*

vezes eu pedia trinta e cinco centavos para ele, para comprar pão, e ele dizia que não tinha". Em seu julgamento, o filho começou a ter um comportamento mais distante e, por vezes, mais irritado, devido a um relacionamento amoroso: *"depois que eles casam, fazem tudo que elas querem, ela não é uma pessoa ruim, mas ela mudou muito ele"*. O filho decidiu sair de casa para constituir união estável há alguns meses, mantendo uma relação ainda mais distante de Margarida.

O futuro do filho também é uma preocupação constante para Margarida que, no seu entender, não está aproveitando as oportunidades devido à influência da namorada. E demonstra sua insatisfação em relação a essa relação: *"tirou ele do quartel, não deixou ele fazer a prova da ESA, e agora tirou ele do curso"*, fazendo referência ao curso de administração que o filho abandonou. Margarida conta que sua intenção era repassar para seu filho os ensinamentos de seus pais: *"de ser responsável, aprender e estudar"*. Além disso, afirma que seu sonho era que o filho seguisse a carreira militar: *"não pelo dinheiro, mas sim pela carreira, que cedo, com trinta e poucos anos, ele estaria aposentado"*. Mas, conclui com um ar de desilusão: *"só que ele parou"*.

Após esse período como operária, Margarida começou a trabalhar informalmente como doméstica. Ela relata, com certa nostalgia, como era sua relação na casa onde trabalhou por nove anos e meio, com uma relação mais próxima com a mulher da família. Margarida conta: *"ela se apegou a mim e eu me apeguei a ela, porque eu perdi minha mãe, então eu a considerava como mãe"*. No entanto, afirma que após seu adoecimento essa relação se desfez: *"ela estava lutando comigo, dizendo que eu não queria fazer, que eu era malandra. Mas eu dizia que estava com dor"*. Brites (2007) chama essa relação de afeto entre patrão e empregada doméstica de "ambiguidade afetiva":

Nas negociações de pagamento extra-salariais, na troca de serviços não vinculados ao contrato, nas fofocas entre mulheres e trocas de carinhos com as crianças é impossível deixar de reconhecer a existência de uma carga forte de afetividade. Esta, no entanto, não impede uma relação hierárquica, com clara demarcação entre chefe e subalterno, isto é, entre aqueles que podem comprar os serviços domésticos e aqueles que encontram, na oferta de seus serviços, uma das alternativas menos duras de sobrevivência no Brasil (BRITES, 2007, p.93-94).

A autora analisa que essa relação é um amplo processo de reprodução da desigualdade, formando um exemplo típico de "reprodução estratificada" com base

nesse convívio diário, em ambiente de cumplicidade e trocas de saberes domésticos, em uma interação de universos distintos, mas que a hierarquia está sempre subtendida.

Ao descrever suas tarefas, Margarida novamente aponta uma relação de intenso trabalho que era amenizada pela rotina: *“eu sempre me dei bem com eles, eu era a dona de casa. Fazia compras, limpava, organizava. (...) Praticamente era tudo, a intimidade e a convivência era tudo”*. Além disso, relata que trabalhava para a família da filha do casal e, inclusive, sábado, domingo e feriado, mas não ganhava por isso. Ao falar de seu acidente de trabalho, Margarida se emociona: *“foi onde eu me machuquei, por causa do joelho que eu caí”*.

Apesar de seus últimos trabalhos serem em funções extenuantes, Margarida refere que gostava de trabalhar: *“pelo menos tu sai, diverte a cabeça, conhece pessoas novas, as vezes faz muita amizade”*. Essa fala reforça o caráter importante do trabalho em sua vida e explica parte de sua tristeza. Margarida relata: *“agora eu não posso mais trabalhar, eu estou com diabetes, com a visão curta, com problema no joelho, com pressão, depressão, porque eu me sinto uma inútil”*. Além disso, Margarida complementa contando que deixou currículos para trabalho em alguns lugares, mais precisamente 32, e que todos foram negados. Margarida explica: *“tinha que ser novinha, tinha que ser bonita e eu tinha experiência, tinha escolaridade, tinha curso, mas não conseguia nada, complicado”*. A queixa quanto à idade aparece em outras respostas de Margarida, em conjunto com o desconforto por sua aparência, demonstrando que essa fase está sendo de muitas dificuldades emocionais.

A incapacidade para o trabalho foi o ponto inicial para desorganização de outros setores de sua vida, como emocional e financeiro. O trabalho dava sentido à vida de Margarida, era onde encontrava sentimento de utilidade, era onde socializava e se divertia. Algumas vezes verifica-se em seu discurso a ideia de desvalia, de preferência pela morte à sua situação. A intensificação do adoecimento de Margarida também pode ser explicado por falhas na política de saúde, já que sua situação piorou bastante enquanto aguardava tratamento especializado. Nesse período de espera, de tamanha apreensão, começaram os primeiros sintomas depressivos. Atualmente, Margarida faz acompanhamento psiquiátrico e usa medicação ansiolítica.

No último relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), a depressão é

mais comum no sexo feminino, havendo uma prevalência de episódio depressivo em 3,2%, enquanto nos homens é de 1,9%. A depressão afeta de 15 a 20% as mulheres e de 5 a 10% os homens, podendo atingir qualquer idade, mas sendo mais alta nas idades médias. Entre os fatores externos que podem influenciar no desenvolvimento da doença estão: a vida urbana, o desemprego, doenças físicas, uso de drogas (BALLONE, 2005). Percebe-se que a história de Margarida está atravessada tanto pelo desemprego quanto pela doença.

O processo de envelhecimento e as mudanças corporais, para Del Priore (2000), possuem consequências diferentes na vida das mulheres de acordo com a sociedade em que estão inseridas. Essas mudanças podem potencializar um sofrer psíquico, dependendo da visão que cada sociedade possui em relação à mulher de meia-idade:

Nas ocidentais, a história das mulheres tem passado pela história de seus corpos, cuja a tríade da perfeição física – juventude, beleza e saúde – tem trazido consequências psicológicas cada vez mais séria no enfrentamento do processo de envelhecimento (DEL PRIORE, 2000, p.200).

As mudanças físicas do processo de envelhecer devem ser compreendidas a partir da representação que a sociedade ocidental mantém sobre as mulheres de meia-idade, distante do modelo de saúde baseado na beleza e na juventude. No caso de Margarida, há uma combinação dos aspectos estético e de saúde, já que o envelhecimento veio combinado com seu adoecimento.

O fenômeno da meia-idade também deve ser visto a partir da perspectiva social, nesse sentido Mori e Coelho (2004, p.186) chamam a atenção que as: “mudanças provocadas por perdas – saída dos filhos de casa, aposentadoria, relacionamento conjugal muitas vezes desgastado – podem intensificar os conflitos inerentes a subjetividade.” Observa-se nas narrativas de Margarida, a combinação de dois desses fatores, como o relacionamento conflituoso com o filho, a saída do mesmo de sua casa e a incapacidade para o trabalho, dois assuntos que são delicados em sua história.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) representou para Margarida a independência financeira do filho e pode-se dizer, inclusive, um sentimento de dignidade. Margarida refere: *“o LOAS⁴² está me ajudando um monte, pelo menos eu*

⁴²LOAS é a sigla da Lei Orgânica de Assistência Social, na qual é previsto o Benefício de Prestação Continuada e é utilizada popularmente para denominar esse benefício.

posso pagar minha água, minha luz, comprar gás e comprar comida". Margarida ainda destaca que foi muito difícil, que demorou bastante, mas que o benefício mudou a sua vida. Realmente os três anos, período entre os anos de 2011 e 2014, que esperou para a finalização de seu processo, é muito tempo para quem não tem nenhuma fonte de renda e está dependendo desse direito para sobreviver.

O relato de Margarida é perpassado pelo sentimento de insatisfação com sua vida atual. O trabalho dava sentido a sua vida e era através dele que Margarida se sentia útil e que interagira com o mundo. Margarida trabalhou em várias atividades, com ênfase nos dois últimos trabalhos como operária em fábrica de compotas e como doméstica, esse último informalmente. Essas tarefas tinham como característica o fato de se constituírem como extenuantes e de grande precariedade. Na fábrica, Margarida seguia o histórico geracional de sua família, pois sua mãe e suas tias também eram operárias e a situação era de muita exploração. No último trabalho, como doméstica, viveu uma relação baseada na ambiguidade entre afeto e hierarquia. Em suas falas Margarida conta que sua relação com a patroa era de mãe e filha, mas que se modificou após sua doença, pela incompreensão de suas limitações. O acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), mesmo que levando três anos, proporcionou a manutenção das despesas básicas de sua vida.

4.4 Rosa

A aproximação com Rosa começou no mês de agosto de 2013, quando procurou o Serviço Social da Agência da Previdência Social (APS) de Pelotas a fim de obter informações sobre seu primeiro requerimento de Benefício de Prestação Continuada (BPC), indeferido por falta de incapacidade para a vida independente e o trabalho. Rosa estava grávida e apresentava uma saúde bem debilitada, situação que era explicitada no encaminhamento da Assistente Social do serviço onde era atendida. Nesse primeiro atendimento já foi criada uma relação de confiança entre Rosa e a autora, que prosseguiu em um atendimento regular. Rosa começou a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC) na sua segunda solicitação, ainda no mesmo ano. Em 2014, Rosa foi contatada sobre a pesquisa e, após conversa explicando seu funcionamento, aceitou participar com a condição de anonimato.

A entrevista aconteceu na Agência da Previdência Social (APS) de Pelotas,

por escolha de Rosa que acreditou ser um lugar com maior tranquilidade e privacidade. Além disso, esse lugar é familiar a Rosa, já que frequenta o Serviço Social eventualmente. Inicialmente, Rosa comentou que participa de algumas pesquisas no serviço onde é atendida, e que se sente útil podendo auxiliar. Durante a entrevista, Rosa respondeu as perguntas brevemente e por vezes de forma confusa. Esse fato pode ser explicado por duas hipóteses: a primeira refere-se à relação entre a pesquisadora e a entrevistada que por vezes pode achar que não é necessário relatar todas as informações, pois as mesmas já são de conhecimento da primeira; e, a segunda deve-se ao fato da baixa escolaridade e capital cultural da entrevistada que teve dificuldade para compreender algumas perguntas.

Rosa tem 36 anos, é negra, filha de sapateiro e copeira, e solteira, mas teve duas relações estáveis e de uma delas resultou seu filho de um ano. O pai faleceu quando Rosa tinha um ano e a mãe quando Rosa tinha 16 anos. Após, ficou sob a guarda da avó e uma tia materna. Na pesquisa, Rosa é a flor que passou por situação de maior vulnerabilidade social. Além disso, Rosa é a única que tem uma doença carregada de estigma e o preconceito é uma preocupação constante em sua vida. Outra peculiaridade de Rosa na pesquisa é o fato de nunca ter trabalhado em emprego formal: *“eu sempre trabalhei, mas nunca foi de carteira assinada, porque nunca me deram oportunidade”*. Reside com um filho, de um ano e oito meses, fruto de uma relação conturbada. O pai do menino tinha dependência química, alternando períodos de abstinência e recaídas, e é falecido há cerca de um ano. Em sua entrevista, Rosa relatou pouco interesse na escola, já que parou de estudar na quinta série do ensino fundamental.

A inserção no trabalho começou aos 14 anos de idade, como babá e cuidadora em escola de educação infantil. Relata que trabalhou em diversas atividades: *“eu cuidei de crianças, eu trabalhei em escolinha, eu trabalhei em casa de família, eu trabalhei tirando ficha de madrugada [...]”*. Rosa conta que sua principal disposição para o trabalho era o seu sustento. A falta dos pais é uma marca que perpassa todo seu relato: *“eu já tinha perdido meu pai e minha mãe, aí eu trabalhava para ter meu sustento”*. Para Sarti (2011) e Miotto (2008), na falta de políticas públicas capazes de substituir a família, toda sua rede é colocada como espaço de proteção social de seus membros. No entanto, quando essa rede não consegue acolher esse indivíduo, há um sentimento de falta de pertencimento, pois a sociabilidade do indivíduo é mediada estruturalmente pela família.

A preocupação por seu sustento fica explícita quando Rosa conta que trabalhou em casa de família em troca de um lugar para dormir, comida e roupas: *“tinha uma casa que eu trabalhava que ela não me dava dinheiro, ela deixava eu dormir lá, me dava comida. Minha tia falou para ela me dar dinheiro, mas ela não tinha, e eu queria umas roupas. (...) Ela me pagou com as roupas”*. Nessa fala observa-se, inclusive, certa ingenuidade por parte de Rosa que, talvez pela carência material e pela pouca idade, não avaliava o valor de seu trabalho. Sobre esse assunto, Arend (2012) lembra que o trabalho doméstico era o que restava para um grande número de meninas que habitavam o espaço urbano, e aponta:

[...] muitas das meninas e moças conhecidas como “filhas de criação” habitavam as residências das famílias de elites ou dos setores médios e recebiam como pagamento pelo seu labor somente cama, comida e algumas roupas (ARENDE, 2012, p.76).

Essas meninas, assim como Rosa, vivenciavam desde a infância uma situação de grande exploração mascarada pela convivência doméstica.

O trabalho doméstico foi presente na vida de Rosa desde sua infância. As mulheres de sua família trabalharam todas na mesma casa: *“minha avó, minha mãe, minha tia, minha prima, em uma casa de umas pessoas rica. Uma ficava na cozinha, a outra fazia comida, cada uma tinha um setor. Só minha tia que não trabalhava, porque ficava conosco”*. Assim, se destaca um histórico geracional voltado ao trabalho doméstico. Conforme Pereira (2011, p.4):

[...] o trabalho como empregada doméstica foi uma recorrência na vida das mulheres negras não se configurando, em alguns casos, apenas como porta de entrada para o mercado de trabalho, mas como a única forma possível de ocupação oferecida a essas mulheres.

Na história de Rosa, o âmbito doméstico era o grande campo de trabalho das mulheres de sua família, mais especificamente uma única residência, remontando um cenário que lembra a casa grande na época da escravidão.

Sobre o aspecto geracional da fala de Rosa, Salem (1980, p.32) chama atenção: “a criança interioriza seu próprio papel incorporando os papéis dos outros que lhe são significativos – isto é, fazendo destes o modelo para seu próprio desempenho”, pois, conforme Sarti (2011), é na família que o sujeito internaliza seu papel, capta a ordem do mundo. No caso de Rosa, as mulheres dessa família são

exemplo para próximas gerações que, mesmo optando por outras profissões, não conseguem superar aspectos como a baixa escolaridade e a vulnerabilidade social.

A primeira união de Rosa aconteceu aos 20 anos de idade, quando conheceu um rapaz na cidade de Santa Vitória do Palmar. Dessa união, Rosa guarda lembranças de um lugar sem trabalho: *“uma cidade bem pequenininha, não tinha trabalho”*, e dos cuidados com a avó do companheiro: *“a vó dele estava em uma cama, tomava tudo por sonda e tinha que mudar ela...”*. Sua narrativa evidencia a ideia enraizada na sociedade de responsabilização da mulher pelos cuidados com as crianças, idosos e doentes. Além disso, percebe-se que mesmo sem remuneração, o cuidado com o outro ainda esteve presente nesse período de sua vida. A relação “cuidador” e “cuidado”, conforme Mito (2008), tem sua origem na necessidade de corpos saudáveis e limpos e espaços organizados, em atendimento das demandas econômicas do processo de produção capitalista. A autora complementa: “Com ela, uma lei moral que, entra impactando de forma diferenciada a família burguesa e a família proletária, elevam as mulheres à condição de cuidadoras por excelência” (MIOTO, 2008, p. 132). Essa relação traz, para o âmbito privado da família, a provisão das necessidades de seus membros, sendo a família a fonte central de proteção social dos indivíduos.

Essa união durou dois anos, mas foi importante na vida de Rosa: *“eu acho que foi com ele que eu peguei essa doença, eu não tenho certeza, mas acho que foi com ele”*. Rosa foi infectada pelo vírus HIV e foi diagnosticada em 2004. Sobre o assunto, fala tranquilamente de sua condição de saúde e seu tratamento, que já dura 11 anos, e afirma que é muito bem atendida no serviço de referência. No entanto, o temor de preconceito é presente em sua vida: *“vergonha eu não tenho, porque é normal. (...) Só que as pessoas são bem preconceituosas e vão começar a falar um para o outro, aí eu estou passando na rua e estão me apontando”*. Isso se reflete no fato de Rosa não ter relatado sobre sua doença nem para sua família e explica a importância do anonimato para aceitação da pesquisa.

A população negra pode ser considerada a mais atingida pelo HIV/Aids, no entanto, Caldwell e Bowleg (2012) chamam a atenção para a inexistência de uma política oficial que permita a coleta de dados por raça/cor até 2004 no Brasil. Na última década houve um aumento dos estudos dedicados ao tema, que enfrentavam como barreira essa falta de dados. Devido a isso, passou-se a utilizar outros indicadores, como condição socioeconômica, escolaridade, moradia, para apontar

as disparidades raciais nas taxas de HIV. Já que é possível verificar, a partir dos anos 1990, um aumento de casos entre brasileiros com baixa renda, fato que pode significar um aumento entre a população negra, que é majoritária nesse segmento.

Com base nesses indicadores, pode-se dizer que a população afro-brasileira, principalmente as mulheres, devido às condições de pobreza e violência estrutural a que estão expostas, possuem um risco maior de infecção pela Aids. Além disso, a falta de habitação, emprego e desenvolvimento pessoal contribuem para a dificuldade de superação dessas condições precárias. Aliado a esses fatores, a população negra sofre a soma de preconceitos: racismo mais doença estigmatizadora (CALDWELL; BOWLEG, 2012).

O estigma, para Goffman (1988), pode ser manifesto no comportamento da pessoa através de duas formas: através da omissão da informação, sendo um “desacreditável”, ou quando se é um “desacreditado”, com atitudes de defesa contra ações estigmatizantes. De acordo com essa categorização, Rosa prefere omitir a informação, por temor a reação das pessoas, possivelmente porque julgue que possa se tornar “desacreditada” e precise adotar uma postura de defesa.

Em sua fala inicial, Rosa conta que suspeita ter contraído o vírus HIV com seu companheiro, em uma união estável. Sobre o assunto, Mendonça (2009, p.40) assinala:

[...] contaminar-se com o HIV através de relações sexuais com o marido ou com companheiro é socialmente significado com menos “marcado”, menos desviante do que outras formas de contaminação. A pessoa pode ser vista como uma vítima inocente, não merecendo punição por comportamento “desregrado”.

Para as mulheres, o preconceito de uma doença estigmatizadora pode se tornar motivo de pena, diante da contaminação pelo marido ou companheiro. Esse fato pode ser indicativo de preconceitos machistas, de uma sociedade patriarcal, que pouco tolera a liberdade sexual das mulheres.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi importante para uma maior estruturação na vida de Rosa. Essa avaliação é realizada pela pesquisadora que a acompanhou esses dois anos após o recebimento do benefício. Evidentemente, Rosa ainda vive em uma situação de vulnerabilidade social, mas houve a superação de algumas barreiras, principalmente a insegurança alimentar. Na avaliação de Rosa: *“se não existisse o LOAS a gente ia estar doente precisando de dinheiro até*

para comer e não ia ter. (...) A gente não ia ter assinado carteira. Mas eu não assinei carteira, não é porque não quis, mas porque na época eu tinha necessidade de trabalhar". Por fim, percebe-se um sentimento de fracasso por não ter conseguido trabalho formal durante sua vida. Rodrigues (2008), ao analisar os resultados positivos do Programa Bolsa Família, avalia: "produz resultados positivos inequívocos para as mulheres beneficiárias, em termos de melhoria da alimentação e acesso a recursos diversos" (RODRIGUES, 2008, p.221). A autora afirma que essa nova situação leva à outra forma de viver o mundo, possibilitando um certo planejamento. No entanto, a inserção no programa não permite uma mudança no *status* social e uma total autonomia, já que a política social não é reconhecida como direito, em especial os programas de transferência de renda.

A entrevista de Rosa é marcada por seu histórico de trabalho informal, sempre ligado aos cuidados e ao espaço doméstico. Esse histórico é compartilhado pelas mulheres de sua família, que trabalhavam todas em tarefas domésticas na mesma residência com muita similaridade com a época da escravidão. Esse fato pode ser analisado à luz da divisão sexual e racial do trabalho, pois, após a abolição da escravatura, o trabalho doméstico continuou sendo o campo onde se concentrava o trabalho das mulheres negras. Outra característica da história de Rosa é a situação de vulnerabilidade social que está presente da infância à fase adulta. Atualmente, Rosa recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que possibilitou a constituição de uma vida mais planejada e a superação da insegurança alimentar.

5 Considerações finais

Nesse trabalho, pretendeu-se apresentar a história de mulheres de classes populares no mundo do trabalho e sua relação com Benefício de Prestação Continuada, considerando sua inserção no mercado de trabalho, seu histórico geracional em relação ao trabalho e sua concepção em relação ao benefício.

Ao finalizar a análise das entrevistas, a autora percebe que, ao falar dessas mulheres, parece que está falando um pouco de outras mulheres de sua vida. A cada relato sobre o trabalho, reflexão sobre a família e angústias diante dos desafios impostos por uma sociedade que discrimina pelo gênero e pela classe social, trazem lembranças de outras mulheres. Em alguns momentos, os dilemas parecem tão próximos, que observa que também fazem parte de sua vida. Nesse momento, a autora percebe que escreve sobre elas, mas também escreve um pouco sobre as suas questões. A história das mulheres tem essa potencialidade, ao dar luz ao singular, mostrar uma história que também é coletiva.

A proposta de pesquisa surgiu do cotidiano de trabalho da autora como assistente social, no contato com algumas mulheres que contam um pouco de suas histórias, desalentadas pelo pouco acesso aos direitos sociais. No decorrer do curso, a autora foi instigada a refletir sobre algumas concepções, provocada quanto ao assunto, que por vezes é entendido com certo preconceito, ainda mais quando mescla temas como mulheres, classes populares e política social. A motivação nascia junto com a elaboração do trabalho, a cada pesquisa teórica, a cada orientação. E, a categoria história das mulheres também foi mais uma motivação por auxiliar a emergir histórias tão invisibilizadas. Cada flor possui sua singularidade, mas observa-se, em suas narrativas, a história de muitas outras mulheres que tem a vida marcada por luta constante seja na família, no trabalho ou na sociedade.

Na década de 1990, constata-se um aumento do emprego assalariado e do trabalho remunerado feminino. No entanto, esse avanço é acompanhado de uma maior informalidade e precariedade desses postos de trabalho. Mesmo com essa conquista da mulher no mundo do trabalho, ainda é possível perceber desigualdades de salários e condições de trabalho. Além disso, o desmonte da legislação protetora

do trabalho e os ataques aos direitos sociais, anunciados nessa última década com o fortalecimento do neoliberalismo, impactaram principalmente as mulheres que trabalham por menos tempo, com jornada reduzida e são as demandatárias predominantes das políticas sociais.

Nas entrevistas é possível observar que a inserção no mundo do trabalho dessas mulheres aconteceu entre as idades de 13 e 18 anos de idade, devido a uma situação de vulnerabilidade social em que sua família se encontrava. Margarida foi a única que contou com apoio da família em sua formação e foi quem começou a trabalhar mais tarde. Cabe salientar que as mulheres negras tiveram seu início mais precoce e em atividades mais precárias e informais. As outras duas entrevistadas passaram a trabalhar informalmente e em atividades precárias, após a maternidade apenas.

O trabalho era entendido como local de aprendizado e diversão, onde se saía da esfera privada da família e se efetivava a socialização na esfera pública. A ideia de utilidade e a efetivação de identidade social eram realizadas pelo trabalho e pelo convívio com outras pessoas. Por essa razão, a incapacidade é encarada com grande dificuldade pela maioria das narradoras, principalmente as brancas. Esse fato pode ser explicado pelo histórico no mundo trabalho dessas mulheres.

As mulheres negras foram as que apresentaram maior tempo de atividade no setor informal. Destaca-se a narrativa de Rosa, que sempre atuou na informalidade, e sua justificativa é que apesar de seu desejo em trabalhar com carteira assinada, nunca houve oportunidade. Já Violeta, apesar de ser a entrevistada com mais idade, é a única que ainda trabalha eventualmente para sobreviver, pois dependia exclusivamente do apoio dos filhos antes de receber o benefício.

A motivação para o trabalho dessas mulheres era o provento de suas famílias, de seus filhos. Destaca-se que todas essas mulheres foram ou são chefe-de-família, e contaram com pouco ou nenhum apoio do pai de seus filhos. Apenas Jasmim recebe pensão alimentícia. Apesar de conquistas para prover o sustento de suas famílias sozinhas, há um sentimento de frustração nas falas que dizem respeito ao relacionamento com os filhos. Nos relatos de Violeta esse sentido é percebido quando fala da falta de oportunidade dos filhos, justificando que, mesmo com tanto esforço, não conseguiu proporcionar uma formação melhor. Já nas falas de Margarida, esse sentimento é expresso quando menciona pesar por não ter participado mais da vida do filho. Essa situação, conforme avalia Margarida, levou a

uma relação distante com o filho.

O histórico geracional com relação ao trabalho dessas mulheres pode ser observado em duas ocupações: doméstica e operária. Violeta e Rosa têm histórico, em sua família, de mulheres que trabalhavam como doméstica e as mesmas exerceram essa função em algum momento de sua vida. As funções ligadas ao âmbito doméstico são marcas do trabalho feminino e, principalmente, das mulheres negras. Além disso, Rosa teve várias mulheres de sua família trabalhando em uma mesma casa, formando um fenômeno peculiar de histórico geracional marcado pela discriminação de gênero e raça. O histórico geracional de mulheres operárias faz parte da narrativa de Margarida, que passou a exercer a função após a maternidade, quando precisou retornar ao trabalhar para prover o sustento do filho. Cabe salientar o histórico econômico da cidade Pelotas, que foi sede de um grande palco industrial nos anos 1980, onde a mão de obra feminina era prioritária.

O motivo para o adoecimento e a incapacidade para três entrevistadas foi o trabalho e a exposição a riscos em atividades precárias. No relato de Margarida fica claro como aconteceu o acidente que deu início a sua incapacidade e aos primeiros sintomas depressivos. A narrativa de Margarida demonstra que o trabalho cumpria um papel importante em sua vida e que sua incapacidade influenciou em outros setores de sua vida.

A narrativa de Rosa merece destaque, pois foi a única que não apontou o trabalho como razão para seu adoecimento. Rosa vive com AIDS há 11 anos, uma doença que é portadora de grande estigma na sociedade. Em sua fala, Rosa diz não ter vergonha, mas relata que não conta sobre o assunto nem para sua família. Essa situação pode ser explicada pelo temor de ser rejeitada e hostilizada.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é percebido por essas mulheres como uma alternativa diante da ausência de direitos trabalhistas e previdenciários. No entanto, o benefício não é entendido como um direito, principalmente pela dificuldade de acesso. Apenas Jasmim não recebe o benefício, mas todas outras precisaram requerer mais de uma vez para ter seu direito reconhecido. O benefício foi determinante para a mudança na vida dessas mulheres que, como no caso de Rosa, puderam superar uma situação de insegurança alimentar.

O avanço da mulher no mundo do trabalho é retratado diariamente nos veículos de comunicação, que trata da vida de mulheres independentes financeiramente, que seguem os padrões do mundo da moda e da beleza e ainda

dão conta de cuidar da família com marido e filhos felizes. No entanto, pouco se fala da vida de mulheres de classes populares, que desde muito jovens foram inseridas no mundo do trabalho em tarefas com pouco prestígio, sem proteção social e que ainda cumprem o papel de cuidadoras de sua família. Percebe-se que a história das classes populares é difícil de fazer a partir de arquivos oficiais, onde a exclusão feminina é ainda mais forte (PERROT, 2005). Com esse trabalho teve-se a intenção de mostrar a trajetória de vida dessas mulheres, marcada pelas dificuldades, mas também pela coragem e superação.

Fontes Orais

- Violeta, entrevista realizada pela autora, na casa dela, no dia 06 de Dezembro de 2014;
- Jasmim, entrevista realizada pela autora, na casa dela, no dia 06 de Dezembro de 2014;
- Margarida, entrevista realizada pela autora, na Agência da Previdência Social, do Instituto Nacional do Seguro Social, em Pelotas, no dia 10 de Dezembro de 2014;
- Rosa, entrevista realizada pela autora, na Agência da Previdência Social, do Instituto Nacional do Seguro Social, em Pelotas, no dia 08 de Dezembro de 2014.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 11ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

AREND, Sílvia Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY e PEDRO, Carla Bassanezi e Joana Maria. **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p.65-83.

AYRES, J. R., et al. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social em Argentina y Uruguay**. Santiago do Chile: OIT, 1999. (Documento de Trabajo, 107)

BALLONE, GJ. **Causas da depressão**. In: PsiquWeb. Atualizado em 2005. Disponível em: <<http://www.psiqweb.meb.br/>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

BEHRING, Eliane R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BENDASSOLI, Pedro Fernando. **Trabalho e identidade em tempos sombrios**: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho. Aparecida, SP: Idéia e Letras, 2007.

BIHR, Alan. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. Tradução Wanda Caldeira Brandt. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **A dominação masculina**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 25 abr. 2015.

_____. **Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Brasília: Casa Civil, 1993.

BRASIL; MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Anuário estatístico da previdência social 2013**. Brasília: MPS/Dataprev, 2013. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/AEPS-2013-v.-26.02.pdf>> Acesso em: 22 abr. 2015.

_____; _____. Benefícios concedidos, segundo as espécies. **Boletim Estatístico da Previdência Social**, v.19, n.8, agosto de 2014. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/Beps082014_final.pdf> Acesso em: 22 abr. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Plano Brasil Sem Miséria no seu Município**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=69> Acesso em: 22 abr. 2015.

_____; _____. Inclusão no Cadastro Único. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/cadastrounico/beneficiario/cadunico-inclusao>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

_____; _____. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim epidemiológico – HIV AIDS**. Ano II. Número 1 até semana epidemiológica 26º – dezembro 2013. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2013/55559/_p_boletim_2013_internet_pdf_p__51315.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2015.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos de Pagu**, n.29, p.91-109, 2007.

CALDWELL, Kia Lilly; BOWLEG, Lisa. Paralelos Opostos: raça e status socioeconômico em pesquisas e políticas sobre HIV/Aids no Brasil e nos Estados Unidos. In: BATISTA, Luís E.; WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda. (Orgs). **Saúde da população negra**. (Coleção negras e negros: pesquisas e debates) Brasília, DF: ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012. p.314-337. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_negra.pdf> Acesso em: 19 abr. 2015.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. **CADERNO CRH**, Salvador, n.26/27, p.19-40, jan./dez. 1997.

Disponível em: <www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1012&article>.
Acesso em: 18 abr. 2014.

_____. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário.
Tradução Iraci D. Poleti. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CEA D'ANCONA, Maria Ángeles. **Metodologia cuantitativa:** estrategias y tecnicas de investigacion social. Madrid: Sínteses, 1998.

CELLARD, André. A análise documental. Vários Autores. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. (Orgs). **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p.296-316.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da Virilidade**, 3. Vols. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira:** uma equação possível? 3º ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.149-164.

DEL PRIORE, Mary. **Corpo a corpo com a mulher:** pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. (Série Ponto Futuro). São Paulo: Senac, 2000.

DIAS, Maria Odilla. Resistir e Sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p.360-381.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**, São Paulo, Marco Zero/Cedec, n.24, p.85-116, set.1991.

FERREIRA, Laura Senna. Setor de conservas da região de Pelotas (RS): mudanças na produção e conservadorismo nas relações de trabalho. **Em Debate:** Revista Digital, Florianópolis, n.5, p.47-63, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/viewFile/1980-3532.2011n5p47/19849>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.03-14.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. 2ª ed. São Paulo: Humanitas/USP/Imprensa Oficial, 2002.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora Artmed. 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

HEIDRICH, Andréa Valente; MELLO, Roberta Borges. Reflexão sobre o processo de concessão do Benefício de Prestação Continuada em Pelotas/RS. In: **14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2013**, Águas de Lindóia. Anais 14º CBAS, 2013.

HIRATA, Helena. O universo do trabalho e da cidadania das mulheres – um olhar do feminismo e do sindicalismo. In: COSTA, Ana Alice; LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de; SOARES, Vera. **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004. p.13-20.

_____. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 11, n.21, p.24-41, 2009.

HÜNING, S. M. **Ordinário, marche!**: a constituição e o governo do risco social em crianças/adolescentes. 2003. 119f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

HÜNING, S. M.; GUARESCHI, N. M. F. Estudos Culturais e Produção de Sentidos: Diálogos Possíveis na Construção de Conhecimento. In: **SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS EM EDUCAÇÃO: PODER IDENTIDADE E DIFERENÇA**, Canoas, 2004. Anais do 1º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação: poder identidade e diferença (CD-Rom). Canoas: Editora da ULBRA, 2004.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. **Temporalis - Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** – ABEPSS, n.3, p.9-32, jan./jun. 2001.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431440&search=rio-grande-do-sul|pelotas>>. Acesso em: 18 mai. 2015.

_____. Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico de 2010. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.33, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

_____. Estatísticas de gênero mostram como as mulheres vêm ganhando espaço na realidade... **Sala de Imprensa IBGE**. 31/10/2014. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/3IOA5>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. **Tábua de vida**. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/2013/default.shtm>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

IVO, Anete; SILVA, Alessandra. O hiato do direito dentro do direito: os excluídos do BPC. **Katalysis**, v.14, n.1, p.32-40, 2011.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Pensando as implicações do testemunho na história oral. In: SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. (Org.). **Memória e dialogo: escutas na zona leste, visões sobre a história oral**. São Paulo: Letra e voz/Fapesp, 2011. p.161-173.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.43-62.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: propostas e perspectivas. In: **Memória e diálogo: escutas na zona leste, visões sobre a história oral**. In: SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. (Org.). São Paulo: Letra e voz/Fapesp, 2011. p.125-136.

LONER, Beatriz Ana. **Classe operária: mobilização e organização em Pelotas (1888-1937)**. 1999. 380f (Vol.I). 727f (Vol.II). Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 1999.

_____. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Universidade Federal de Pelotas: Ed Universitária Unitrabalho, 2001.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p.126-147.

MENDONÇA, Liana Souto Correa de. **Histórias de enfrentamentos: as portadoras de infecção pelo HIV/AIDS em Pelotas (RS)**. 2009. 150f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, 2009.

MICHAELS. Moderno Dicionário Online. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=dorsalgia>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina

Célia Tamaso (Orgs). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p.130-148.

MONTEIRO, Simone R. da R. Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. In: **III SEPOME – Seminário de Política Social no Mercosul**, Temas Emergentes e perspectivas para o Futuro. Anais... Universidade Católica de Pelotas – Mestrado em Política Social. 27 e 29 de abril de 2011. Acesso em: 17 abr. 2014.

MORI, Maria Elizabeth; COELHO, Vera Lucia Decnop. Mulheres de corpo e alma: aspectos biopsicossociais da meia-idade feminina. **Reflexão e crítica**, N.17, v.4, P.177-187, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v17n2/22470.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo Ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p.382-409.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n.50, p. 87132, abr. 1996. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 6º ed. Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social. V. 1. São Paulo: Cortez, 2010.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3ª ed. Coleção da nossa época. V.17. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregas domésticas – A dimensão sócio e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição. In: **XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo. 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602_ARQUIVO_ArtigoA NPUH-Bergman.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

PIRES, Álvaro P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. (Orgs). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p.43-94.

POCHMANN, Márcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, nº 18, p.3-16, 2004.

_____. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Estudos Avançados**, n.23, p.41-52, 2009.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, p.25-39, 1981.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, nº15, p.13-50, 1997.

_____. O massacre de critella valdi chiana (toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.103-130.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Equidade de gênero e transferência de renda – reflexões a partir do Programa Bolsa Família. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moares dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso (Orgs). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p.220-241.

SALEM, Tânia. **O velho e o novo: um estudo de papéis e conflitos familiares**. Petrópolis: Vozes, 1980

SANTAGADA, Salvatore. Indicadores Sociais: uma primeira abordagem social e histórica. **Revista Pensamento Plural**, n.1, p.113-142, jul./dez. 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Reinventar a democracia**. Lisboa: Gradiva, 2002.

SARTI, Cynsthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 7ª.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, n.20, p.71-95, 1995.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e serviço social**: diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.

SPOLLE, Marcus Vinicius. **A mobilidade do negro no Rio Grande do Sul**: os efeitos da discriminação nas trajetórias de vida. 2010. 160f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/26728>>. Acesso em: 18 Mar. 2015

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS**: um processo de construção da Assistência Social. São Paulo: Cortez, 2004.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, n.3, p.29-62, 1994.

VARGAS, Nilton. **Gênese e difusão do taylorismo no Brasil**. Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Cortez e ANPOCS, 1985.

VARGAS, Francisco Eduardo Beckenkamp. **Relações social de classe e gênero**: o trabalho safrista na indústria de conservas de Pelotas. 1994. 312f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p.7-72.